



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 21^a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 11 DE NOVEMBRO DE 2025

ATA Nº. 26 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATA
 - 3.2.1. ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO VINTE E CINCO, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS FERNANDO DOS SANTOS ANDRÉ, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
 - 3.3.1. VOTAÇÃO
 - 3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO AGENTE DA POLÍCIA MUNICIPAL HUGO MANUEL MARTINS MACHADO APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH
 - 3.4.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.4.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.4.3. VOTAÇÃO
 - 3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADOLFO GUTKIN ATOR, ENCENADOR, DRAMATURGO, PEDAGOGO E HUMANISTA QUE RENOVOU O TEATRO PORTUGUÊS APÓS O VINTE E CINCO DE ABRIL APRESENTADO PELO GRUPO

POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO

- 3.5.1. VOTAÇÃO
- 3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
 - 3.6.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.6.2. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.6.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO,
APRESENTADO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO PS E DO INOV 25 –
VERSÃO FINAL
 - 3.6.3.1. VOTAÇÃO
- 3.7. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ÁLVARO LABORINHO LÚCIO
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25
 - 3.7.1. VOTAÇÃO
- 3.8. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE HUGO MACHADO (AGENTE DA
POLÍCIA MUNICIPAL DE OEIRAS) APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO
MUNICIPAL DO INOV 25
 - 3.8.1. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.8.2. VOTAÇÃO
- 3.9. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS
PROPOSTAS DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO AOS
ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA PROPOSTA PELO GRUPO POLÍTICO
MUNICIPAL DO PS
 - 3.9.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.9.2. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.9.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.9.4. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.9.5. SR^a. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U. F. DE OEIRAS, SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
- 3.9.6. VOTAÇÃO
- 3.10. APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS EM MINUTA DURANTE O MANDATO DE 2025/2029
- 3.10.1. VOTAÇÃO
- 3.11. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.12. SR. DEPUTADO FILIPE MARTINS (IL)
- 3.13. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)
- 3.14. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25)
- 3.15. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)
- 3.16. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.17. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO)
- 3.18. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)
- 3.19. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO)
- 3.20. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.21. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.22. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.23. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.24. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.25. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA E SUPLENTE AO XXVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES –

ANMP

4.1.1. VOTAÇÃO

4.2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 981/2025 – DMAG/DFP/DPOC –
RELATIVA À 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (4ª REVISÃO) ÀS
GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR)

4.2.1. VOTAÇÃO

4.2.1.1. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.2.1.2. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 795/2025 – GATPI – RELATIVA
À ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À CASA DA AMÉRICA LATINA

4.3.1. VOTAÇÃO

4.4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 798/2025 – DMAG/DFP/DP –
RELATIVA À DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO
DOMÍNIO PRIVADO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS EM PAÇO DE
ARCOS E ALGÉS.

4.4.1. VOTAÇÃO

4.4.1.1. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.4.1.2. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 803/2025 – DMAG/DGRH/DGP –
RELATIVA À PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM
VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, POR COMISSÃO
DE SERVIÇO, NO CARGO DE DIRETOR/A DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO GERAL (DMAG) ALGÉS

4.5.1. VOTAÇÃO

4.6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 856/2025 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA À GALA FINAL BIG BROTHER VERÃO - PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS

4.6.1. VOTAÇÃO

4.6.1.1. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.6.1.2. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.6.1.3. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.6.1.4. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.7. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 882/2025 – GMA - RELATIVA À MUNICÍPIA -
EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. -
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 4.^º TRIMESTRE DE 2024 E
RELATÓRIO E CONTAS 2024 - RETIRADA

4.8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 897/2025 –
DMEDSC/DACTPH/UDPH- FPB - RELATIVA À REALIZAÇÃO DA II EDIÇÃO DO
FESTIVAL "COMÉDIA OPEN AIR" - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS UTILIZAÇÃO
DO AUDITÓRIO PÁTIO ENXUGO E DE APOIOS LOGÍSTICOS - RETIRADA

4.9. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 949/2025 – DMEDSC/DDS/DCS
– RELATIVA AO APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA PARA APOIO AOS
CUSTOS OPERACIONAIS AO NÍVEL DA RESPOSTA ALIMENTAR

4.9.1. VOTAÇÃO

4.9.1.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.9.1.2. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.9.1.3. SR^a. DEPUTADA FILIPA LOURINHO (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.10. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 950/2025 – DMEDSC/DDS/DCS
– RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO

FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO
SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 2.º
TRIMESTRE DE 2025

4. 10. 1. VOTAÇÃO

4.11. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº 951/2025 –
DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA AO FESTIVAL NO ART - PEDIDO DE APOIO
LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS

4. 11. 1. VOTAÇÃO

4.11.1.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5.1. SR^a. MARIA ISABEL VASCONCELOS, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.2. SR. ROGÉRIO MAGALHÃES, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

5.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)

5.5. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

5.6. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)

5.7. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

5.8. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO:	UNANIMIDADE		
CL	12-12-2025	S	N
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
INOV25	13		
PS	2		
CH	2		
CEO	2		
IL	2		
CDU	1		
PAN	1		
INOVAR UNIÃO ALGÉS 25	—		
INOVAR RARCARENÁ 25	—		
INOVAR CARNHAÚZE EQUEIAS 25	1		
INOVAR UNIÃO OEIRAS 25	—		
INOVAR PORTO AVVO-35	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 21ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 11 DE NOVEMBRO DE 2025

ATA Nº. 26 / 2025

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.

1. ABERTURA DA REUNIÃO

Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais, quatro Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e um em substituição (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de

Paiva Shirley Dias, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Filipe Jorge de Sousa Martins, João Rafael Marques Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, Hélder Alexandre da Silva de Barros, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal.

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Sílvia Isabel Jesus Almeida Breu Baptista Fernandes, Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Pedro Saraiva Gonçalves dos Santos Frazão, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalho Coelho.

2. ORDEM DE TRABALHOS

- Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:
1. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia e suplente ao XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP;
 2. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 981/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 4^a Alteração Orçamental Modificativa (4^a Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR);
 3. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 795/2025 – GATPI – relativa à Adesão do Município de Oeiras à Casa da América Latina;
 4. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 798/2025 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de duas parcelas de terreno sitas em Paço de Arcos e Algés;
 5. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 803/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Proposta de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego



BN

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

público, por comissão de serviço, no cargo de Diretor/a da Direção Municipal de Administração Geral (DMAG); -----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 856/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Gala Final Big Brother Verão - Pedido de apoio logístico e isenção de taxas; -----

7. Apreciação da Proposta CMO Nº 882/2025 – GMA - relativa à MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Relatório de Execução Orçamental - 4.º trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024; -----

8. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 897/2025 – DMEDSC/DACTPH/UDPH- FPB - relativa à realização da II Edição do Festival "Comédia Open Air" - Pedido de Isenção de Taxas Utilização do Auditório Pátio Enxugo e de apoios logísticos; -----

9. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 949/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Apoio às Juntas e Uniões de Freguesia para apoio aos custos operacionais ao nível da resposta alimentar; -----

10. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 950/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância - 2.º trimestre de 2025; -----

11. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 951/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Festival NO ART - Pedido de apoio logístico e isenção de taxas. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte: -----
----- “Boa tarde a todos, está aberta a Sessão Extraordinária número vinte e um/dois mil e cinco da Assembleia Municipal de Oeiras. Eu ia pedir ao senhor segundo secretário que fizesse o favor de fazer a chamada. Peço que desliguem os telemóveis por favor para que todos consigamos ouvir. -----

-----“Vamos agora proceder à aprovação da Ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada no dia quatro do onze, de dois mil e vinte e cinco. Ata vinte e cinco/dois mil e vinte e cinco. É a Ata da Primeira Reunião de Funcionamento, que foi a semana passada.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATA

3.2.1. Ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco – Ata número vinte e cinco, de dois mil e vinte e cinco. -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar



(6)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). -----

----- Os Senhores Deputados Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida e Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, não estavam presentes na altura da votação. --

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Hélder Alexandre da Silva Barros, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos agora no Período Antes da Ordem do Dia a aprovação de votos de pesar pelo falecimento de personalidades, de pessoas, e eu vou passar a ler pela ordem de entrada os respetivos votos de pesar.”-----

3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS FERNANDO DOS SANTOS ANDRÉ, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Nascido a dezassete de maio de mil novecentos e cinquenta e sete, Carlos Fernando dos Santos André faleceu no passado dia trinta de outubro com sessenta e oito anos. -----

----- Com formação em engenharia, o Carlos André, como gostava de ser tratado, foi durante toda a sua vida, uma voz ativa, participativa e interessada na vida do nosso Concelho e em particular de Paço de Arcos, que tanto amava, sendo um defensor do território e dos cidadãos de Paço de Arcos.-----

-----Como autarca, foi candidato à Junta de Freguesia de Paço de Arcos, tendo sido eleito membro da Assembleia de Freguesia de Paço de Arcos e do executivo da Junta de Freguesia, bem como deputado Municipal de Oeiras. -----

-----Homem de causas e de forte intervenção cívica junto da comunidade, foi também da Comissão Administrativa do Clube Desportivo de Paço de Arcos em dois mil e cinco e Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, entre dois mil e sete e dois mil e doze, de cujo Conselho Consultivo fazia parte por inherência das funções exercidas.-----

-----Militante destacado do Partido Socialista de Oeiras, o Carlos André foi Coordenador da Secção, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Secção, Secretário Concelhio e membro da Comissão Política Concelhia durante vários mandatos.-----

-----O modo veemente como defendia as suas ideias e opiniões, num registo sempre respeitoso e democrático, permitiu-lhe granjear a estima e a admiração dos seus pares, nos diversos cargos que assumiu durante a sua vida cívica e política ao serviço do Partido Socialista.-----

-----A Assembleia Municipal reunida a quatro de novembro em sessão extraordinária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Fernando dos Santos André e transmite aos seus familiares e amigos as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio.-----

-----O presente voto de pesar deve ser remetido aos seus familiares e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Foi apresentado pelos deputados do Partido Socialista. Pergunto se concordam com este voto de pesar e se o aprovam.” -----

3.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Os Senhores Deputados Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 132/2025**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS FERNANDO DOS SANTOS ANDRÉ, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Fernando dos Santos André, transmitindo aos seus familiares e amigos sentidas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio.-----

-----Foi ainda deliberado remeter o referido Voto de Pesar à família, e publicá-lo no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Vou ler agora um voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Chega.” -----

3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO AGENTE DA POLÍCIA MUNICIPAL HUGO MANUEL MARTINS MACHADO APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the Mayor or a representative, positioned to the right of the coat of arms.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Exposição de motivos:

----- A morte de uma autoridade policial é sempre uma perda profunda, uma ferida aberta não apenas no seio da sua família e dos seus colegas de profissão, mas também no coração de todos os municípios de Oeiras.

----- É com profundo pesar, respeito e tristeza que o Grupo Municipal do CHEGA em Oeiras presta homenagem à memória de um elemento da Polícia Municipal, com apenas trinta e quatro anos de idade, que tragicamente pôs termo à sua vida. Independentemente das razões que o levaram a esta decisão, o seu serviço e o seu valor enquanto homem e agente da Polícia Municipal merecem ser lembrados e honrados com respeito.

----- A sua vida foi dedicada à defesa da lei, da ordem e da segurança de todos os municípios de Oeiras, uma missão que cumpriu com esforço, dedicação e coragem, muitas vezes em silêncio, enfrentando as dificuldades e o peso das responsabilidades que a profissão impõe.

----- Hoje, nesta Assembleia Municipal, não lembramos apenas a sua partida em sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, mas também a dor invisível que o acompanhava. Que esta perda sirva como apelo à consciência coletiva, para que honremos quem nos protege, para que esse reconhecimento não chegue tarde e para que a dignidade de cada agente nunca se perca no esquecimento ou na indiferença.

----- Neste momento de luto e reflexão, expressamos o nosso mais sentido pesar à sua família, aos seus colegas e a todos quantos, com honra, coragem e sacrifício, vestem diariamente a farda da Polícia Municipal e, por extensão, a todos os que integram as Forças de Segurança deste país. Que prevaleça o respeito, a gratidão e a memória.

----- Em nome da dignidade, da justiça e da humanidade, fazemos esta singela, mas sentida homenagem a este jovem agente da Polícia Municipal.

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária no dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, manifesta o seu profundo pesar pela morte do agente

Hugo Manuel Martins Machado, transmitindo aos seus familiares e amigos as suas condolências e prestando uma sentida homenagem, com um minuto de silêncio.

O presente voto de pesar deve ser remetido aos seus familiares, à Polícia Municipal de Oeiras e à Assembleia da República, e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como em pelo menos um jornal de dimensão regional e nacional.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Assinam os deputados do Grupo Municipal Chega. Quem... Vamos à votação... Alguém deseja se manifestar sobre este voto de pesar? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).”

3.4.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio e disse o seguinte:

“Senhora Presidente, muito obrigado.

Senhor Presidente da Câmara, aproveito para cumprimentar todos e para dizer o seguinte: nós obviamente que consideramos que estes momentos de voto de pesar devem ser acompanhados por todos, e é com uma dificuldade grande que, por vezes, queremos introduzir alguma alteração a votos de pesar que aqui chegam. Seja como for, este voto de pesar, ao qual nos associamos enquanto voto de pesar, tanto assim que nós próprios apresentámos um texto, um outro texto que possa vir a ser também considerado por esta Assembleia e ser aprovado enquanto voto de pesar, mas não nos podemos associar a um voto de pesar que tem, desde logo, considerações sobre as causas da morte da pessoa em causa. Não as conhecemos em concreto e ainda que as conhecêssemos, não me parece que fosse de bom tom que as mesmas constassem deste voto de pesar.”

Depois, há aqui parece que uma intenção de estabelecer uma relação de causa/efeito entre a função que era exercida e as causas da sua morte. Também nos parece absolutamente excessivo que isso conste de um voto de pesar que seja aceite por todos.

E, por último, tecer considerações de ordem política que se estendem à situação,



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

designadamente da Polícia Municipal e de outras forças que, com toda a sinceridade, nos parece que não cabem neste voto de pesar.

E, portanto, ou o Partido Chega entende que deve alterar o voto de pesar no sentido de o pôr conforme àquilo que aqui disse, ou seja, a associar-nos todos ao pesar efetivo que temos pela morte de uma pessoa, que desempenhava funções de relevância no Concelho, ou então, seremos forçados a contragosto a estar contra este voto de pesar.

E, portanto, queria deixar aqui a nossa posição. Temos, como digo, apresentámos um outro texto de voto de pesar que nos parece mais conforme àquilo que deveria ser aprovado por esta Assembleia. Deixamos agora à consideração do proponente, do Partido Chega, a alteração do texto porque, como digo, se o texto se mantiver como está, merecerá o nosso voto contra.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

“Mais alguém quer usar da palavra sobre esta questão, sobre este voto? Faz favor, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).”

3.4.2. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:

“Senhora Presidente, perante Vossa Excelência cumprimento todos os presentes e também quem nos assiste em casa.”

Aqui nós estamos a votar, acima de tudo, o respeito pela alma de uma pessoa que merece o nosso respeito. Nós, Partido Chega, independentemente da cor política, nós votamos sempre a favor de honrar as pessoas que partem, e não colocamos aqui questões de política, de oportunismo político, como está a ser da parte do INOV. Contudo não iremos mudar uma única vírgula.”

Disse.”

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

“Sim senhor. Mais alguém quer usar da palavra sobre este assunto? Ninguém? Vamos

pôr então à votação.” -----

3.4.3. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi rejeitado com vinte e cinco votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com nove abstenções, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), uma da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com três votos a favor do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José



J

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho).

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:

“DELIBERAÇÃO N.º 133/2025

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO AGENTE DA POLÍCIA MUNICIPAL HUGO MANUEL MARTINS MACHADO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Voto de Pesar referido em título, o qual foi rejeitado, com vinte e cinco votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com nove abstenções, sendo três do Partido Socialista, duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, duas do Partido Iniciativa Liberal, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com três votos a favor do Partido Chega.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Passamos agora, também pela ordem de apresentação, ao voto de pesar pelo falecimento de Adolfo Gutkin.”-----

3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADOLFO GUTKIN ATOR, ENCENADOR, DRAMATURGO, PEDAGOGO E HUMANISTA QUE RENOVOU O TEATRO PORTUGUÊS APÓS O VINTE E CINCO DE ABRIL APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO

----- A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Adolfo Gutkin, ator, encenador, dramaturgo, pedagogo e humanista, morador em Oeiras e falecido no passado dia vinte e cinco de Outubro aos oitenta e nove anos. Ao longo de mais de cinco décadas, o seu percurso no teatro atravessou vários regimes políticos, e trazendo ao teatro português técnicas contemporâneas. -----

-----Nasceu em Buenos Aires, na Argentina, em mil novecentos e trinta e seis, onde se iniciou como ator no Nuevo Teatro de Buenos Aires, onde interpretou autores fundamentais da dramaturgia moderna. Ainda jovem na Argentina fundou o Grupo Juan Cristóbal, depois rebaptizado La Máscara, em Cuba fundou uma escola de teatro em Santiago de Cuba e o Conjunto Dramático de Oriente, que dirigiu durante vários anos e onde conquistou vários prémios nos principais festivais teatrais.-----

-----Veio para Portugal em mil novecentos e sessenta e nove por convite para dirigir o grupo cénico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo encenado Volpone, de Ben Jonson, que lhe valeu o Prémio da Casa da Imprensa para Melhor Espetáculo do Ano e o Prémio da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro.-----

-----O seu olhar de como fazer teatro traz para Portugal o método de representação do russo Konstantin Stanislavski e do seu discípulo polaco Jersy Grovski o Teatro Laboratório, o que preconiza uma mudança teatral, onde passa a existir uma relação estreita entre os atores e o público. É por isso um pioneiro do teatro de vanguarda em Portugal, e a sua atividade libertária coloca-o na mira da PIDE, sendo em mil novecentos e setenta e três perseguido e expulso do país, voltando para Cuba, onde consolida a sua reputação de encenador internacional e pedagogo do Teatro Contemporâneo.-----

-----Regressou ao nosso país em mil novecentos e oitenta e instalou-se em Coimbra, onde dirigiu o Teatro dos Estudantes da Universidade. Em mil novecentos e oitenta e um apresentou à Fundação Calouste Gulbenkian proposta para criação do Instituto de Formação, Investigação e



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the author or a representative.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Criação Teatral destinado à profissionalização de quadros artísticos e técnicos, com especial atenção aos países africanos de língua portuguesa. O projeto concretiza-se em mil novecentos e oitenta e dois, tendo o dramaturgo como seu primeiro diretor. Nesse mesmo ano, fundou em Lisboa o Teatro do Mundo e depois o Teatro Maizum. Em mil novecentos e noventa e um vence o prémio de Encenação, no Festival Internacional de Sitges.

Com o ciclo de conferências "Banalidades" animou a cultura portuguesa onde participaram personalidades dos mais diversos quadrantes: cultura, arte, política, direito, arquitetura, entre outros. Em mil novecentos e noventa e quatro obteve a cidadania portuguesa. Em dois mil e vinte e um colaborou no programa de opinião da rádio da TSF "Não alinhados com Adolfo Gutkin". Muito fica por dizer nesta singela homenagem a um grande homem a quem o teatro português muito deve e a quem a nação agradece pela grande mudança cultural, pelo espírito livre e criativo que nos ensinou e transmitiu. Oeiras e o País ficam mais pobres, no que à Cultura diz respeito.

A Coligação Evoluir Oeiras reitera à família, amigos e a todos os que "estavam alinhados com Adolfo Gutkin", os nossos sentidos pêsames e um grande Bem Haja.

Neste momento de luto, o Grupo Político Evoluir Oeiras endereça à família, aos amigos e a todos os que com ele privaram os seus mais sentidos pêsames. Que a sua memória continue a inspirar-nos. Pelo seu percurso de vida e contributo, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras reunida em Assembleia de Funcionamento de hoje, dia 11, delibere aprovar o presente voto de pesar, observe um minuto de silêncio em sua homenagem e que o presente Voto seja dado a conhecer à família enlutada, bem como publicado no site da Assembleia Municipal de Oeiras e em pelo menos um jornal de âmbito nacional.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Os deputados do Partido Grupo Evoluir Oeiras. Portanto, este voto de pesar ponho à vossa consideração. Alguém quer falar sobre isto? Alguém quer usar da palavra? Ninguém? Então

vamos colocar à votação.”-----

3.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Manuel Martins Delgado).

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:

----- **"DELIBERAÇÃO N.º 134/2025"**

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADOLFO GUTKIN - ATOR,
ENCENADOR, DRAMATURGO, PEDAGOGO E HUMANISTA QUE RENOVOU O
TEATRO PORTUGUÊS APÓS O 25 DE ABRIL, APRESENTADO PELO GRUPO
POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Adolfo Gutkin, observando um minuto de silêncio em sua homenagem.

----- Foi ainda deliberado dar conhecimento do referido Voto à família, bem como publicá-lo no sítio da Assembleia Municipal e em pelo menos um jornal de âmbito nacional.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Portanto, está aprovado. Temos agora pela ordem de entrada um voto de pesar pelo falecimento de Francisco Pinto Balsemão.” -----

**3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**

----- A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a

seguir se transcreve: -----

----- “Nascido em Lisboa a um de setembro de mil novecentos e trinta e sete, Francisco Pinto Balsemão faleceu no passado dia vinte e um de outubro com oitenta e oito anos.-----

----- Figura incontornável da democracia, foi aos trinta e dois anos Deputado à Assembleia Nacional, ainda antes da Revolução de Abril, integrando a chamada Ala Liberal. -----

----- Ofereceu a sua militância política à defesa da liberdade de imprensa, de expressão, de informação e de reunião, marcando presença assídua nas prisões para visita aos presos políticos.

----- Fundou em mil novecentos e setenta e três o Jornal Expresso, bebendo na sua géneses, a estrutura e formato em voga na imprensa britânica. -----

----- Após a Revolução, fundou com Francisco Sá Carneiro e Magalhães Mota o PPD — Partido Popular Democrático e tornou-se o seu primeiro militante.-----

----- Foi Deputado e Vice-presidente da Assembleia Constituinte, Ministro Adjunto do primeiro governo da Aliança Democrática e, por morte de Sá Carneiro, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro nos VII e VIII Governos Constitucionais.-----

----- Advogado, Jornalista, Professor Universitário e Empresário, foi sobretudo na Comunicação Social que deixou uma marca indelével de defesa da liberdade de expressão e da democracia. Para isso, muito contribuiu o Jornal Expresso que, em mais de cinquenta anos de estampa, se afirma como uma referência nacional, para os seus leitores assíduos. Mas também a SIC, fundada em mil novecentos e noventa e dois, e que foi o primeiro canal de televisão privado em Portugal, corporizando uma visão moderna do audiovisual e assumindo-se como fator dinamizador da cultura, das artes e das letras no panorama nacional. -----

----- Francisco Pinto Balsemão, foi homenageado com a Medalha Municipal de Honra de Oeiras, distinção que lhe foi atribuída durante uma sessão da Assembleia Municipal realizada a vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e três em reconhecimento ao seu percurso político e empresarial. -----



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal reunida a onze de novembro em sessão extraordinária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Francisco Pinto Balsemão, e transmite a toda a sua família, amigos e colaboradores as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio. -----

----- O presente voto de pesar deve ser remetido aos seus familiares, ao PPD/PSD — Partido Social Democrata e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Os deputados do Partido Socialista. Nós temos um outro, que foi apresentado.... Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

3.6.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Quero dizer que concordamos na íntegra com este voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista. Nós próprios apresentámos um voto de pesar que coincide praticamente em tudo com aquilo que é este voto do Partido Socialista. -----

----- E, portanto, enfim, para evitar estarmos aqui a aprovar dois votos de pesar, aquilo que se pretende é que seja um voto de pesar de toda a Assembleia. Propomos ao Partido Socialista que considere também o seu voto de pesar como o nosso voto de pesar e associamos assim os textos e fica resolvido, porque o seu teor, como digo, é um teor muito parecido e, portanto, parece-nos que é a forma mais correta de resolver.” -----

3.6.2. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

----- “O Partido Socialista tem conhecimento do voto de pesar apresentado aqui pelo Grupo INOV, relativamente a esta mesma personalidade? Portanto concordam com....? E, pronto, então eu ponho em conjunto este e o outro à votação.” -----

3.6.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO,

APRESENTADO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO PS E DO INOV 25 – VERSÃO FINAL -----

-----“Nascido em Lisboa a 1 de setembro de 1937, Francisco Pinto faleceu no passado dia 21 de outubro com 88 anos. -----

-----Figura incontornável da democracia, foi aos 32 anos Deputado à Assembleia Nacional, ainda antes da Revolução de Abril, integrando a chamada Ala Liberal. -----

-----Ofereceu a sua militância política à defesa da liberdade de imprensa, de expressão, de informação e de reunião, marcando presença assídua nas prisões para visita aos presos políticos.

-----Fundou em 1973 O Jornal Expresso, bebendo na sua génese, a estrutura e formato em voga na imprensa britânica. -----

-----Após a Revolução, fundou com Francisco Sá Carneiro e Magalhães Mota o PPD — Partido Popular Democrático e tornou-se o seu primeiro militante.-----

-----Foi Deputado e Vice-presidente da Assembleia Constituinte, Ministro Adjunto do primeiro governo da Aliança Democrática e, vou a morte de Sá Carneiro, assumir o cargo de Primeiro-Ministro nos VII e VIII Governos Constitucionais.-----

-----Advogado, Jornalista, Professor Universitário e Empresário, foi sobretudo na Comunicação Social que deixou uma marca indelével de defesa da liberdade de expressão e da democracia. Para isso, muito contribuiu o Jornal Expresso que, em mais de 50 anos de estampa, se afirma como uma referência nacional, para os seus leitores assíduos. Mas também a SIC, fundada em 1992, e que foi o primeiro canal de televisão privado em Portugal, corporizando uma visão moderna do audiovisual e assumindo-se como fator dinamizador da cultura, das artes e das letras no panorama nacional. -----

-----Francisco Pinto Balsemão, foi homenageado com a Medalha Municipal de Honra de Oeiras, distinção que lhe foi atribuída durante uma sessão da Assembleia Municipal realizada a 25 de julho de 2023 em reconhecimento ao seu percurso político e empresarial distinção esta que



A blue ink handwritten signature is located in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

simboliza o apreço profundo esta comunidade. Esta homenagem permanece como testemunho do respeito e admiração por um cidadão cuja obra ultrapassou fronteiras setoriais, geracionais e políticas. -----

----- A Assembleia Municipal reunida a 11 de novembro em sessão extraordinária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Francisco Pinto Balsemão, e transmite a toda a sua família, amigos e colaboradores as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio. -----

----- O presente voto de pesar deve ser remetido aos seus familiares, ao PPD/PSD — Partido Social Democrata e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional.” -----

3.6.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político

Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 135/2025**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO, APRESENTADO PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO PS E DO INOV 25**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, manifestar o seu sentido pesar pelo falecimento de Francisco Pinto Balsemão, transmitindo a toda a sua família, amigos e colaboradores as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio.-----



27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi ainda deliberado remeter o presente voto de pesar à família, ao PPD/PSD – Partido Social Democrata e publicá-lo no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “É por unanimidade. Foi aprovado por unanimidade este voto de pesar. Temos agora um outro voto de pesar apresentado pelo Grupo INOV, relativamente ao falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio, que eu vou ler.”-----

3.7. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ÁLVARO LABORINHO LÚCIO APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25 -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio, personalidade de reconhecido mérito na vida pública portuguesa, cuja ação cívica, política, académica e cultural se estendeu por várias décadas e deixou marca indelével no país.-----

----- Magistrado de carreira, Álvaro Laborinho Lúcio foi Ministro da Justiça, Procurador-Geral Adjunto da República, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Deputado à Assembleia da República, desempenhando sempre as suas funções com independência, rigor intelectual, sentido de responsabilidade e profundo compromisso com a consolidação do Estado de Direito Democrático. A sua intervenção pública distinguiu-se pela clareza com que afirmava os valores da justiça, da educação para a cidadania e da responsabilidade do Estado na promoção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais inclusiva.-----

----- No plano local, desempenhou com dedicação o cargo de Presidente da Assembleia Municipal da Nazaré, vila onde nasceu, função que exerceu com elevação institucional, capacidade

de diálogo e genuína preocupação com o fortalecimento da participação democrática. A sua presença contribuiu para dignificar o papel deste órgão deliberativo, reforçando a cultura de respeito, de escuta e de procura de consensos em benefício da comunidade.

-----Intelectual atento, homem de cultura e pedagogo, Laborinho Lúcio foi também autor e pensador, deixando obras que continuam a inspirar gerações de profissionais da justiça, académicos, estudantes e cidadãos que encontram no seu testemunho uma referência de ética e de serviço.

-----A Assembleia Municipal de Oeiras apresenta à família, amigos e a todos aqueles que com ele conviveram e trabalharam as mais sentidas condolências, expressando o reconhecimento devido à sua vida e ao seu legado.

-----Será guardado um minuto de silêncio em sua memória.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:

-----“Relativamente a este voto de pesar, alguém quer usar da palavra? Ninguém? Vamos pôr à votação.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

-----“Senhora Presidente...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----Diga. Faz favor.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, boa tarde. -----

-----Eu pedia-lhe só que fosse um bocadinho mais lenta, porque senão nós não conseguimos, deste lado ouve-se muito eco. E, portanto, “vota contra”, “vota abstenção”, nós não conseguimos seguir. Eu não consigo seguir.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mas Vossas Excelências já receberam, tiveram acesso a isto, não é?”-----



Vg

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) respondeu o seguinte: -----

----- “Sim, Senhora Presidente, mas não dá tempo sequer de levantar o braço.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Não conseguem ouvir, é isso?” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) respondeu o seguinte: -----

----- “Não, nós ouvimos, mas não se percebe, está muito, muito rápido.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Eu comprehendo, eu comprehendo.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “E principalmente quando é altura da votação, nós não temos sequer tempo de pôr o braço, porque já está a perguntar a votação a seguir. Está bem? Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

----- “Sim, sim, pronto. Mas perceberam que é um voto pelo falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio, que eu penso que é conhecido de toda a gente. E, portanto, é um voto de pesar.”

3.7.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João

Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 136/2025**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ÁLVARO LABORINHO LÚCIO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25,



67

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio, apresentando à família, amigos e a todos aqueles que com ele conviveram e trabalharam as mais sentidas condolências, expressando o reconhecimento devido à sua vida e ao seu legado, guardando um minuto de silêncio em sua memória.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Pronto, vota toda a gente a favor, não é isso? Só para não pertermos tempo, nós temos uma agenda muito complicada.”

Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Sim, sim senhor. Isso aí, nem sei se isso está certo, mas enfim. Pronto. Então está aprovado este voto, não é verdade?”

Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Mas eu não tenho tempo. Eu sei, eu sei. O meu tempo é ilimitado, é ilimitado. Sim senhor. Mas, de qualquer maneira, alguém tem de dirigir esta Assembleia, não é? Pronto, sim senhor. Muito bem. então, estamos todos “afinados” neste momento, não é? Ainda me falta um voto de pesar, que é de quem? Peço desculpa, falta ainda um voto de pesar pelo falecimento de Hugo Machado, agente da Polícia Municipal de Oeiras, que foi apresentado pelo INOV. Estão-me a ouvir? Estão todos a ouvir? Este é mais pequenino.”

3.8. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE HUGO MACHADO (AGENTE DA POLÍCIA MUNICIPAL DE OEIRAS) APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO

MUNICIPAL DO INOV 25

-----A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no mês passado, de um agente da Polícia Municipal de Oeiras, reconhecendo o seu exemplar percurso de dedicação, compromisso e respeito pela comunidade, no exercício das suas funções ao serviço do Município. -----

-----O agente da Polícia Municipal, distinguiu-se pela sua postura de responsabilidade, espírito de missão e sentido de serviço público, contribuindo de forma notável para a segurança e bem-estar da população oeirense. -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras associa-se ao luto que atinge a Polícia Municipal e todos os órgãos Municipais, apresentando as mais sinceras condolências à família, amigos e colegas. -----

-----Será guardado um minuto de silêncio em sua memória.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Algum dos senhores pretende falar sobre este voto de pesar? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.” -----

3.8.1. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Sim, sim. Senhora Presidente, isto é manifestamente a prova que querem sempre, digamos que tapar, tudo aquilo que nós aqui propomos. Nós propusemos aqui um voto de pesar relativamente a honrar a memória de um agente da Polícia Municipal. Demos até mais ênfase à sua pessoa e, de repente, aparece aqui um voto de pesar do ar, por acaso do INOV, aquele que está constantemente a vetar tudo aquilo que o Chega aqui apresenta, sinceramente com um texto até muito pobre perante um polícia que merece uma grandiosidade grande relativamente aos louvores que fez ao longo da sua carreira, e como pessoa e pai.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, nós temos a lamentar, logicamente nós vamos votar a favor, em virtude de honrar a memória desta pessoa. Contudo, o nosso voto também, independentemente de ser chumbado, aniquilado, seja como for, irá também ser entregue à Polícia Municipal. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Mais alguém quer usar da palavra sobre este voto de pesar? Então, passamos à votação do mesmo.” -----

3.8.2. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João

Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 137/2025**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE HUGO MACHADO (AGENTE DA POLÍCIA MUNICIPAL DE OEIRAS), APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV 25**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Hugo Machado, agente da Polícia Municipal, associando-se ao luto que atinge a Polícia Municipal e todos os Órgãos Municipais, apresentando as mais sinceras condolências à família, amigos e colegas, guardando um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the President of the Assembly.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Neste momento, proponho que façamos um minuto de silêncio por estas personalidades.” -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em memória de Carlos Fernando dos Santos André, Hugo Manuel Martins Machado, Adolfo Gutkin, Francisco Pinto Balsemão e Álvaro Laborinho Lúcio.** -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Ora muito bem. Prosseguindo, temos aqui uma proposta de recomendação apresentada pelo Partido Socialista.” -----

3.9. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS PROPOSTAS DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO AOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA PROPOSTA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS

----- **A Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A Câmara Municipal de Oeiras procede à comparticipação mensal às Uniões de Freguesia Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, de Carnaxide e de Queijas, de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, para cobrir as despesas de pessoal dos estabelecimentos de infância geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Oeiras (SCMO) e o Centro Social Paroquial de Oeiras. -----

----- As comparticipações são calculadas em função da diferença do montante global a pagar aos colaboradores, de acordo com a tabela remuneratória das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), e aquela que resulta do escalão indiciário correspondente às categorias a que estão funcionalmente afetos ao quadro das Uniões de Freguesias e da Junta de Freguesia de Porto Salvo. -----

----- Trata-se de um processo administrativo de rotina, baseado em parâmetros de elevada

previsibilidade — os quadros de pessoal dos estabelecimentos de infância, a estabilidade da maioria dos vínculos e os seus vencimentos auferidos de acordo com a tabela remuneratória das IPSS e de acordo com o seu posicionamento na carreira da Função Pública, sendo possível com elevado rigor, prever em cada ano os valores a transferir pela Câmara Municipal para as Uniões de Freguesia e para a Freguesia de Porto Salvo. -----

-----Em nome da simplificação administrativa e da economia de recursos, afigura-se possível que o processo possa vir a ser aligeirado, com o recurso apenas a duas Propostas de Deliberação por cada ano civil, uma para determinar e autorizar os valores a transferir e outra para proceder aos acertos que venham a ser necessários no final do exercício financeiro. -----

-----Assim, o Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar ao município, através do Sr. Presidente, que desencadeie os mecanismos que considere necessários e adequados para: -----

-----Um. Simplificação do processo de decisão quanto ao processo de comparticipação às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para apoio ao funcionamento dos Estabelecimentos de Infância; -----

-----Dois. Que independentemente da periodicidade em que as transferências financeiras ocorram por parte do Município, o processo de aprovação pela Assembleia Municipal se circunscreva a duas Propostas de Decisão anuais; -----

-----Três. Que seja fixada uma margem de desvio razoável que, quando ultrapassado, obrigue à correção da proposta em vigor, por forma a que as Freguesias não se confrontem com saldos negativos inesperados nas transferências financeiras ao abrigo desta competência municipal.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Portanto, esta é a proposta de recomendação. Eu pergunto: quem pretende usar da palavra sobre isto? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----



(Handwritten signature)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.9.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Para dizer que concordamos com todas as propostas de simplificação administrativa que sejam possíveis. Esta proposta de simplificação administrativa percebe-se, comprehende-se. Nós ainda hoje, se não me engano, temos um dos pontos, é de facto, mais uma vez fazer a aprovação de uma transferência deste tipo. E, de facto, como aqui diz, isto vem acontecendo ao longo dos anos, felizmente com uma incidência cada vez menor, porque os casos vão sendo cada vez menos. -----

----- Agora, o que não nos parece correto é, em nome da simplificação administrativa, estar a incorrer em aprovação de propostas de recomendação que proponham que as transferências financeiras tenham margem. Não nos parece correto. A transferência financeira é feita como tem que ser feita, no tempo em que tem que ser feita e com os montantes que, naquela altura, devem ser tidos em conta. Eu julgo até que, ao longo do ano, pode haver alterações no quadro de pessoal, ou por baixas, ou por outras questões que se coloquem e que façam com que a transferência financeira não seja sempre exatamente a mesma. -----

----- E, portanto, como digo, concordando com a proposta de simplificação administrativa, não me parece que seja correto aprovar uma proposta de recomendação que deixa quase que no vago, aquilo que é uma transferência financeira com um montante que, em princípio, tem que ser um montante certo. -----

----- E, portanto, a menos que a Câmara Municipal nos diga que, do ponto de vista administrativo, é possível encontrar uma forma de simplificar este processo, nós não nos parece que esta seja a forma correta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:** -----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhor Presidente, faz

favor.” -----

3.9.2. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Eu não vejo nenhum problema na votação de uma recomendação como esta. Aliás, a burocracia, curiosamente, começa exatamente nesta recomendação, porque não era necessária a recomendação. Qualquer dos senhores deputados faz uma intervenção chamando a atenção sobre esta matéria, para o assunto ser ponderado pela Câmara, e vai ser ponderado. Portanto, eu não vejo nenhum problema em que esta recomendação seja votada, sendo certo que a exposição já foi feita a determinar que a Câmara vá analisar a situação.-----

-----Ora bem, à primeira vista, pode parecer uma situação, digamos, correta e que pode poupar, pode evitar alguma burocracia, inteiramente de acordo. Dá-se a circunstância que também há razões que levam a que não seja feito um adiantamento anual e depois um acerto de contas no final, porque não é a primeira vez que as instituições gastam o dinheiro e, depois, não têm para devolver à Câmara. Gastam naquilo que não devem, nós temos que atender à realidade, não é? Gastam o dinheiro naquilo que não devem e, depois, pedem novamente à Câmara Municipal. -----

-----Portanto, esta metodologia já decorre de uma experiência de muitos anos, mas eu posso vos garantir aqui, sinceramente, não vejo nenhum problema que a recomendação seja votada. Quer dizer, não adianta mais do que se um dos senhores deputados fizesse essa recomendação oralmente. -----

-----Iremos analisar a situação e depois informaremos a Assembleia. Naturalmente que faz todo o sentido ponderar, vamos ver realmente se faz sentido ou não, sendo certo que, à primeira vista, o óbice que eu vejo aqui é justamente este. Normalmente, o pagamento parcelar ao longo de quatro ou cinco vezes no ano, garante, digamos, que ao dinheiro não lhe é dado um destino diferente, pois já aconteceu com frequência. -----

-----Muito obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Senhor Deputado Jorge Rato (PS). Foi primeiro o Senhor Deputado António Moita (INOV25)?”-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário, observou o seguinte: -----

----- “Não, não. Foi o Jorge Rato (PS).”-----

3.9.3. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) referiu o seguinte:

----- “Aquilo que referi tem a ver exatamente com aquilo que o Senhor Presidente disse. Se do ponto de vista da Câmara for possível encontrar formas de simplificar este procedimento, e que a simplificação do procedimento não implique aquilo que o Senhor Presidente também disse, que tem a ver com transferências que depois, ao longo do ano, não são fáceis de controlar, pela nossa parte a proposta de recomendação também é viável, porque o espírito é esse.”-----

----- E, portanto, queria apenas referir que, tendo a Câmara concordado com esta possibilidade, e indo a Câmara ponderar de que forma é que melhor simplifica este procedimento, pela nossa parte concordamos.

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

----- “Senhor Deputado Jorge Rato (PS), pretende usar da palavra?”-----

3.9.4. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:

----- “Sim, senhora. Muito obrigado. Muito boa tarde a todas e a todos.”-----

----- Senhor Presidente, agradeço-lhe a forma como abordou esta proposta que nós apresentámos. Queria realçar que há quatro anos, pelo menos, que nós referimos a necessidade de simplificar este processo, e o que está escrito não tem a ver com pagar uma vez por ano, diz que até a periodicidade é definida pela Câmara, até pode ser mensal.

----- O que nós propomos é que o processo vá uma vez à Câmara e que venha uma vez à

Assembleia Municipal por ano. E, portanto, isto seria duas propostas na Câmara, uma para fixar o valor e outra para fazer os acertos, e aqui idem, em vez de nós, de quatro em quatro meses, estarmos a ter uma proposta aqui para discutir esta matéria.

-----É este o sentido e o espírito da proposta, e parece-nos que ela, de facto, significa simplificação administrativa.

-----Muito obrigado.”

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

-----“Mais alguém quer usar da palavra? Faz favor.”

3.9.5. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U. F. de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) interveio e disse o seguinte:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento a Mesa, a Câmara e todos os colegas da Assembleia.

-----Eu quero só referir que, se esta proposta tiver enquadramento orçamental, parece-me que é bom que a Câmara considere. Quero dizer também, que obviamente o passado é o passado, mas todos os executivos destas juntas de freguesia prestam contas à Câmara daquilo que vão fazendo e de todos os adiantamentos, nomeadamente do AT que recebem e, obviamente, no final de cada ano fazemos as devoluções.

-----Eu falo, porque a união de freguesias a que pertenço já não tem ninguém neste enquadramento. Portanto, a última funcionária reformou-se este ano, mas parece-me que seria bastante útil que as juntas pudessem ter os adiantamentos para fazer os processamentos de salário.

-----Muito obrigada.”

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

-----“Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Parece que não. Então, poderemos submeter à votação.”

3.9.6. VOTAÇÃO



47

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com três abstenções do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“DELIBERAÇÃO N.º 138/2025-----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS PROPOSTAS DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO AOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com três abstenções do Partido Chega, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras, que desencadeie os mecanismos que considere necessários e adequados para:-----

-----Um - Simplificação do processo de decisão quanto ao processo de comparticipação às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para apoio ao funcionamento dos Estabelecimentos de Infância; -----

-----Dois - Que independentemente da periodicidade em que as transferências financeiras ocorram por parte do Município, o processo de aprovação pela Assembleia Municipal se circunscreva a duas Propostas de Decisão anuais; -----

-----Três. Que seja fixada uma margem de desvio razoável que, quando ultrapassado, obrigue à correção da proposta em vigor, por forma a que as Freguesias não se confrontem com saldos negativos inesperados nas transferências financeiras ao abrigo desta competência municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Temos três abstenções e, portanto, está aprovada por unanimidade. Por maioria, perdão. Por maioria, peço desculpa. Aprovada por maioria, exatamente.”-----

3.10. APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS EM MINUTA DURANTE O MANDATO DE 2025/2029 -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Temos aqui uma outra questão, que é a aprovação das deliberações da Assembleia Municipal em minuta para o presente mandato, como se fez noutras mandatos anteriores. E, portanto, o que eu pergunto é se os senhores deputados aprovam que as deliberações da Assembleia Municipal sejam feitas em minuta, durante o mandato dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove. -----

3.10.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação a proposta de aprovação das deliberações da Assembleia Municipal em minuta durante o mandato de dois mil e vinte e cinco barra dois mil e vinte e nove, a qual foi aprovada por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo

Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 139/2025** -----

-----**APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS EM MINUTA DURANTE O MANDATO DE 2025/2029**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar em minuta todas as suas deliberações durante o mandato de dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vinte e cinco barra dois mil e vinte e nove.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Então, está aprovada. -----

----- Agora, entramos no Período Antes da Ordem do Dia propriamente dito. Pergunto: quem é que quer usar da palavra? Faz favor. Senhor Deputado Nuno Carolo, do Partido Socialista. Faz favor.” -----

3.11. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.

----- Em quinze de outubro passado foi liminarmente admitido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra o requerimento inicial da providência cautelar apresentado contra o Município e um urbanizador, para impedir uma violação grave dos direitos das populações de Cacilhas de Oeiras e para obrigar o Município a não permitir prosseguir com uma execução da obra de desvio da rede aérea de alta tensão, na linha seis mil cento e doze - Trajouce/Figueirinha.

----- Vamos aos factos:-----

----- O promotor sabia que o seu lote era atravessado por uma linha de alta tensão, quando adquiriu o terreno e submeteu um pedido de loteamento em dois mil e sete, há dezoito anos.-----

----- A Câmara Municipal sabia desta condicionante e autorizou em dois mil e vinte e um a operação de loteamento na condição de que a linha de alta tensão fosse enterrada. -----

----- A E-redes sabia que tinha desde a década de setenta linhas de alta tensão naquele local e que tinha que as enterrar. -----

----- Ainda assim, em dois mil e vinte e dois a Câmara Municipal autorizou a obra de desvio da rede aérea de alta tensão, sob a bandeira de ser provisória, e de que a rede aérea seria retirada aquando do enterramento da globalidade das linhas aéreas da zona. -----

----- Perante a surdez do Município, os moradores viram-se obrigados a promover duas petições para serem ouvidos, vendo-se forçados a apresentar uma providência cautelar para

defender os seus direitos perante um município complacente, que fez por ignorar a sua própria deliberação. -----

----- Senhora Presidente, -----

----- Sabemos hoje que o tribunal deu razão aos moradores; que o Município notificou o promotor da ordem de suspensão dos trabalhos e que em flagrante desrespeito pela decisão do Tribunal e pela instrução do Município a obra foi terminada após a comunicação. -----

----- Queira responder, Senhor Presidente, a três perguntas: -----

----- Está em condições de afirmar que o promotor vai respeitar a instrução do Município? -----

----- Já foi instaurado o correspondente auto de contraordenação contra o promotor por ter desrespeitado a instrução do Município e ter prosseguido com a obra? -----

----- E, mais importante, qual é a solução que o Município pretende implementar, se é que já a tem, e qual o compromisso que assume aqui, perante esta câmara, para impedir que os moradores sejam lesados pela ação do urbanizador? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Portanto, temos inscrito para falar o Senhor Deputado Filipe Martins (IL). Faz favor.” -----

3.12. O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Cumprimento a Senhora Presidente como cumprimento todos os eleitos, todos os funcionários e os munícipes que nos assistem aqui ou em casa. -----

----- A Iniciativa Liberal gostaria de falar de um contrato que, à primeira vista, parece uma jogada digna de um campeonato. Não é necessariamente o da transparência da gestão pública. ---

----- O Município de Oeiras adjudicou à FPF Eventos, Unipessoal - aparentemente ligada à Federação Portuguesa de Futebol - a instalação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.



Y

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

O valor do contrato? Sessenta mil quinhentos e treze vírgula trinta e cinco euros. Prazo de execução? Algumas horas. Bem poucas, ao ponto de nem sequer ter havido tempo para intervenções da oposição - apenas para os representantes da força mais votada.

----- Não é preciso ser árbitro para assinalar que algo aqui merece cartão amarelo.

----- A decisão escuda-se no artigo dos Contratos Públicos. Contudo, o que está em causa é o bom senso, a transparência, a boa aplicação dos recursos e o respeito pelos contribuintes.

----- Permitam-nos algumas perguntas para as quais, infelizmente, não temos informação:

----- Porque foi escolhido este local e esta entidade?

----- Onde é que está a proposta discriminada que justifica este valor?

----- Que serviços foram exatamente prestados?

----- Para além do espaço, por que razão não houve concorrência? Será que outra empresa não teria capacidade para montar uma sala - ou até um pavilhão municipal, face à ausência de um espaço de Congressos - por menos de sessenta mil euros?

----- Não se conhece qualquer informação sobre o caderno de encargos nem sobre a proposta apresentada.

----- Será que se adjudicou às cegas, como se chuta sem saber onde está a baliza?

----- Por isso, solicitamos à Câmara Municipal:

----- Que torne público o caderno de encargos e a proposta da FPF Eventos.

----- Justifique tecnicamente o valor adjudicado.

----- E apresente alternativas que tenham sido consideradas - se é que existiram.

----- A gestão pública não é um jogo. E muito menos um jogo viciado.

----- É tempo de jogar limpo, com regras claras e contas certas.

----- E já agora, Senhora Presidente, nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia, permitam-me sublinhar uma lacuna que continua por preencher - e que, curiosamente, nos obriga a jogar sempre fora de casa:

-----Oeiras continua sem um verdadeiro Centro de Congressos. -----

-----Um concelho que se quer na Liga dos Campeões da inovação, da ciência e da economia, mas que ainda não tem uma infraestrutura que possa receber os grandes jogos do turismo de negócios.-----

-----Resultado? -----

-----Continuamos a improvisar pavilhões e a pagar cachets de estrelas da seleção por montagens de última hora.-----

-----Um Centro de Congressos não é um luxo, é uma tática essencial para atrair investimento, dinamizar a economia local e projetar Oeiras no mapa dos grandes eventos. -----

-----E não estamos a pedir à Câmara que marque golo na própria baliza - basta que crie condições para que operadores privados, com experiência no setor, possam entrar em campo. Porque Oeiras tem tudo para ganhar... só falta mesmo a iniciativa. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Temos inscrita para falar a Senhora Deputada Municipal Celina Mendonça (INOV25). Faz favor.” -----

3.13. A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, público que nos assiste e online. -----

-----É preciso ter coragem, sacrifício, garra, determinação, resistência, aprendizagem, estudo, trabalho duro, muito empenho e talento, pois o sucesso não acontece por acaso. Vencer é uma mistura de luta, esforço, otimismo e nunca desistir. -----

-----Eles treinam muito, mesmo muito, e quando já estão mesmo cansados, ainda treinam mais um pouco. Porque esse pouquinho é o que os torna campeões do mundo. E é a motivação de



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the Mayor of Oeiras, placed above the title.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualquer atleta, qualquer desportista. É a sua admiração e o afeto que as pessoas têm neles. -----

----- Parabéns ao nosso campeão do mundo João Saudade. Neste Campeonato do Mundo Virtus e não exclusivo da síndrome de Down, ele ganhou a medalha de ouro em singulares, a medalha de prata em pares mistos e a medalha de bronze em pares masculinos. -----

----- Nasceu, vive e trabalha em Oeiras. Tem já no seu currículo: -----

----- Três medalhas de campeão do mundo; -----

----- Três medalhas de campeão da europa; -----

----- Onze medalhas de campeão nacional. -----

----- E é o embaixador do desporto pela empresa municipal Oeiras Viva. -----

----- Já foi condecorado pelo Município de Oeiras com a medalha de prata. Desta vez e neste próximo ano de dois mil e vinte e seis, julgo eu, já merecia a medalha de ouro pelo Município.

----- João Soldado, estou convencida que toda a Assembleia Municipal de Oeiras, todos nós estamos contigo, te felicitamos e damos-te força e ânimo para continuares a ser um dos embaixadores do desporto por Oeiras. Viva o nosso campeão do mundo João Saudade. -----

----- Aproveito também para felicitar outro campeão do mundo, desta vez em judo. É o atleta do Sport Algés e Dafundo José Gomes, por ter conquistado o quarto título mundial em veteranos. O Mestre José Gomes tem setenta e um anos e é, pela quarta vez, campeão do mundo em veteranos. Tem atualmente a graduação do sétimo Dan atribuída em dois mil e vinte pela Federação Portuguesa de Judo e, com este novo título, é tetra campeão do mundo de veteranos tendo conquistado os seus títulos em dois mil e dezanove em Marraquexe, em dois mil e vinte e um em Lisboa, em dois mil e vinte e quatro em Las Vegas e em dois mil e vinte e cinco em Paris, para além de ter sido o sétimo classificado nos Jogos Olímpicos de Montreal de mil novecentos e setenta e seis na categoria de sessenta e três quilos. Mais um embaixador do desporto por Oeiras.

----- Muitos parabéns ao Sport Algés e Dafundo por mais este título de campeão do mundo e ao seu atleta veterano José Gomes. -----

-----Tenho dito.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Tem agora a palavra o Senhor Deputado Municipal João Viegas (INOV25), que se inscreveu.” -----

3.14. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Desde já a saúdo, não sei se terei condições fónicas para a intervenção, mas vou tentar. Quero cumprimentar, naturalmente, o Senhor Presidente de Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados, as Senhoras Deputadas e a todos os que nos ouvem. -----

-----Um especial abraço ao Deputado Nuno Penetra Carolo (PS), que conheço há muitas décadas, e recomendar-lhe que vá ver a Ata da reunião de cinco de julho, onde o senhor Rogério Pedro Magalhães (com quem eu mantive o contacto) veio expor esse assunto e perdoe-me, com toda a gentileza, Vossa Excelência tentou-se aproveitar desta situação politicamente. Na altura, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Presidente deram as justificações que serão, certamente, novamente dadas, e entregou um abaixo-assinado, segundo as minhas notas com quinhentos subscritores. Mas para dizer, esse assunto que traz é um assunto antigo e que envolve várias entidades.-----

-----Quanto ao Senhor Deputado Filipe Martins (IL) vem na senda da professora Anabela (IL), mas devo-lhe dizer que aqui ninguém nos dá, ninguém, lições sobre atrair investimento. Se o investimento que Oeiras consegue atrair, existisse nos outros concelhos, o seu salário era o triplo. Portanto, vamos com calma, não vá por aí. -----

-----Eu queria apenas fazer uma intervenção por uma questão ética e de consciência profissional de formação académica, e que eu tenho que fazer um enquadramento prévio. Tudo isto que eu vou dizer nada tem a ver com os votos de pesar que aqui foram apresentados, mas é



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um tema que eu fui investigar e, curiosamente, só encontrei matéria em inglês, por isso também vou pedir desculpa por alguns anglicismos que vou deixar e quero que entendam estas palavras como uma reflexão.

Falar sobre suicídio é tabu e exige menos ruído e mais coragem. O suicídio entre membros de forças de segurança e de serviços de emergência não é um tema deles, é um espelho de todos nós. Do modo como o Estado cuida de quem nos protege e de como a sociedade reconhece, ou falha em reconhecer, o custo humano dessa missão. O suicídio nunca tem uma causa única. Resulta da conjugação de fatores individuais, sociais e organizacionais nas forças de segurança, de emergência, PSP, polícias municipais, GNR, Polícia Marítima, Polícia Judiciária, guardas prisionais, bombeiros, INEM. Somam-se riscos específicos, exposição repetida a trauma e morte, turnos prolongados, privação de sono, pressão operacional, escrutínio público, processos disciplinares vividos como humilhação, acesso facilitado a meios letais, cultura de invulnerabilidade que estigmatizam a procura de ajuda. Há também feridas morais, o conflito entre o dever e o que é humanamente suportável, que a literatura descreve como “moral injury” e que não cabe nos relatórios estatísticos.

Politicamente, este é um teste à nossa ideia de Estado. Se o Estado pede o máximo, disponibilidade total, risco pessoal, disciplina, tenho que oferecer o máximo: prevenção sólida, apoio psicológico atempado e confidencial, liderança responsável e avaliação independente. O contrário, chama-se “negligência institucional”. Por isso, proponho para reflexão três teses, três pilares:

Primeiro. Prevenção e conhecimento. E não estou a falar a nível municipal, isto teria de ser feito a nível nacional. Criar um observatório nacional da saúde ocupacional nas forças de segurança e emergência com dados partilhados, anonimato garantido e publicação anual de indicadores, incidência, tentativa, absentismo por saúde mental, PTSD (post-traumatic stress disorder) e burnout.

-----Harmonizar a notificação de óbitos e tentativas com revisões psicológicas *post mortem* suicide mortality review para identificar fatores preveníveis sem caças às bruxas. Incluir rastreios regulares e voluntários de saúde mental com referenciação rápida para cuidados especializados, assegurando confidencialidade efetiva e proteção de carreira.-----

-----Segundo pilar. Proteção e cuidados. Garantir equipas de psicologia e psiquiatria dedicadas com cobertura vinte e quatro/sete e protocolos de resposta a incidentes críticos baseados em evidência, intervenção de crise, follow up, terapia focada no trauma e no sono. Evitar práticas de debriefing não recomendadas universalmente. Implementar programas de paz peer support credenciados, supervisionados clinicamente e também protegidos por confidencialidade. Rever regras de acesso e guarda da arma fora de serviço com soluções proporcionais. Arma em cofre depósito transitório em contextos de crise, articuladas com avaliação clínica e salvaguarda da dignidade. Alargar o apoio às famílias, formação, linhas de apoio e sessões de psicoeducação, porque o sofrimento repercute-se no lar e a família é frequentemente a primeira linha de alerta destas situações.-----

-----E, por último, cultura, organização e accountability. Formar líderes para reconhecer sinais de alarme, gerir equipas sob stress e promover just culture, ou seja, uma cultura onde o erro se analisa para aprender e não para punir por reflexo. Rever regimes de turnos, folgas e trabalho noturno. Limitar horas extraordinárias continuadas, introduzir avaliações de risco psicossocial e a ergonomia dos horários. Distinguir claramente acompanhamento clínico de processos disciplinares, acabar com a prática informal de punir quem pede ajuda. Estabelecer auditorias independentes periódicas aos sistemas de prevenção com o envolvimento de sindicatos e associações profissionais e peritos da academia.-----

-----Senhoras e senhores deputados, não pretendo unanimidade retórica, nem qualquer questão política. Peço apenas um compromisso prático. Há medidas que custam pouco e salvam muito. Confidencialidade real no acesso a cuidados, linhas de apoio específicas, supervisão clínica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

das equipas de pares, relatórios públicos anuais, formação de chefias, gestão responsável dos horários, protocolos proporcionais sobre guarda de armamento, apoio às famílias. -----

----- A questão é política, porque é moral, quem nos protege tem o direito a proteção. A saúde mental não é um extra, é componente do equipamento tão essencial como o colete anti bala. E a vergonha tem de mudar de lugar, não em quem pede ajuda, mas em quem não garante que essa ajuda exista, chegue a horas e sem medo de represálias. -----

----- Termino com uma ideia simples: cada vida salva é uma vitória da Democracia. Em nome dos que já perdemos, façamos o que está ao nosso alcance para não pertermos mais ninguém. -----

----- Deixo como nota final que quem se encontrar e nos está a ouvir numa situação destas tem o cento e doze e o SNS vinte e quatro, porque, infelizmente, a Linha SOS Voz Amiga, como diz a minha amiga Paula Neto é paisagem, nunca funciona. -----

----- Muito obrigado, senhores deputados.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor.”-----

3.15. O Senhor Deputado José Shirley (CH) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Municípios, -----

----- O CHEGA é hoje o único partido que realmente aposte e coloca os jovens nas suas listas para participar e não para servir em cartazes. -----

----- Dá voz a uma geração esquecida, empurrada para fora do país por políticas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, que em vez de soluções deixaram frustração, salários de miséria e uma distância cada vez maior entre a juventude e a classe política. -----

----- Foi esta política do “aguenta e não chora” que afastou os jovens e lhes tirou a confiança nas instituições políticas. -----

-----E é, por isso, com muito orgulho e com responsabilidade que me apresento hoje nesta Casa como o deputado mais jovem da Assembleia Municipal. -----

-----Senhores Deputados, -----

-----A minha geração já vive numa realidade muito simples: ou consegues sair, ou ficas preso. -----

-----Preso em casa dos pais; Preso num trabalho que não paga a vida; Preso num concelho onde comprar uma casa é um desporto olímpico, mas só para os milionários, ou para quem tem os amigos bem colocados; Preso num sistema onde o mérito parece decorativo e os lugares já têm dono antes da abertura do concurso. -----

-----Ser jovem em Portugal e, em Oeiras não é entusiasmo, nem é nenhum otimismo. -----

-----É frustrante e, muitas vezes, desgastante. -----

-----E não é porque os jovens não querem trabalhar. -----

-----É porque já perceberam que o esforço deles sustenta muitas vezes o conforto daqueles que nada querem fazer. E que a recompensa, quase nunca se encontra neste país. -----

-----Senhora Presidente, -----

-----Muito se fala sobre transparência neste município. -----

-----Pois bem, a transparência não é de esquerda nem é de direita. -----

-----Transparência é uma questão de carácter. -----

-----Quem não deve, não teme. E quem não teme, explica. -----

-----E sim, está na hora de acabar com o argumento de que “é tudo legal”. -----

-----Porque legal – até pode ser, mas moral e transparente, nem sempre o é. -----

-----E, por isso, deixe-me dar um exemplo simples, que tenho a certeza que este Executivo conhece-o muito bem: -----

-----No Parque dos Poetas, foi adjudicado por ajuste direto um monumento de cerca de seiscentos mil euros, aquele famoso “obelisco da homenagem”, que mais se poderia chamar o



g

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

obelisco dos erros ortográficos. Porque não é uma questão técnica. É uma questão de prioridades e de respeito pelo dinheiro público. -----

----- Isto não é apenas gastar. É gastar muitas vezes mal. E pior, é gastar como se o dinheiro fosse infinito. Mas não é: -----

----- O dinheiro não é da Câmara; não é dos partidos; não é de quem ocupa o cargo, que é transitório e que é passageiro. Esse dinheiro é dos municípios; é das famílias que cá vivem, que cá trabalham, e que pagam os impostos. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, -----

----- Se esta casa estava muitas vezes habituada ao silêncio de uma maioria, preparem-se para mudar de rotina. -----

----- Porque esta bancada veio mesmo para ser incómoda, útil e vigilante. -----

----- E deixo uma mensagem clara: -----

----- Se querem futuro, governem para quem ainda vai cá estar, e não apenas, para quem já está confortável, há muitas décadas. -----

----- Disse!” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Portanto, mais ninguém pretende usar da palavra? Faz favor. É verdade, é verdade, é isso mesmo. Estava-me a esquecer. Faz favor.” -----

3.16. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo, a todas as Senhoras e Senhores Deputados, público que nos assiste. -----

----- A questão que colocaria tem a ver com solicitações que nos foram chegando de municípios residentes no Bairro da Tapada do Mocho, em Paço de Arcos. Trata-se de um bairro com uma elevada população, uma densidade populacional bastante elevada que, segundo tivemos oportunidade de conhecer e de sermos acompanhados pela comissão de moradores, está carente

de um conjunto de espaços exteriores de convívio de qualidade, espaços verdes, espaços intergeracionais equipados com conforto, com segurança, com pavimentos regulares e, como tivemos oportunidade, de facto, de verificar *in loco*, pensamos que é uma área que precisa de um investimento reforçado e urgente atendendo, de facto, à densidade da população que ali reside. --

-----Como tantos outros bairros, é também fustigado pela falta de estacionamento, por uma rede viária sobrecarregada que também é agravada pela situação que tem vindo a ser desenvolvida, de ligações a outras áreas envolventes que ainda carecem de ser resolvidas.-----

-----Fomos também informados que este bairro já foi visitado, inclusivamente pelo executivo da freguesia, por técnicos municipais e que houve, portanto, algum interesse manifestado pelas forças e pelos executivos autárquicos em causa, mas que, até ao momento, ainda não se materializaram em intervenções concretas.-----

-----Tendo em atenção que é um bairro onde a própria população - e do nosso ponto de vista muito bem - se organizou em comissões de moradores, portanto, com uma dinâmica local interessante, com diferentes atividades e tomado também o pulso àquilo que são os destinos do seu próprio bairro, parece-nos aqui importante sublinhar e dar esta nota também à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras, Porto Salvo (deverá querer dizer “Paço de Arcos”) e Caxias no sentido, de facto, de continuar a auscultação das populações aqui envolvidas, mas avançar rapidamente para respostas, propostas e soluções discutidas, aferidas e que permitam, de facto, uma resposta mais célere a estas solicitações que, de facto, nos parecem perfeitamente justas. E, eventualmente, até fazer um balanço mais alargado ao nível do Concelho do nível de cobertura que estas áreas residenciais que são, de facto, múltiplas, de épocas diferenciadas, têm ao nível destes espaços de recreio, de lazer, de convívio, espaços verdes e perceber como é que essa estrutura se vai sendo desenvolvida, como é que as políticas municipais também se articulam com estas necessidades concretas da população.-----

-----Ficava também a pergunta, como é que está esta situação e o desafio para que esta



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the Mayor or a representative, is positioned in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

programação seja, de facto, partilhada com a Assembleia Municipal.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), por favor.”

3.17. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio e disse o seguinte:

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento-a naquela que é a minha primeira intervenção neste mandato, felicitando-a e desejando-lhe votos de sucesso na condução dos trabalhos. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caras e caros oeirenses.

Vou quebrar uma regra que não costumo quebrar muitas vezes, que é dar atenção a um assunto que, na verdade, não merecia muita, mas hoje, porque há coisas que mexem comigo, tenho de abrir uma rara exceção.

Na passada Assembleia Municipal tivemos o primeiro momento em que depois da “mordaça”, ou da “lei da rolha”, ou como lhe quiserem chamar que foi imposta às forças políticas da oposição, tivemos então o primeiro momento em que as forças políticas da oposição puderam finalmente usar da palavra. E eis senão quando a força política que mais passou o mandato anterior a desdenhar da participação política dos jovens nesta Casa chamando-os frequentemente de “crianças”, mandando-os para a creche e tecendo vários outros comentários idadistas, eis senão quando percebemos que esta força política descobriu finalmente as virtudes da participação de jovens na política. E escolheu um jovem para fazer a primeira intervenção da bancada no mandato. Que desplante mandarem um jovem, depois do que passaram nos últimos quatro anos a dizer da participação política dos jovens. Quanta hipocrisia, senhoras e senhores deputados do INOV.

E hoje tivemos aqui também a bancada da extrema-direita que em quatro anos, não disso nem bem nem mal da participação política dos jovens, lembraram-se também que os jovens existem na política e enviaram também um jovem para fazer uma intervenção.

-----Felizmente pelos dois discursos proferidos pelos jovens em causa, no caso do Deputado Tomás Barra (INOV25) e no caso do Deputado José Shirley, do Chega, ficou claro que nem o INOV, nem o Chega percebem o que é que os jovens querem da política. Os jovens querem saber como é que os políticos vão resolver a crise na habitação. Os jovens querem saber como é que os políticos vão garantir políticas de emprego e de salário que lhes permitam construir família e um futuro com estabilidade. Os jovens querem saber o que é que os políticos vão fazer para combater a emergência ecológica e garantir que temos um planeta habitável no futuro. Os jovens não querem saber nem dos reinos encantados que vêm na cabeça do Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25), nem dos devaneios das guerras culturais do Senhor Deputado José Shirley e da bancada do Chega. -----

-----Oeiras não é um reino, nem é uma ditadura. Não tem reis, não tem ditadores por muito que queiram respetivamente arranjar novas maneiras de exaltar o culto dos vossos líderes, no culto da personalidade constante em que vivem. Em Oeiras não há quadros de líderes políticos plantados nas paredes dos gabinetes das forças políticas. E em Oeiras, Senhor Presidente Isaltino Moraes, Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) também não há reis.-----

-----O INOV e o Chega podem ter mandado aqui acima jovens para fazer discursos, mas a verdade é que o discurso saiu, ambos os discursos saíram, permitam-me parafrasear Ana Drago, “os discursos saíram velhos, velhos, velhos, velhos”. Velhos do tempo da União Nacional e da Monarquia Absolutista. -----

-----Mas isto, por muito que o INOV gostasse que fosse uma monarquia e o Chega uma ditadura, não é nem uma monarquia, nem uma ditadura. É uma república e numa república há regras, há democracia e há alternância de poder. -----

-----E como há isto tudo e também não há ilusões que durem para sempre, termino sem querer entrar ali numa competição de “name dropping” vazio com o Senhor Deputado Tomás Barra (INOV) a parafrasear Eça de Queirós: “Os populismos do centrão e o populismo fascista do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Chega não vão ruir, porque não são um edifício. Vão sair com benzina, porque são nódoas". -----

----- Muito obrigado." -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- "Senhor Deputado, pretende usar da palavra?" -----

3.18. O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- "Senhora Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos."

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte o seguinte: -----

----- "Faz favor. Ora, tem ali, tem quarenta e seis segundos." -----

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- "Senhora Presidente, senhores deputados, caros membros do Executivo. -----

----- Eu creio que a Senhora Presidente, até pelas funções que já exerceu noutra esfera e todos os senhores deputados sabem, não é permitido partidos de ideologia fascista pela Constituição da República Portuguesa, e queria só pedir, se a Senhora Presidente podia elucidar o Deputado que acabou de proferir essas afirmações. -----

----- Muito obrigado." -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- "Muito obrigada. Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor." -----

3.19. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) referiu o seguinte: -----

----- "Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apenas para elucidar o Senhor Deputado do Chega que a Constituição e o Tribunal Constitucional também não permitem partidos que não tenham os seus estatutos em dia. O Chega está desde dois mil e dezanove para resolver esse problema. Se calhar, em vez de gastar tempo nesses..." -----

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) interveio, mas dado que o fez com o

microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, tem de se habituar, tem de se habituar, tem de se habituar à Democracia, Senhor Deputado. Se calhar, Senhor Deputado, se perdesse mais tempo a averiguar a legalidade dos seus estatutos, perdia menos tempo a dizer os disparates que disse aqui agora. --

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Portanto, mais ninguém quer usar da palavra? Senhor Vice-Presidente, pretende dizer alguma coisa sobre...? Faz favor.” -----

3.20. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a todos cumprimento, em todos os vossos graus e qualidades. -----

----- Respondendo às questões que foram colocadas sobre o loteamento e sobre a alteração no poste de alta tensão em Cacilhas de Oeiras. Já foram informados os moradores e já foi informada a conferência de representantes, entre os quais do Partido Socialista que estava presente, que nós, o Município de Oeiras, apesar de ser externo a esta questão, a E-REDES tem condições para alterar o poste se assim o entender, devendo por cortesia falar com o Município, e o que a E-REDES se comprometeu a fazer, foi nos próximos três anos enterrar a linha de alta tensão. É isso que aconteceu. No mais, o Município foi notificado pelo tribunal, deu conhecimento à E-REDES do que deveria acontecer nos termos da notificação que recebeu no tribunal, todo o resto compete às instituições judiciais e nós não nos substituímos a elas. -----

----- Sobre as questões que foram colocadas..., sobre o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal. Senhor Deputado, convinha questionar antes de julgar. O Município de Oeiras pagou zero pelo aluguer da sala. O Município de Oeiras contratou a empresa que tem o lado dos eventos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

naquele pavilhão. E foi escolhido aquele pavilhão, porque foi escolhido aquele pavilhão, como noutras alturas, foram escolhidos outros. No mais, Senhora Presidente, eu comprometo-me a solicitar aos serviços do Município para enviar toda a documentação referente àquela contratação para que seja do conhecimento cabal dos senhores deputados. Eu percebo que há deputados novos nesta matéria, os documentos administrativos são do conhecimento por norma público, Vossa Excelência pode conhecê-los todos, pode lê-los e conhecê-los em profundidade, certamente contribuirá para o seu enriquecimento. -----

----- Sobre a questão da...., que foram aqui trazidas da Tapada do Mocho e a questiúncula das duas faces da mesma moeda que estiveram aqui a ser discutidas. Senhores deputados, permitam-me que vos diga o seguinte: as eleições já aconteceram. Um. Dizer que alguém sabe o que querem os jovens perante uma Assembleia onde dois terços - e certamente que muitos jovens terão votado nesses dois terços de deputados que foram eleitos - é de uma pretensão, de uma pretensão política estranha. -----

----- Dizer sobre associações de moradores. O mandato começou agora. O julgamento popular aconteceu há cerca de um mês. Estão descontentes os moradores? Não creio. Portanto, tudo isto e todas as associações de moradores são regularmente recebidas pelo Executivo Municipal nos vários pelouros, de tal forma que ainda nem sequer há pelouros distribuídos, portanto, não tenham pressa, o mandato começou agora. Tudo correrá como normalmente acontece na gestão da Câmara e do Município. -----

----- Senhora Presidente, é só. Muito obrigado.”-----

3.21. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente apenas para, em primeiro lugar, dizer que o assunto não é antigo e não está fechado. A decisão, isto em resposta ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25), não é antiga e não está fechada. E as perguntas que foram feitas têm pertinência, permita-me discordar do Senhor Vice-Presidente. A questão é se está em condições de afirmar... O Senhor Vice-

Presidente acabou de afirmar que o Município não é órgão para..., não, o Município é o órgão que tem capacidade fiscalizadora e contraordenacional quando uma instituição o desrespeita em instruções de construção. Tem. Acho que tem. Não preciso que lhe mostre a competência, julgo que sabe onde é que ela está. E aquilo que é importante perceber é se, de facto, passam impunes os desrespeitos ao Município, ou se o Município se faz respeitar.

A resposta que foi dada quer na Comissão, quer aqui pela Senhora Vereadora que já não o é, na reunião de cinco de julho, foi que o Município tenta fazer, vai fazer... Não. Há uma competência neste momento, há uma ordem instruída do tribunal para suspender os trabalhos e aquilo que é preciso perceber é se a Câmara..., aliás, a informação que o próprio Município já prestou, há uma alternativa da própria E-REDES nem sequer passar por aquele lado. E, portanto, aquilo que a gente quer saber é se o Município já pensou e se tem uma alternativa, de facto, para evitar que os moradores sejam lesados, ou continuem a ser lesados.”

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

“Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).”

3.22. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:

“Senhora Presidente, era só para mencionar por favor ao Senhor Deputado Tomás (CEO) que leia o processo cinquenta e nove PP do Tribunal Constitucional, onde os órgãos do Partido Chega estão legalizados. Portanto, é uma santa ignorância da extrema esquerda. Como Chefe de Gabinete do Livre deveria saber, mas comprehendo que não tenha grande capacidade de leitura, nem de retórica. Portanto, era só para acabar com esta situação da ilegalidade do Partido. É ir ao Tribunal Constitucional consultar o processo cinquenta e nove PP. Somos um Partido legal.

“Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

“Mais alguém pretende usar da palavra neste momento? Ninguém? Então vamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

passar ao Período da Ordem do Dia.” -----

3.23. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio e disse o seguinte: ---

----- “Senhora Presidente, por favor. Foi colocada uma questão ao Senhor Vice-Presidente, pretendemos perceber se tem condições para dar a resposta, ou não, nesta segunda alocução do Deputado Nuno Carolo (PS).”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim. Senhor Vice-Presidente? -----

3.24. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, o Vice-Presidente da Câmara já respondeu. Entendeu quem quis, quem não quis talvez queira entrar em algum diálogo que não vai ter. É só.”-----

3.25. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para dizer que o Partido Socialista lamenta que não seja possível da parte da Câmara Municipal dar as respostas que quer nós, enquanto deputados municipais, quer outros que assinaram petições, já levantaram por diversas vezes e, portanto, o que é absolutamente lamentável é que, neste momento, o Senhor Vice-Presidente não tenha conhecimento ou competência para dar a resposta necessária. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não havendo mais nada nesta parte do Período Antes da Ordem do Dia, passaremos ao Período da Ordem do Dia.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia e suplente ao XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP (os documentos referentes a esta

eleição ficam arquivados, como anexo, na pasta desta sessão) -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Está em cima da mesa uma proposta, uma indicação de dois representantes a este Congresso. -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras pelo presente em nome do Grupo Municipal INOV venho apresentar as seguintes propostas no âmbito do ponto referente à eleição do Presidente da Junta de Freguesia e respetivo suplente ao vigésimo sétimo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----Propõe-se a indicação de Inigo Pereira, Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas como membro efetivo e Bárbara Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena como membro suplente.” -----

-----Portanto, é esta lista que temos e esta votação terá de ser feita por voto secreto. Temos ali a urna e eu pedia à Dona Cristina que distribuísse os votos. E, portanto, quem concordar com esta lista vota sim, quem discordar vota não e quem não quiser votar, quem se quiser abster vota em branco. Portanto, sim/não. -----

-----Se algum dos senhores deputados quiser colaborar para ir junto à urna. Sim/não...” --

-----**O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário,** observou o seguinte: -----

-----“O Francisco O'Neill (CH) ofereceu-se.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor. -----

-----Faz favor, o Senhor Segundo Secretário vai proceder à chamada. -----

-----Senhores deputados, temos o resultado da votação da lista apresentada que foi feita por sufrágio secreto e esta lista foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor, quatro contra e sete brancos, exatamente. Sete votos brancos. Portanto, está aprovada a lista que constituía



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui o ponto um da nossa Ordem de Trabalhos.

Ora, peço atenção.”

4.1.1. VOTAÇÃO

A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação a lista dos representantes de Presidente de Junta e seu substituto no vigésimo sétimo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a qual foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com vinte e seis votos a favor, quatro votos contra e sete votos em branco.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:

“DELIBERAÇÃO N.º 140/2025

XXVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA E SEU SUBSTITUTO

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da lista apresentada para designação do Presidente de Junta e seu substituto (também Presidente de Junta) que em representação de todas as Juntas de Freguesia do Município de Oeiras, participará no vigésimo sétimo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, designadamente:

Inigo Arcanjo da Cunha Fialho Pereira (efetivo) – Presidente da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas;

Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva (suplente) – Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena.

A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com vinte e seis votos a favor, quatro votos contra e sete votos em branco.

Face à votação obtida foi deliberado designar o Senhor Presidente Inigo Arcanjo da Cunha Fialho Pereira (efetivo) e a Senhora Presidente Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva (suplente) para participar no referido congresso.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 981/2025 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 4ª Alteração Orçamental Modificativa (4ª Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----
-----“Quem pretende usar da palavra sobre este ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos? Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).” -----
-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) disse o seguinte: -----
-----“Carolo. Muito bem.” -----
-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----
-----“Certo?” -----
-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) respondeu o seguinte: -----
-----“Certo, certo. Isso mesmo.” -----
-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----
-----“Então faz favor.” -----
-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) interveio e disse o seguinte: -----
-----“Senhora Presidente. -----
-----A proposta pretende dar suporte à candidatura para a criação de uma Loja do Cidadão três ponto zero, a instalar no edifício da antiga Associação Empresarial da Região de Lisboa, da AERLIS, que reúne as condições necessárias para se submeter ao concurso do PRR, investimento... (eu vou-me dispensar de ler o “paleio”), respeitante à reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares, com uma cobertura de setenta por cento do investimento pelo PRR. -----
-----A instalação de novas lojas do cidadão surge de uma iniciativa municipal, e muito bem, conforme previsto no número seis do artigo nono do decreto-lei setenta e quatro/dois mil e



VN

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

catorze. Deste modo, o Município de Oeiras, enquanto beneficiário final, deu seguimento à candidatura deste equipamento, garantindo a posterior celebração do protocolo com a Agência para a Reforma Tecnológica do Estado para a gestão do espaço. Desconhecem-se pormenores, julgo que ainda não estão fechados, de acordo com a informação que o Senhor Presidente prestou em reunião de Câmara.

O processo iniciou-se com uma previsão de despesa elegível de um milhão e cinquenta mil euros, tendo sido aditados para um valor ligeiramente superior a um vírgula sete milhões para, resumindo, uma obra que está orçamentada na Câmara, neste momento, com a aprovação que aqui se faça, de dois milhões quatrocentos e trinta e seis. A parte preocupante, resumindo o assunto neste tema, é a posição do Senhor Presidente na reunião de Câmara que nos informa que esta Loja do Cidadão três ponto zero apenas é importante para o Município de Oeiras, se for paga pelo PRR. Portanto, se os setenta por cento, se a obra não estiver concluída a tempo, e os setenta por cento não estiverem garantidos do PRR, a Loja do Cidadão três ponto zero deixa de ser uma prioridade para o Município.

O PS discorda e gostava de dizer desde já que, se porventura acontecer esse cenário, o PS está em condições de afirmar que apoiará o Executivo na contração do empréstimo necessário ao cumprimento deste desiderato, que é essencial para a população de Oeiras, dignifica a nossa população e melhora prestação de serviços do Estado.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhora Deputada Anabela Brito (IL), pediu a palavra? Faz favor.”

A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:

“Obrigada, Senhora Presidente. Saúdo-a e saúdo todos na sua pessoa, aqueles que estão aqui presentes, bem como os que nos assistem de forma não presencial.

Ora bem, a proposta que hoje nos é apresentada relativa à quarta alteração orçamental

modificativo de vinte/vinte e cinco visa garantir os meios financeiros indispensáveis ao lançamento da empreitada da instalação da Loja do Cidadão de Oeiras, no edifício anteriormente ocupado pela AERLIS. Trata-se de um projeto relevante que permitirá concentrar serviços públicos essenciais num único espaço, facilitando o acesso dos cidadãos e promovendo maior eficiência administrativa. -----

-----A Iniciativa Liberal valoriza a modernização dos serviços públicos, a simplificação administrativa e a proximidade aos cidadãos. A instalação da Loja do Cidadão pode, de facto, contribuir para uma administração mais ágil e centrada nas necessidades dos municípios. Contudo, não podemos deixar de manifestar preocupação com a forma como este processo foi conduzido. Estamos agora perante uma verdadeira corrida contra o tempo, com o risco de perder o financiamento do PRR, caso a obra não seja concluída até junho de vinte/vinte e seis. -----

-----Este tipo de gestão marcado por indefinições e atrasos é incompatível com a exigência que deve pautar a utilização dos fundos europeus. É fundamental que haja responsabilização política e técnica, e que os procedimentos concursais e a execução da obra decorram com total transparência e rigor. Importa ainda sublinhar que o projeto da Loja do Cidadão já constava nas GOP anteriores. Isso significa que a prioridade estratégica estava definida há muito tempo. Perguntamos então: que tipo de dotação orçamental foi considerada inicialmente? Os encargos mudaram ou aumentaram? Em que rubricas concretas se verificaram essas alterações? Estas questões são essenciais para compreendermos se estamos perante uma gestão preisional responsável ou se, pelo contrário, houve falhas de planeamento que agora obrigam a correr atrás do prejuízo. -----

-----A Iniciativa Liberal reafirma o seu compromisso com a modernização e eficiência da Administração Pública, mas exige que este processo seja conduzido com rigor, transparência e respeito pelos princípios da boa gestão financeira. Só assim poderemos garantir que os cidadãos de Oeiras terão finalmente acesso a um equipamento público que lhes simplifique a vida e que os



A handwritten signature in blue ink, appearing to be the letter 'G' or a similar mark, is located in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundos europeus sejam aplicados de forma exemplar.

Disse.”

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

“Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.”

O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:

“Senhora Presidente.

No entendimento do Grupo Municipal do Partido Chega no que concerne à proposta novecentos e oitenta e um/dois mil e vinte e cinco, referente à quarta alteração orçamental modificativa às Grandes Opções do Plano, reconhecemos a relevância institucional desta análise que visa ajustar o planeamento e a execução orçamental às dinâmicas da gestão municipal, é certo.

Contudo, em razão da prudência, do rigor técnico e da transparência, deve-se regular cada decisão orçamental em conformidade com a sua legalidade e fiscalização, como todos os presentes devem certamente concordar, ou não.

As revisões ao orçamento com caráter modificativo, conforme todos nós bem sabemos, reitero, são instrumentos legítimos e necessários, sem dúvida, mas exigem uma análise rigorosa, assente nos princípios da legalidade, da eficiência e responsabilidade financeira, conforme indicado na Lei das Finanças Locais e no Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Neste contexto, o Grupo Municipal do Partido Chega entende ser fundamental colocar as seguintes questões de escrutínio e responsabilidade política que serão enviadas por escrito, uma vez que nada é esclarecido nesta Assembleia.

Acerca dos critérios técnicos e económicos que fundamentaram a alteração e a sua conformidade às Grandes Opções do Plano, se está devidamente assegurada a cobertura orçamental das novas dotações, sem comprometer as rubricas essenciais na gestão corrente no Município. Saber que mecanismos de controlo e auditoria interna estão previstos para garantir que

a execução desta revisão não conduz a desequilíbrios financeiros no futuro. Saber se existe um plano de reavaliação periódica que permita corrigir eventuais desvios durante a execução. Saber se está garantida a regularidade jurídica e financeira do apoio não reembolsável de um milhão setecentos e oito mil oitocentos e quarenta e um euros e trinta e dois cêntimos, em conformidade com o aviso de abertura de concurso e com as regras de elegibilidade aplicáveis. Saber qual o impacto concreto deste apoio no lançamento da empreitada da Loja do Cidadão e que garantias existem quanto à eficiência desta execução. Tantas e tantas questões que poderíamos aqui apresentar. - -----

-----O Grupo Municipal do Partido Chega reafirma o seu compromisso com uma gestão pública rigorosa, transparente, orientada para o interesse de todos os municípios. Acreditamos que só através do escrutínio responsável e da prudência orçamental se garante a sustentabilidade financeira e a credibilidade das decisões. Deste modo, esta proposta deveria ter sido analisada com a devida ponderação, esclarecimento atempado e tempo, garantindo que cada euro público é aplicado de forma eficiente, de forma controlada, juridicamente fundamentada em benefício do direito dos cidadãos em Oeiras. -----

-----Por essas razões, não iremos acompanhar a mesma. -----

-----Disse.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Obrigada. -----

-----Tem a palavra o Senhor Deputado António Moita (INOV25). -----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----As obras, para algumas forças políticas, as obras em Oeiras “caem do céu”. Acontecem. Acontecem porque alguém, um dia, teve essa inspiração e a coisa aconteceu. Não, isto é um processo. É um processo complicado. É um processo que a Câmara tem vindo a criar todas



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the Mayor or a representative, is positioned in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as condições possíveis para que a Loja do Cidadão possa ser uma realidade. Ela vai acontecer, e o que estamos aqui a tratar neste momento, não é de todas essas questões que, com certeza, a seu tempo serão muito importantes relativas ao funcionamento da Loja do Cidadão. O que estamos aqui é a tornar possível mais um passo para que a obra possa acontecer e isso passa pela quarta alteração orçamental modificativa, que é o que temos até para nos ajudar ali no quadro. -----

----- Portanto, o que se trata aqui é de saber se esta Assembleia autoriza, ou não autoriza que esta alteração orçamental possa acontecer. Para quê? Para que seja, de facto, possível ver que a Loja do Cidadão, também dentro de alguns meses, possa acontecer. É o que está aqui, é o que a Câmara nos pede, e é o que a Câmara tudo tem feito para que aconteça. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Mais algum senhor deputado se pretende inscrever sobre esta matéria? Não há mais inscrições? Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Sobre as questões que foram suscitadas, que não são reais questões, dizer o seguinte: se a obra vai cumprir todos os trâmites legais? De outra forma não é possível. Vai ter que passar por um concurso que até tem que ir à aprovação do Tribunal de Contas, portanto, sem visto, em princípio, não se faz a obra. A obra é acompanhada com fiscalização, portanto, também não consigo perceber como é que esta obra será diferente de todas as outras que nós fazemos. O orçamento do Município que Vossas Excelências devem conhecer é vasto, muito dele investido em obras, portanto, não sei o que é que esta tem de diferente das outras. Portanto, todos estes critérios serão cumpridos. -----

----- Todavia, há aqui uma questão que eu não posso deixar de dizer. Vossas Excelências eu creio que não perceberam o que é que o Senhor Presidente da Câmara disse na reunião de

Câmara. Passo a explicar-vos. Por indefinição sucessiva por parte da AMA (Agência para a Modernização Administrativa), agora ARTE (Agência para a Reforma Tecnológica do Estado), por indefinição sucessiva este processo foi arrastado. Porque não sabiam quantos metros quadrados queriam para uma coisa, que serviço queriam colocar, não respondiam como habitualmente não respondem alguns organismos da Administração Central. Este processo foi atrasado tempos e tempos por indefinição dos organismos sob tutela do Governo da República. Portanto, não nos convidem a endividar o Município (porque era isso que iria suceder) o Município porque o Governo da República não foi capaz de conduzir o processo tempestivamente para utilizar as verbas destinadas ao efeito. É isso que está em causa aqui e é por isso que o Senhor Presidente da Câmara falou nos termos em que falou, e que eu estou a falar nos termos em que eu estou a falar. Não é defender o interesse dos oeirenses que quando o Governo da República não conduz tempestivamente os processos - e não tem a ver com um Governo ou outro, os Governos sucessivamente fazem isto com os municípios - sucessivos Governos têm feito isto, arrastam os processos, não respondem... Ainda hoje estivemos a discutir processos de milhões e milhões de euros que há oito meses estão para ter resposta e não têm. Este também é um desses processos. Durante meses arrastaram, quando chegou, era em cima da pausa no verão, por causa da suspensão dos órgãos, como tal só foi possível depois. Portanto, todos os atrasos têm responsáveis: é a Administração Central. Portanto, nós estamos a fazer esta alteração orçamental modificativa na expectativa de que o Governo da República assuma as suas responsabilidades, porque não vamos nós assumir, nós Município e nós oeirenses, assumir a responsabilidade, porque o Governo e os organismos que tutela não responderam tempestivamente como já é habitual.

-----É só, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Deputada Sílvia (PAN), faz favor.” -----



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the President or a representative of the Assembly.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento todos os presentes. -----

----- Tinha aqui uma questão. Na Ata da reunião de Câmara é possível ler que, se não for possível cumprir o prazo do PRR, a obra não avança. E o que eu gostava de perguntar é: caso a obra não avance por incumprimento do prazo do PRR, esta Assembleia pode garantir aos munícipes que os dois milhões não irão ser usados noutra finalidade sem nova votação? -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “O Senhor Vice-Presidente, pode responder a esta questão, se faz favor?” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

----- “Quais dois milhões?” -----

----- Alguns senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

----- “Não são usados para quê? -----

----- Está nesta... Se não vai haver... O Senhor Presidente já falou e eu reafirmei aqui: a alteração serve para isto. Se o Governo da República não for capaz de estar à altura das suas responsabilidades, a obra não avançará. Não será o Município de Oeiras a onerar-se e a onerar os oeirenses, porque o Governo não conseguiu cumprir os prazos. É simples. Está respondido.” -----

----- Alguns senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

----- “Será usado para quê? Para outra obra? Naturalmente que os recursos públicos são usados de acordo com as prioridades que o Executivo Municipal determina. Conforme o resultado dos sessenta e um ponto nove por cento da última eleição.” -----

-----Alguns senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vamos com calma. Quem pretende falar sobre este ponto, ou dizer mais alguma coisa? Faz favor, Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).”-----

-----O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Vice-Presidente, o PS leu bem a proposta e a Ata da reunião e participou da discussão, não é esse o ponto. Nós percebemos que há das Finanças, da Segurança Social indefinição, da ARTE, de todos os outros que têm responsabilidade e o Município não tem nenhuma, e nem sequer estamos a dizer que o Município tem responsabilidades. O que nós estamos é a assumir um compromisso perante o Executivo, claro, transparente, de que para nós, Partido Socialista, a existência de uma loja de cidadão três ponto zero no Concelho de Oeiras é uma prioridade. E se o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Presidente e o restante Executivo entenderem que a existência desta loja melhora a vida dos cidadãos em Oeiras, o Partido Socialista acompanhará, à semelhança do que já fez para outras coisas bem menos, eventualmente, impactantes na vida das pessoas, na generalidade da população do Concelho de Oeiras, na assunção de outras formas de financiamento que permitam a construção efetiva deste espaço e a utilização do espaço que a Câmara Municipal adquiriu. É só isto que nós estamos a dizer. Não estamos a acusar o Município, não nos confunda com o Chega. -----

-----Obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende falar sobre este ponto? Ninguém? Faz favor.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Deixe-me só transmitir uma questão, Senhora Presidente. Se eu partir num ponto de negociação em que tenho que pressionar o Governo para cumprir com as suas obrigações dizendo:



HM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“mas estejam descansados, se não cumprirem pago eu”, é uma grande negociação da nossa parte, não é? -----

----- É só, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Portanto... Faz favor, faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) observou o seguinte:-----

----- “Eu tinha por mim por bom, dados os últimos processos eleitorais que este Executivo estaria de boas graças com o PSD e com o Governo do PSD. Seria fácil presumir que um entendimento seria fácil, não estamos propriamente numa negociação. Para além de que isto não é uma negociação. O espaço é do Município, a candidatura é do Município, existe um processo administrativo cumprido. Neste momento faça-se a obra, que é aquilo que é preciso para haver uma loja de cidadão. Portanto, esse desentendimento não consigo perceber.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? Parece-me que não. Passaremos então à votação deste ponto dois.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos

Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva e Sandra Cristina Amaral Monteiro), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com três abstenções, sendo duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com três votos contra do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho). --

-----Os Senhores Deputados Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25. Não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“DELIBERAÇÃO N.º 141/2025 -----

-----PROPOSTA C.M.O. N.º 981/2025 – DPOC - 4^a. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (4^a. REVISÃO) ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e um barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número dezassete da Reunião da Câmara Municipal realizada em cinco de novembro, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com três abstenções, sendo duas do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com três votos contra do Partido Chega, aprovar a Quarta Alteração Orçamental Modificativa de dois mil e vinte e cinco (quarta revisão), nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

4.2.1.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

“Para dizer que farei chegar uma Declaração de Voto.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Fica consignado.”

A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:

“Votámos hoje, a quarta revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano, que inclui o reforço de dois milhões de euros para a instalação da Loja do Cidadão, financiada pelo PRR.

O financiamento aprovado é de um milhão setecentos e oito mil oitocentos e quarenta e um euros e trinta e dois cêntimos, conforme o aditamento ao Termo de Aceitação assinado pelo Município.

É positivo que Oeiras receba investimento público nacional e europeu e que os municípios passem a ter um serviço mais concentrado e eficiente.

Porém, a documentação apresenta aspectos que carecem de esclarecimento. A ata diz

claramente que “se não for possível cumprir o prazo do PRR, a obra não avança”.-----

-----Estamos a aprovar uma revisão orçamental para uma obra que pode não vir a ser executada.-----

-----Questionei se a obra não avançar por incumprimento do prazo do PRR, esta Assembleia pode garantir aos municíipes que os 2 milhões não irão ser usados noutra finalidade sem nova votação? A resposta do Senhor Vice-Presidente não foi esclarecedora e por esse motivo abstivemo-nos.”-----

4.2.1.2. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Senhora Presidente, era para o mesmo efeito, também.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Para o mesmo efeito? Fará chegar uma declaração escrita.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) respondeu o seguinte:-----

-----“Sim.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:-----

-----“O Grupo Político Coligação Evoluir Oeiras votou favoravelmente a proposta em apreço, partindo do pressuposto que a verba será usada na concretização da obra a que a proposta em causa se propõe. Acompanharemos o desenrolar dos acontecimentos relativamente a esta obra e seremos vigilantes quanto à execução tanto da obra, como desta alteração orçamental modificativa.”-----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 795/2025 – GATPI – relativa à Adesão do Município de Oeiras à Casa da América Latina (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Quem pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Deputada Mónica



01

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Albuquerque (CEO), mais ninguém? Senhor Deputado Alexandre (deverá querer dizer “Francisco”) O’Neill (CH) e a Senhora Deputada Anabela Brito (IL). Faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ---

----- “Obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- Eu começo por saudar as diligências que a Assembleia Municipal fez para obtenção de documentos que estavam em falta para esta reunião e também para a correção dos documentos que estavam caducados na maioria das propostas. Continuam em falta algumas, mas a seu tempo falarei. Nesta proposta a documentação foi, de facto, corrigida em sequência do e-mail que enviámos, portanto, os meus agradecimentos. -----

----- Esta proposta em causa pretende que esta Assembleia vote hoje a adesão do Município de Oeiras à Casa da América Latina, com o pagamento de uma quota anual. -----

----- A proposta indica, e passo a citar: “... que apesar dos recursos serem escassos face aos desafios que se colocam nos países parceiros, Oeiras, através dos seus diversos protocolos e acordos de geminação faz por promover uma política de cooperação.” -----

----- Ora, por mais..., que eu sei que é um mandato novo, temos uma nova Presidente, temos novos deputados, a verdade é que esta já para nós é uma questão já antiga. Já por mais do que uma vez nesta Assembleia e através de requerimento solicitámos informação sobre os acordos de cooperação e de geminação que tem o Município de Oeiras, sabendo que, por lei, os acordos de geminação têm de ser aprovados por esta Assembleia Municipal. E aguardamos assim, desde novembro de dois mil e vinte e três (portanto já lá vão dois anos) a chegada da informação. Portanto, voltamos por isso a solicitar a informação que nunca nos foi enviada. -----

----- No que se refere ao interesse público subjacente também, a adesão à Casa da América Latina indica que “se reveste de particular interesse, designadamente na promoção do entendimento e a cooperação entre Portugal e os países da América Latina através de iniciativas das áreas cultural, científica, tecnológica, académica, económica e institucional, enquadrando-se

assim na sua missão de conceito de relevante interesse público local". -----

-----Como podemos nós avaliar isto se os deputados nem informados foram - e aqui nesta proposta também não tem informação, nem na proposta nem nos anexos – sobre quais são os países da América Latina que têm relações com Oeiras? -----

-----Na falta de melhor oportunidade de informação, Senhor Vice-Presidente, pedimos que nos esclareça agora para estarmos em condições de votar esta proposta. Quais são os países que mantêm esta relação que é aqui dita na proposta que é de relevante interesse público local, para que esta adesão seja uma realidade? -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhora Presidente. -----

-----A proposta em apreço visa a adesão do Município de Oeiras à associação denominada Casa da América Latina, entidade de direito privado sem fins lucrativos que, segundo os seus estatutos, cito: “Tem por missão o aprofundamento das relações entre Portugal e os países da América Latina, promovendo o conhecimento mútuo, a cooperação e o intercâmbio cultural, científico e empresarial”. Muito bem até aqui. Não obstante do mérito em geral dos objetivos prosseguidos por esta associação, cumpre o Grupo Municipal do Partido Chega proceder a uma análise jurídico e constitucional coerente, de forma a aferir a pertinência, a legalidade e a oportunidade da adesão municipal conforme proposta. -----

-----Verifica-se que apenas nove dos trezentos e oito municípios portugueses são atualmente associados da Casa da América Latina: Cascais, Castelo Branco, Loulé, Loures, Matosinhos, Porto, Viseu, Vidigueira e Lisboa. Em termos percentuais, isto corresponde a menos de três por cento do universo municipal nacional, o que suscita uma questão fundamental ao Grupo



81

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal do Partido Chega: se a iniciativa é de tamanha relevância do interesse público (segundo esta proposta), onde se encontram os restantes duzentos e noventa e nove municípios? Porquê não aderiram? Estão em lista de espera? Acresce ainda que, entre as mais de três mil e noventa freguesias portuguesas, apenas uma, uma, São Domingos de Rana, é associada da Casa da América Latina, o que reforça a percepção de uma adesão residual e seletiva, mais centrada em critérios de oportunidade política ou simbólica, do que em benefícios objetivos e tangíveis para as comunidades do Município.

A proposta não esclarece qual será a categoria de associado em concreto, se é efetivo, se é cooperante, apenas e só uma quota de mil e quinhentos euros. Certo que através da lei cinquenta de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, a participação de entidades públicas em associações está sujeita a regras.

Senhora Presidente, peço silêncio na sala, é que assim é complicado intervir. Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Faz favor de continuar.”

O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

“... o decreto-lei cinquenta de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, a participação de entidades públicas e associações está sujeita, certamente, ao visto prévio do Tribunal de Contas, o que é do nosso agrado, independentemente do valor. Assim, a eventual adesão do Município de Oeiras à Casa da América Latina não poderá produzir efeitos jurídicos válidos sem a prévia verificação destes procedimentos e pareceres.”

Para finalizar, a proposta em análise não evidencia quaisquer mais-valias objetivas para o Município de Oeiras, limitando-se a invocar de forma genérica o propósito de aprofundar as relações com a América Latina sem apresentar um plano de ação, indicadores de retorno, nem

articulação com as políticas municipais de cultura, economia, ou mesmo de relações internacionais. -----

----- Assim, à luz do princípio da legalidade, da proporcionalidade, da racionalidade administrativa, a adesão proposta revela-se insuficientemente fundamentada, carecendo de demonstração do interesse público específico e mensurável que justificaria o dispêndio de recursos municipais. A adesão do Município de Oeiras à Casa da América Latina deveria ser submetida a uma avaliação jurídico financeira prévia, incluindo o custo total da participação e o retorno esperado face ao investimento. -----

----- Face a todo o exposto, o Grupo Municipal do Partido Chega constata a falta de esclarecimento prévio face aos termos apresentados, não acompanhando a mesma, sob pena de violação dos princípios da transparência, da legalidade e da boa gestão dos dinheiros públicos. --

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- A Casa da América Latina é uma associação que visa promover o entendimento e a cooperação entre Portugal e os países da América Latina, através de iniciativas culturais, científicas, académicas, económicas e institucionais também. Oeiras pode beneficiar da rede de colaboração internacional especialmente com países que partilham laços históricos e linguísticos com Portugal. -----

----- Contudo, mais uma vez a proposta que nos é apresentada nada nos diz quanto ao racional da adesão e aos resultados esperados. A Iniciativa Liberal considera que a adesão a associações por si só não deve ser feita automaticamente. A participação institucional deve ser um



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the President of the Assembly, placed above the title.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

meio para alcançar resultados concretos e não um fim em si mesmo. Não é na quota anual de mil e quinhentos euros que está o verdadeiro custo. Ele está na mobilização de recursos humanos, na participação em atividades e na expectativa de retorno. Por isso, defendemos que esta adesão será acompanhada, ou deverá ser acompanhada, por um plano de ação específico com compromissos claros e relatórios periódicos que permitam avaliar a relevância e a eficácia da participação do Município na CAL (Casa da América Latina). É igualmente importante garantir que esta adesão não se traduz apenas em presença simbólica, mas sim em envolvimento ativo com benefícios tangíveis para os munícipes, seja através de projetos culturais, oportunidades económicas, intercâmbios académicos, ou cooperação institucional. -----

----- A Iniciativa Liberal sublinha que o cumprimento formal não substitui a necessidade de avaliação estratégica e monitorização contínua. Votamos favoravelmente esta proposta, porque acreditamos no potencial da cooperação internacional como motor de inovação, cultura e desenvolvimento económico, mas deixamos claro que esta adesão deve ser acompanhada de uma estratégia clara, transparente e orientada para os resultados. Oeiras deve participar com propósito, com exigência e com foco no impacto. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado António Moita (INOV25), por favor.” -----

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Propostas deste tipo têm a ver...., aliás, esta proposta, como acho que já aqui foi dito, já veio aqui várias vezes, e porque faltava isto, ou faltava aquilo, não era possível tomarmos uma decisão. Acontece, porém, que este tipo de propostas tem a ver com a forma como as pessoas olham para o mundo, como se relacionam entre si, como pretendem criar pontes, como pretendem

que a relação entre os municípios e as várias entidades que estão na sua órbita, possam acontecer. Tem a ver, também, com as pessoas que, em vários concelhos deste país vivem e que são provenientes de outros espaços que correspondem aos países que estão aqui em questão, para não falar já da multiplicidade de portugueses que estão nesses países. E, portanto, há todo um conjunto de questões associadas a esta adesão que têm a ver com isso, têm a ver com a forma como olhamos para o mundo, como nos entendemos uns com os outros. -----

----- Vejo, verifico com pena que os municípios do Entroncamento e Albufeira não vão nunca fazer parte, pelo menos nos próximos quatro anos, não vão fazer parte de uma associação deste tipo. É uma outra forma de olhar para o mundo. Felizmente, não há mais do que essas e, portanto, eu não, com toda a franqueza, aquilo que aqui foi dito sobre a forma da participação, sobre como é que se retiram benefícios desta participação, tudo isso deve ser óbvio, tudo isso deve ser óbvio para todos. A participação numa associação não significa tão só uma inscrição, significa aquilo que a própria palavra diz, é uma participação que vai acontecer de uma forma ativa, de acordo com aquilo que a associação ela própria também for tornar possível e, tanto quanto sei, e pelas pessoas que compõem os órgãos sociais desta associação, têm realizado um conjunto de acontecimentos, há uma proximidade muito grande entre países e tem sido muitas vezes, até por intermédio desta associação, que países deste espaço se juntam, se unem, conversam coisa que muitas vezes no seu sítio, no seu canto do mundo não acontece. -----

----- E, portanto, acho que faz todo o sentido (à semelhança, aliás, do que acontece com a UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) que o Município de Oeiras participe de forma ativa nesta associação, e é pena que já não tenha sido há mais tempo. Portanto, quanto aos outros considerandos que têm a ver com o dispêndio de dinheiros públicos, acho que nem vale a pena dizer nada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the President or Vice-President of the Assembly.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre este ponto? Então tem Vossa Excelência a palavra, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Brevemente, para dizer que, de facto, a Senhora Deputada, não sei se hei de dizer “Evoluir Oeiras”, se “Livre”, não sei bem, tem razão no sentido em que... Senhora Presidente, eu pedia a sua ajuda. Os apartes...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Eu não percebi o que é que se passou neste momento...” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu dizendo o seguinte: -----

----- “Os apartes mal-educados são tristes, mas continuando. Dizer...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa, por favor.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, o Grupo Político Evoluir Oeiras informou devidamente esta Assembleia em tempo útil e por e-mail de como é que queria ser apresentado nesta Assembleia. E, portanto, sendo que já foi a Senhora Presidente e a Mesa informadas de como é que nós queremos ser denominados aqui nesta Assembleia, formando um grupo político, queria lhe pedir o favor de quando a situação se proporcionar chamarem-nos de outras coisas que não “Grupo Político Evoluir Oeiras”, faça o favor de alertar para o assunto.” -----

----- “Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

----- “Estava barulho na sala, eu não consegui ouvir nada.-----

----- **Senhor Vice-Presidente,** faz favor de continuar.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, só pedir desculpa pela minha ignorância...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Ultrapassando essa questão.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Pedia desculpa pela minha ignorância, eu de facto não sabia. Dizer que vou solicitar que sejam tempestivamente respondidos os requerimentos, portanto, as questões serão respondidas por escrito à Senhora Deputada. -----

----- Sobre a questão da nossa participação na Casa da América Latina, quero só dizer uma frase: “enquanto este movimento liderar o Município de Oeiras, nunca Oeiras se colocará na posição de estar orgulhosamente só”. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais alguém quer usar da palavra sobre este ponto? Então poderemos passar à votação.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com três votos contra do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho). -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Filipe Jorge de Sousa Martins, do Partido Iniciativa Liberal não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita. -----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 142/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 795/25 - GATPI - ADESÃO DO MUNICÍPIO À CASA**

DA AMÉRICA LATINA

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e noventa e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número trinta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em três de setembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com três votos contra do Partido Chega, aprovar a adesão do Município de Oeiras na qualidade de associado efetivo, à Casa da América Latina bem como a aceitação dos respetivos estatutos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 798/2025 – DMAG/DFP/DP – relativa à Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de duas parcelas de terreno sitas em Paço de Arcos e Algés (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

-----“Quem se pretende inscrever sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Faz favor Senhor Deputado João Santos (CDU).” -----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) interveio e disse o seguinte:

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----Sim. Relativamente a este ponto apenas uma nota e um esclarecimento, um pedido de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esclarecimento. A nota é de que, no Salão Nobre Digital, portanto, na plataforma que utilizamos para consultar previamente a documentação, não estava o documento de fundamentação da proposta. Portanto, tive muito pouco tempo, só hoje mesmo, para conseguir ler com detalhe esta proposta. Não sei se foi problema apenas meu, ou se foi um problema generalizado.

O pedido de esclarecimento tem a ver com a situação geral dos espaços verdes, neste caso, do ponto de vista da sua dominialidade no Município. Portanto, como é que está esta situação, porque hoje estamos a votar dois casos, em Algés e Paço de Arcos, mas, enfim, espaços verdes há muitos, e queria perceber como é que está essa situação em termos de registo, no resto do Concelho.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

“Mais alguém quer intervir sobre este ponto? Faz favor, Senhora Deputada...”

A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) observou o seguinte:

“Filipa Lourinho (CH).”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Levantaram ao mesmo tempo, praticamente. Filipa Lourinho (CH), acho que levantou primeiro. Peço desculpa. Faz favor.”

A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte intervenção:

“Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Vereadores, caros munícipes.”

Em relação aqui ao ponto quatro. Eu gosto muito de jardins e acho que todos gostamos de ir passear numa tarde agradável, passar um momento agradável num jardim no nosso Município. Esta questão da desafetação aqui proposta tem consequências jurídicas e práticas que temos de considerar. Aquela que vemos assim de mais risco é a questão de se perder a proteção desse bem. Ora, esse bem ficará nas mãos do Município, e este com a decisão de vender, arrendar

ou conceder a exploração do espaço a terceiros, sejam empresas ou fundações, por exemplo.-----

-----Ora, imaginem, se bem que depois daquela perda de tempo e dinheiro de se terem pintado bancos com as cores LGBTI, imaginem fecharem os ditos jardins com um evento deste teor. E digo isto não por ofensa, mas porque o país não pode viver de minorias. Nós somos todos um, e a ser assim, tratados todos com a mesma igualdade de direitos e deveres. Achamos que há assuntos de maior relevância e de urgente desfecho. A acontecer isto, os demais habitantes destas zonas deixariam de poder levar o seu animal de estimação, ou a terem direito também à sua voltinha higiénica. -----

-----Esta ideia de inicialmente parecer ter uma boa intenção, até de boa gestão, pode transformar o espaço totalmente. Pode chegar inclusive a situações de restrição de acesso público ou condicionado, o que irá enfraquecer o direito ao usufruto coletivo destes espaços verdes. E aqui estamos a falar de uma questão social de falta de liberdade e de democratização do próprio espaço.

-----No Chega, consideramos que estes tipos de decisões devem estar sujeitos a consulta pública e a um escrutínio jurídico rigoroso. Antes desta proposta ser aprovada dever-se-ia dar aos cidadãos a voz para participar, para terem a oportunidade de se manifestarem a favor ou contra através da consulta pública. Assim, também teríamos da parte da Câmara a obrigatoriedade de resposta com a justificação da decisão tomada ao que, provavelmente, não teremos qualquer tipo de esclarecimento nítido com esta tomada de decisão. Porque há espaços que devem continuar a serem de todos. Os jardins são definitivamente um deles.-----

-----Obrigada.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém quer intervir sobre este ponto? Ninguém quer.... Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----



A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized letter 'M' or a similar mark.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A nossa questão é que, de facto, nós não temos um documento em anexo que mostre justificação desta proposta e, portanto, tal como o Deputado da CDU já referiu, não sabemos, porque é que estes dois jardins têm esta questão, face a outros jardins do Município. E também o que verificamos é que existe o domínio público, existe o domínio privado, tipicamente o domínio público é de áreas que são de usufruto público, e, portanto, as ruas, as praças, os jardins. -----

----- Qual é que é a razão subjacente a esta proposta, para que estes dois jardins em particular, passem para o domínio privado? Porque com o domínio privado podem-se fazer muitas coisas que não se podem fazer no domínio público. E, por isso, era muito importante que a Câmara esclarecesse. Eu não sei se foi enviado algum documento extra àqueles que estão no Salão Nobre. Eu acabei de abrir e vi que não está lá mais nenhuma justificação e, portanto, gostávamos de perceber qual é que é a razão desta proposta, até porque lendo toda a proposta não verificamos essa informação.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Se mais ninguém quer intervir sobre este ponto, eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar, não sei se tem elementos sobre isto.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, novamente. -----

----- Eu ia pedir licença à Senhora Presidente, vou passar a palavra ao Vereador Nuno Neto que conhece muito melhor do que eu o assunto, mas permitam-me que vos diga que certamente não passará pela cabeça de ninguém que o Município de Oeiras, depois de colocar estes espaços no domínio privado do Município, os vá vender. Não tem nada a ver com isso, é uma questão de regularização técnica que está em curso por todo o território. Não é a primeira parcela que está... Senhora Presidente, eu ia pedir mais uma vez a sua ajuda com os senhores deputados, para falarem no tempo certo e permitirem que o Vice-Presidente explique. Trata-se de uma questão técnica de

regularização de espaços verdes, como regularizamos uma outra série de espaços num trabalho, aliás, aturado por parte do património do Município que vem sendo feito, e continuará a ser feito.

-----Senhora Presidente, com sua licença, passava a palavra ao Vereador Nuno Neto.”----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Sim, sim, faz favor, Senhor Vereador Nuno Neto.”-----

-----O Senhor Vereador Nuno Neto prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente. Cumprimento, naturalmente, a Senhora Presidente e a Mesa e, falando pela primeira vez nesta Assembleia, todos os senhores deputados.

-----Eu, quanto à questão técnica, remeto naturalmente para o que está escrito na proposta de deliberação, que está tão bem escrita que transcreve até o parecer do grande especialista, do Professor Jorge Paçao nesta matéria. Trata-se dos jardins municipais e, à semelhança do que fizemos, creio eu há duas ou três reuniões atrás, em que fizemos a normalização administrativa do Jardim Municipal de Oeiras, estamos a fazer a normalização da dominialidade destes jardins. Não tem anexo, porque isto trata-se de uma questão de uma alteração legislativa. No processo de inventário municipal detetamos muitas situações que, ao longo dos anos, não estão bem classificadas, ou que resultou de alteração de lei a sua incorreção na dominialidade.-----

-----E, portanto, estamos a corrigir a dominialidade destes espaços. Como dizia o Senhor Vice-Presidente, são os dois jardins municipais. Naturalmente, não é para pôr no comércio jurídico, mas trata-se de uma questão de normalização da dominialidade, e é só isso. A questão técnica está suficientemente bem e muito bem explicada na proposta de deliberação, e não me compete a mim discorrer aqui sobre o Regime Jurídico do Património Público.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém quer usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, vou usar da palavra apenas para agradecer o esclarecimento adicional, pelo menos a mim esclareceu-me. Agradeço ao Senhor Vereador pelo esclarecimento dado. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Mais ninguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Poderemos passar à votação? Vamos proceder então à votação do ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder

Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com cinco abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

-----O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita.-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 143/2025 -----**

-----**PROPOSTA C.M.O Nº. 798/25 - DP - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS EM PAÇO DE ARCOS E ALGÉS -----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e noventa e oito barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número trinta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em três de setembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com cinco abstenções, sendo três do Partido Chega e duas do Partido Iniciativa



91

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Liberal, aprovar a desafetação do domínio público municipal de duas parcelas de terreno, para sua integração no domínio privado municipal: -----

----- Parcela de terreno (Jardim Municipal de Paço de Arcos) com a área de treze mil cento e oitenta e três vírgula quarenta e dois metros quadrados, a qual confronta a norte com Rua Marquês de Pombal, a sul e nascente com Avenida Marginal e a poente com Avenida Marquês de Pombal e Passeio dos Torpedos; -----

----- Parcela de terreno (Jardim Municipal de Algés), com a área de doze mil oitocentos e sessenta e seis vírgula trinta e um metros quadrados, a qual confronta a norte com Alameda Hermano Patrone, a sul com Avenida Marginal, a nascente com Alameda Hermano Patrone e Praça Vinte e Cinco de Abril e a poente com Alameda Hermano Patrone, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, faz favor. Uma declaração de voto.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Sim, sim, faz favor. Fica consignado que a Senhora... quer falar? Não é por escrito? É verbalmente.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** perguntou o seguinte: -----

----- “Como? Não. Posso falar? Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Quer falar, pode falar, Senhora Deputada.” -----

4.4.1.1. **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “A proposta que hoje discutimos tem fundamento jurídico claro. A Constituição e o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público não permitem que jardins e espaços verdes sejam classificados como bens do domínio público. Nesse sentido, a desafetação e integração do

domínio privado municipal é uma exigência legal e garante a conformidade do inventário patrimonial.

Contudo, não podemos ignorar as preocupações políticas e sociais que esta alteração suscita. Para os cidadãos, a passagem para o domínio privado pode ser percecionada como uma porta aberta à privatização ou à alienação futura destes espaços, ainda que juridicamente não seja esse o objetivo.

É por isso essencial que o Executivo assegure e comunique de forma inequívoca e claramente que os jardins continuarão afetos ao uso público, permanecendo acessíveis e protegidos como equipamentos coletivos. A diferença de domínios não está no acesso dos cidadãos, mas no regime jurídico.

Assim, a Iniciativa Liberal opta pela abstenção. Reconhecemos a necessidade legal da medida. Queremos garantias políticas de que esta alteração não comprometerá o caráter público dos jardins, nem abrirá espaço a operações de alienação ou restrição de acesso. E questionamos se no inventário patrimonial do Concelho não existem outras parcelas similares que se encontrem desatualizadas e desconforme com a lei. A abstenção traduz, portanto, uma posição de vigilância e de responsabilidade. Não damos um cheque em branco sem que haja compromissos claros de transparência e proteção do interesse público.

Obrigada.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigada. Passamos agora.... Faz favor, faz favor.”

4.4.1.2. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

“É só para dizer que faremos chegar uma declaração de voto escrita.”

Muito obrigada.”

A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “O Grupo Político Coligação Evoluir Oeiras votou favoravelmente a proposta de Desafetação do domínio público para integração no domínio privado de duas parcelas de terreno sitas em Paço de Arcos e Algés correspondentes aos Jardins de Paço de Arcos e de Algés. O sentido de voto favorável baseia-se na intervenção de resposta do vereador Nuno Neto às questões que colocámos. Foram prestados esclarecimentos em nome do Município de Oeiras de que esta operação tem natureza exclusivamente técnica e patrimonial, visando a regularização do registo e inventário municipal, e não implica, nem tem como finalidade, qualquer intenção de alienação, privatização ou limitação de uso público dos referidos jardins. Sublinhamos que estes espaços verdes constituem elementos estruturantes do património natural e social do concelho, devendo manter-se plenamente acessíveis e fruíveis pela população, no respeito pela sua função pública e valor coletivo.-----

----- O nosso voto favorável, portanto, não representa concordância com qualquer futura alteração de uso que possa pôr em causa o carácter público destes espaços, mas apenas a aceitação desta atualização processual e de immobilizado conforme o enquadramento jurídico apresentado.”

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 803/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Proposta de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, por comissão de serviço, no cargo de Diretor/a da Direção Municipal de Administração Geral (DMAG) Algés (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este ponto cinco da nossa Ordem de Trabalhos? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, antes de proceder à habitual aprovação automática pelo movimento INOV, perdão, perdão, aprovação ponderada e refletida, deliberação de cada um dos

deputados que compõem o INOV, convém pôr uma questão de transparência administrativa e de curiosidade até profissional, a qual irei aqui questionar. Duas situações:

-----Primeira. Este cargo encontra-se efetivamente vago, ou apenas emocionalmente disponível? Porquê? Porque se o lugar está ocupado “ainda que temporariamente”, importa perceber se estamos perante uma ausência real, ou uma daquelas vagas da conveniência, em que o cargo é simultaneamente provido e carente. Uma verdadeira experiência mental equiparada ao gato de Schrödinger, agora na administração autárquica.

-----Segunda questão. Caso o cargo se encontre provido, em que regime jurídico repousa o seu atual titular? Será uma comissão de serviço como manda a boa prática laboral, ou uma substituição prolongada tão longa, tão longa, que já deveria ter direito, até pela antiguidade, a um gabinete próprio? E, já agora, quantos anos dura essa substituição transitória? Sabemos que não haverá aqui qualquer tipo de resposta, mas também iremos fazê-lo por escrito, porque se há coisa mais resistente do que um vínculo público, é uma substituição que se eterniza em nome da eficiência, mais ainda quando o Grupo Municipal do Partido Chega visualiza despachos.

-----Despachos a título exemplificativo: número trinta e nove/dois mil e vinte, número setenta e sete/dois mil e vinte e ainda o despacho noventa e dois/dois mil e vinte com a indicação de cito: “determino, ainda que oportunamente” - isto ao longo dos anos sempre reiteradamente. Uma alusão formal reiterada aos anos para perpetuar um vínculo precário de quem beneficia.

-----Enquanto líder do Grupo Municipal do Partido Chega recomendo, antes de se abrir um novo procedimento desta índole, talvez fosse prudente, Senhora Presidente, confirmar se este cargo está realmente livre, ou apenas à espera de ser formalmente ocupado por quem já lá está há três mandatos a título provisório.

-----Contudo, vamos ter em consideração que esta abertura de concurso será para regularização desta situação que não abona, todavia Oeiras. E só neste sentido, iremos votar a favor.



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Ninguém? Senhor Vice-Presidente, faz favor. Se quiser usar da palavra... O Senhor Vice-Presidente não pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos. Então poderemos passar à votação.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação este Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira

Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

-----O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 144/2025** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. Nº. 803/25 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, POR COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE DIRETOR/A DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e três barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número quarenta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em três de setembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de dirigente da



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Direção Municipal de Administração Geral nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/catorze mil setecentos e quarenta e dois, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 856/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Gala Final Big Brother Verão - Pedido de apoio logístico e isenção de taxas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:

“Quem pretende usar da palavra sobre este ponto? Aliás, temos aqui mais dois similares. Quem é que pretende usar da palavra sobre o ponto seis? Quer, Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)? Faz favor.”

O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção:

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento-a novamente e na sua pessoa todos os presentes.

Apenas duas notas muito rápidas. Apenas para dizer que, no entender do Grupo Político Evoluir Oeiras não faz grande sentido esta isenção de taxas num valor superior a dez mil euros para um evento como a Gala Final do Big Brother Verão. E, depois, eu não quero... eu vou quebrar a minha regra duas vezes hoje, não sem algum pesar, mas vou voltar a falar de um assunto em que falei há bocadinho, porque foi uma intervenção que me marcou mesmo muito em todos os sentidos negativos. Mas eu lembro-me do Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25), ali a semana passada naquele palanque, a exaltar muito o valor da poesia. E agora o movimento político do qual o Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) faz parte, propõe nesta isenção de taxas conspurcar o Templo da Poesia com a Gala Final do Big Brother Verão, isto no quadro mental que o Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) nos transmitiu aqui acerca da poesia, que fez uns comentários muito elitistas acerca da poesia ali de cima. Portanto, eu imagino que, no seu entender, ter aqui um

evento como a Gala Final do Big Brother Verão seja conspurcar o Templo da Poesia. Portanto, eu não sei como é que o Senhor Deputado vai votar esta proposta, não sei se vai passear lá fora, eu se calhar no seu lugar, depois do que disse ali de cima a semana passada, se calhar, era o que eu faria.

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Pediu a palavra o Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor de usar da palavra quanto a esta questão.” -----

-----O Senhor Deputado José Shirley (CH) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, caros municíipes.- -----

-----Bem, há pedidos que, sinceramente, deviam mesmo ficar pela caixa de entrada. E este é claramente um deles. -----

-----A produtora Endemol, responsável pelo Big Brother, decidiu pedir ao Município de Oeiras isenção de taxas e apoio logístico para a gala final do programa.-----

-----Uma das maiores empresas em Portugal, com lucros, publicidade em horário nobre e patrocinadores a sobrar, a pedir ajuda a esta Câmara. -----

-----Mas o mais espantoso disto é que realmente este pedido foi mesmo levado a sério!---

-----Não estamos a falar de uma associação cultural, ou de um evento desportivo local. Estamos a falar de uma mega produção privada, com recursos, patrocínios e lucros astronómicos. Francamente, é quase cómico: ver uma produtora destas a pedir “apoio logístico” à Câmara. -----

-----O CHEGA defende a iniciativa privada. Aplaudimos quem investe, quem cria emprego, quem faz o país funcionar. -----

-----Mas uma coisa é promover a economia, outra é substituir o patrocinador e usar recursos públicos para ajudar quem não precisa de ajuda. O Município deve ter critérios claros, justos e coerentes. Porque quando se abre esta porta, amanhã qualquer empresa privada pode aparecer



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the Mayor of Oeiras.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

exatamente com o mesmo argumento: “Também queremos isenções, também queremos segurança, também queremos apoio técnico.” E depois, o que dizemos aos outros? Aos que trabalham em silêncio, com orçamentos curtos e sem palcos televisivos? Aos clubes e às associações que fazem muito com tão pouco? Aos que esperam meses por uma resposta e continuam a servir esta comunidade?

----- É que aqui falta bom senso. E o CHEGA está cá para o lembrar.

----- Isenções e apoios devem existir, mas para quem precisa, e para o que realmente serve o interesse público. Não para reality shows que não precisam de ajuda pública. Não para empresas que podiam comprar um palco e uma tenda e, se quisessem, fazer e refazer este evento as vezes que quisessem. Porque o dinheiro público não é figurante em programas de televisão. E Oeiras não pode ser o figurante de luxo de um reality show.

----- A posição do CHEGA é simples: O apoio público deve servir as pessoas, não os negócios privados, que francamente não servem como nenhum “meio relevante de promoção turística para este concelho”, como dizia a proposta de deliberação.

----- Muito obrigado.”

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Viegas (INOV25).”

----- **O Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.”

----- Vamos ver se consigo falar. Eu quero demonstrar a minha indignação pelas palavras do Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) - a quem cumprimento neste mandato - e dizer que tenho muito orgulho, profundo orgulho, em ter na nossa bancada um jovem de vinte e três anos que é médico, que fez a intervenção que fez. Vossa Excelência não gostou, paciência. E o qual, através do qual foi votado por mais de cinquenta mil oeirenses. E Vossa Excelência andou aqui durante quatro anos “feito galo” em cima e levou “bola”. Levou “bola”.

-----Quanto ao Senhor Deputado Shirley (CH) eu vou-lhe dar um desconto da juventude, naturalmente.-----

-----E há uma questão mais importante: Vossa Excelência insultou milhões de portugueses. Eu por acaso devo ser dos poucos que nunca vi um episódio do Big Brother, confesso. Agora, ao dizer, Vossa Excelência ao dizer por determinado programa ir para um espaço da Câmara o conspurca, Vossa Excelência está a chamar porcos às pessoas que gostam de ver o Big Brother. -

-----Este ponto coloca-nos perante uma questão de princípio: como equilibrar a projeção mediática de Oeiras com o rigor na gestão do interesse público. A Gala Final do Big Brother Verão levou o nome de Oeiras a milhões de telespectadores, reforçando o reconhecimento do Parque dos Poetas e do nosso território como palco de grandes eventos. Porque é a verdade tanto para os evoluídos, como para os conquistadores, Oeiras está sempre no top. Nunca precisámos de ser mais evoluídos, nem conquistados, nem libertados.-----

-----Mas a visibilidade não se pode dispensar à visibilidade da transparência. O apoio público a este evento privado exige contrapartidas claras, mensuráveis e proporcionais. Esta isenção vai ter um retorno significativo em imagem, em promoção e na economia local, Senhor Deputado. E na economia local. Estes onze mil euros vão gerar muito dinheiro para os comerciantes, para os restaurantes, está a ver? É um investimento. E é neste equilíbrio que se mede a maturidade da gestão municipal. Por isso, também propomos que no futuro todas estas (e aí cedo) iniciativas venham a incluir um relatório de impacto económico e promocional. -----

-----Agora, Senhor Deputado, jamais insulte, jamais insulte o Doutor Tomás (INOV25). -

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Bem, as intervenções fizeram-me alterar aqui completamente a minha intervenção e, nesse sentido, eu gostaria de dizer que noto com satisfação que há mais pessoas a terem agora, neste momento, a mesma ideia sobre a isenção de taxas que a Iniciativa Liberal começou nesta Assembleia. Portanto, o nosso..., já temos um trabalho feito, já temos um trabalho feito. Isso foi..., portanto, é com orgulho que vemos que as nossas ideias proliferam. -----

----- Depois disso, gostaria também de dizer ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25), que não está nas suas melhores condições, de qual foi o impacto, ou qual é o previsível impacto de visitantes que vamos ter no Parque dos Poetas. Aquilo foi transmitido à noite, portanto, nós agora à noite devemos ter, realmente, uma enchente de pessoas no Parque dos Poetas, mas, tudo bem. E gostaria de saber também qual foi o estudo que a Câmara fez do valor que vai ser gerado no Município por esta transmissão. Nós estamos no século XXI, no século XXI isto tudo já é mensurável a priori. É uma questão de a Câmara fazer, que nunca faz, que nunca faz, pronto, mas isto foi só relativamente aqui às intervenções. -----

----- Depois disto, eu gostaria de começar pelo princípio, que é uma coisa também que a Iniciativa Liberal já tem dito várias vezes nesta Assembleia, que é o seguinte: ora bem, o pedido entrou na Câmara quando? Em julho, muito bem. O evento foi quando? Em setembro, muito bem. Estamos a votar quando? Em novembro. Isto é uma Assembleia, isto é o poder deliberativo. As propostas não podem vir a esta câmara depois de já terem sido executados os atos. Dos atos já terem acontecido. Quem não sabe vá à lei. Veja na lei que isto não é assim. Aqui tem, quando é matérias do âmbito da Assembleia Municipal, nós temos que votar antes do ato. Esperava que isso já fosse do conhecimento de todos, mas se não é, por favor, se o ato depende de deliberação da Assembleia Municipal, a matéria deve vir antes. Não é Senhor Vice-Presidente, que está-se a rir com tanta boa vontade? -----

----- Ora bem, depois disto, deixe-me vos dizer que depois de ler, nota-se também que se pede uma isenção no valor de cerca de onze mil e oitocentos euros e, note-se, um dos apoios

solicitados que também é fantástico, é “apoio digital para divulgação dos eventos nos canais institucionais”. Ora bem, não pagam e ainda lhes fazemos a publicidade, e quando vamos ver as contrapartidas para o Município, alguém encontrou? É que nós não encontrámos. Não encontrámos quais são as contrapartidas para o Município.

As responsabilidades da Endemol no evento não incluem contrapartidas para o Município. Se forem ver nos documentos que nos foram facultados, eles só têm, portanto, responsabilidades a nível de instalação e afins. Trata-se de uma atividade comercial privada promovida por uma empresa com fins lucrativos que solicita apoio logístico e isenção de taxas, sem apresentar contrapartidas claras para o Município, ou para os municípios. O Município não deve assumir encargos públicos para subsidiar negócios privados, sobretudo quando não há retorno económico, social, ou cultural devidamente quantificado.

A Iniciativa Liberal propõe que seja adotada uma política clara e transparente para o apoio de eventos privados, baseada nos seguintes princípios: princípios do utilizador/pagador, avaliação do impacto económico e reputacional, contrapartidas obrigatórias e neutralidade institucional.”

A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:

“Senhora Deputada, sintetize porque já ultrapassou o tempo.”

A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:

“Obrigada, vou mesmo terminar, estava mesmo a terminar.”

Votaremos desfavoravelmente esta proposta, porque acreditamos que o Município deve ser um facilitador da liberdade e da iniciativa, e não um financiador de negócios privados. -

“Obrigada.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor, pediu a palavra.”



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----
----- Eu vou procurar concentrar-me naquilo que está em discussão e que é o pedido de apoio e para isenção de taxas. Nós ouvimos algumas forças políticas e ficamos com a sensação de que se elas tivessem sido alguma vez poder em Oeiras, nós não estávamos aqui a discutir a questão da isenção das taxas para a Gala do Big Brother no Parque dos Poetas por uma razão: porque não havia Parque dos Poetas. E quem diz isto, diz de todas as outras áreas deste Concelho que podem ser usufruídas pela população, e sobre as quais há todo o interesse em que outro tipo de entidades as utilizem. É o que se passa aqui. Quem dera a outros municípios vizinhos, como o Município de Cascais, o Município de Sintra, o Município de Loures, o Município de Lisboa, entre outros, ter a oportunidade de, num espaço como aquele que o Parque dos Poetas é, realizar um tipo de realização como esta. É evidente que a divulgação pública do espaço é algo que tem um forte impacto e é algo que beneficia em muito aquilo que é a boa imagem que o Município de Oeiras tem. -----

----- E, portanto, isto não se trata aqui de olhar para isto como se fosse um benefício extremo a uma empresa, que ela só por si já tem lucros que seriam mais do que suficientes para custear este tipo de taxas. Não é isso que está em causa. É o próprio Município de Oeiras que dá estímulo, que solicita, que propõe, que incentiva as entidades que desenvolvem este tipo de atividades a fazê-lo aqui um Oeiras. Oeiras gosta deste tipo de iniciativas, Oeiras gosta deste tipo de projetos, Oeiras gosta de ser conhecida pelos seus espaços, por tudo aquilo que tem sido feito ao longo de tantos anos e, portanto, é desse ponto de vista que nós olhamos para este apoio, independentemente de se tratar da Gala do Big Brother, ou de uma outra situação parecida. Oeiras tem, como digo, nos seus múltiplos espaços onde investiu muito dinheiro ao longo de tantos anos para benefício de quem cá vive, Oeiras tem muito gosto em que estes acontecimentos aqui se passem e que o resto do país o saiba. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu já tinha algumas saudades. Já tinha algumas saudades das aulas de “Excel e motosserra” da Senhora Deputada Anabela Brito (IL), e já tinha algumas saudades de falar em alhos ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25) e virem daí uns bugalhos muito generosos - sem qualquer trocadilho com nomes de senhores deputados – nomeadamente, peço desculpa Senhor Deputado Miguel Bugalho (INOV25), mas é da expressão. Eu não disse que acho que a Gala do Big Brother ser feita no Templo da Poesia conspurque de maneira nenhuma. Agora, acho é que se um Senhor Deputado não disse coisa nenhuma... Ah, o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) esta aí atrás, nem o estava a ver... Não, não foi isso que eu disse, Senhor Deputado, e posso repetir aquilo que disse na altura: eu disse que, achava que provavelmente o quadro mental de alguém que a semana passada foi ali acima citar inúmeros poetas em catadupa e dizer: “Pois, eu sei que não estão habituados a ouvir citações de poetas.”, poderia ter, eventualmente, no seu quadro mental... achar que o Templo da Poesia não seria o local adequado para a Gala do Big Brother. E, efetivamente, eu admito, como diz ali a Senhora Deputada Paula Neto (INOV25), mandei a bola para o pinhal, não veio nada de volta. Vieram bugalhos do Senhor Deputado João Viegas (INOV25), nunca mais vi a bola. O Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) está ali... Eu não sei como é que funciona a bancada do INOV, mas Senhor Deputado, agora num conselho de alguém que até há pouco tempo era, na definição da idade, jovem também: Senhor Deputado, não se acanhe. É livre de usar a palavra... Não sei se tem de pedir autorização ao senhor líder de bancada ou se me pode responder diretamente, se tem de pedir autorização ali ao Senhor Vice-Presidente da Câmara... Não sei como é que funcionam os trâmites internos do INOV... Mas,



91

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhor Deputado, se o Senhor Deputado é um político jovem e com tanta valência, com tanta vontade de fazer melhor em Oeiras, não precisa que o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) responda, e ainda por cima responda mal. E, portanto, venham de lá os alhos de volta, ou a bola que eu mandei para o pinhal, porque isto com bugalhos (peço desculpa mais uma vez Senhor Deputado Miguel Bugalho (INOV25)), a gente não se entende.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhor Deputado, muito obrigada.”

Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25), faz favor.”

O Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) referiu o seguinte:

“Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, senhores vereadores, estimados deputados e estimado público que nos assiste.”

Ao Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), eu respondo que não respondo. E com esta minha não resposta, eu para todos, não para si, talvez, vou citar um poema de Fernando Pessoa.... É porque esta Assembleia necessita. E ele diz assim, Fernando Pessoa, no seu ortônimo:

“Ela canta, pobre ceifeira, / Julgando-se feliz talvez; (...) Ah, poder ser tu, sendo eu! / Ter a tua alegre inconsciência, / E a consciência disso! (...)"

Tenho dito, Senhora Presidente.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Obrigada.”

Bem, eu não.... Desculpem, peço desculpa, queria só dizer uma coisa. Não sei se sabem que, pelo menos na Universidade do Porto, em medicina, há aulas de poesia. Há um poeta...”

Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone

desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“É no Porto... Mas não interessa, o Porto também faz parte do nosso país, não é verdade, Senhor Deputado? -----

-----**Senhor Deputado, faz favor.**” -----

-----**“O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Queria só dizer que estou arrependidíssimo e venha de lá essa Gala do Big Brother porque é preferível a isto.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem.-----

-----**Senhora Deputada Paula Neto (INOV25), faz favor.**” -----

-----**A Senhora Deputada Paula Neto (INOV25)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Deputada, queria... Senhora Presidente, muito obrigada.-----

-----Queria cumprimentá-la e felicitá-la.-----

-----Cumprimento a Mesa, senhoras deputadas, senhores deputados.-----

-----Na verdade, não contava tomar a palavra, no entanto, dizer que é mais do que obvio que este tipo de eventos que vêm para Oeiras beneficiam Oeiras, de outra maneira Oeiras não os queria cá. Isto é obvio – se A é igual a B, e B é igual a C, logo A é igual a C. Portanto, isto não tem nada que saber - vem para aqui porque Oeiras acha que quando estes eventos vêm ganha com isso. E de facto, também eu, aliás toda a gente sabe, atos sem consentimento nem pensar, nem pensar **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)**. Por isso, quem não concordar obviamente vota contra, quem concordar vota a favor e vamos ver.-----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----



VJ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mais ninguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Presumo que não.-----

----- Então dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente, se quiser usar da palavra. Faz favor.”

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

----- Duas ou três notas singelas.-----

----- Em primeiro lugar, recordar-vos que a eleição foi há pouco mais de um mês. Portanto, permitam-me que diga isto... eu vou dizer durante mais algum tempo, enquanto Vossas Excelências não incorporarem. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), a Senhora não recomenda nada, nem diz nada como é que é a determinação da orientação da conduta política do Executivo Municipal, por uma razão simples: Vossa Excelência não tem legitimidade para isso. -----

----- Como tal, também o Senhor Deputado do Chega, entenda, não ensina bom senso a ninguém. Sessenta e um vírgula nove por cento devia ensinar-lhe a si o bom senso, de se reduzir ao seu número.-----

----- Naturalmente, Vossas Excelências têm legitimidade para fazer as vossas propostas, não para determinar o que é a política pública do Município na atração de eventos, bola, zero, porque não ganharam as eleições. E quem determina as orientações políticas do Município é quem ganha eleições. Quem ganha põe-se no seu papel, quem perde deve também colocar-se no seu papel.-----

----- Posto isto, interessa a este Município – permita-me discordar, Senhora Presidente, do Senhor Deputado António Moita (INOV25), que diz: “que com estas pessoas não haveria Parque dos Poetas”, não, não haveria ninguém que quisesse vir para Oeiras porque continuariámos a ser o subúrbio deprimido que éramos. Porque assim é esta visão pequena da coisa.-----

----- Naturalmente, também não terão a experiência governativa de perceber que os municípios competem por eventos. E a atribuição, ou concessão, autorização das taxas, tem a ver

com uma vantagem competitiva nossa, no apoio concedido. A Senhora Deputada já está aqui há tempo suficiente para compreender o mesmo.

-----Por fim, para terminar e indo ao encontro do vosso bom ambiente, Senhora Deputada, agora que tem companhia, pode seguir o exemplo do Evoluir, forma um Grupo Político adaptado ao contexto do Município, pode chamar “União Municipal”, e Vossa Excelência já faz parte da ala liberal.

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Presidente (deverá querer dizer Senhor Vice-Presidente). -----

-----Bom, penso que poderemos passar à votação desta proposta.” -----

4.6.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposa Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do



JY

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com oito votos contra, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

“DELIBERAÇÃO N.º 145/2025”

PROPOSTA C.M.O N.º 856/25 - DTGE – GALA FINAL BIG BROTHER VERÃO - PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e cinquenta e seis barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número noventa e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em três de setembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com oito votos contra, sendo três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido

Iniciativa Liberal e um da Coligação Democrática Unitária e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a isenção do pagamento das respetivas taxas à Endemol Portugal para a realização da Gala Final Big Brother Verão, no valor total de onze mil setecentos e vinte euros e um centímo, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“E agora ia propor que se fizesse... Peço desculpa... Partido Socialista.”

4.6.1.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:

“Muito obrigada, Senhora Presidente. Para efeitos de declaração de voto.

O Partido Socialista vota favoravelmente a isenção das taxas previstas na proposta em análise, por considerar que esta se enquadra na promoção do apoio e desenvolvimento de atividade na realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.

No entanto, requer-se desde já que seja remetido a esta Assembleia Municipal o estudo de impacto económico resultante da atividade em causa, com o objetivo de clarificar as razões que fundamentaram a decisão de isentar as referidas taxas.

Muito obrigada.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigada, Senhora Deputada.

Penso que poderemos fazer agora.... Pretende também? Faz favor.”

4.6.1.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

“Sou eu?

É só para informar que farei chegar uma Declaração de Voto.”

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Por escrito?” -----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) respondeu o seguinte: -----

----- “Por escrito, sim.” -----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez chegar a seguinte Declaração de Voto por escrito, a qual se dá por transcrita: -----

----- “Abstive-me nesta proposta devido à localização e ao impacto do evento. -----

----- A Gala Final do Big Brother Verão esteve instalada no Parque dos Poetas durante treze dias, com emissões e trabalhos técnicos até às duas horas da manhã, numa zona habitacional e adjacente a um hospital. -----

----- Durante esse período verificou-se: -----

----- ruído no período noturno, -----

----- circulação constante de camiões e viaturas técnicas, -----

----- condicionamentos de trânsito e dificuldades de acesso. -----

----- Estes factos foram observados no local. -----

----- A proposta não demonstra benefício público: não apresenta retorno económico, impacto turístico, nem contrapartidas para o Município. Trata-se de um evento privado com lucro privado, suportado por recursos públicos. -----

----- Defendo que espaços públicos junto a habitação e a equipamentos de saúde devem ter critérios claros quanto ao tipo de eventos e horários permitidos.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “CDU, Senhor Deputado.” -----

4.6.1.3. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Para Declaração de Voto. -----

----- De facto, estamos no início do mandato. Há matérias que não são novas e nós não

fazemos “reset”, e mantemos a nossa coerência relativamente a estas questões. Como temos vindo a dizer repetidamente, a isenção de taxas – que é na verdade aquilo que está a ser votado, não o apoio financeiro e o apoio logístico da Câmara Municipal a estes eventos, portanto, o que estamos a votar é a isenção de taxas – do nosso ponto de vista, resolvia-se de uma forma muito simples, não dando palco a big brother’s em política, que era simplesmente assumir, a Câmara Municipal, o valor destas taxas atribuindo um subsidio aos eventos, aos promotores dos eventos, e incorporando esse valor na sua conta... no seu relatório de contas, como um apoio, como qualquer outro, das dezenas e centenas de apoios que dará na sua atividade municipal.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), também para uma Declaração de Voto?”

4.6.1.4. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

“Muito obrigado, Senhora Presidente.

Para uma Declaração de Voto.

Apenas para acrescentar às razões pela qual votamos contra esta proposta, também a ausência de um estudo de impacto sobre os vários domínios do Município: económico, social, financeiro, etc., relativamente a esta proposta, bem como a ausência permanente de relatórios posteriores sobre o impacto destas isenções de taxas, e outras, para o Município de Oeiras.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigada.

Mais alguém quer intervir? Ninguém tem nenhuma Declaração de Voto? Nada a dizer, não é verdade?

Então eu sugeria que fizéssemos um intervalo.”

INTERVALO



87

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.....

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Vamos recomeçar os nossos trabalhos.” -----

4.7. Apreciação da Proposta CMO Nº 882/2025 – GMA - relativa à MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Relatório de Execução Orçamental - 4.º trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024-----

----- A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

----- “Portanto, alguém se quer inscrever?” -----

----- A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) respondeu o seguinte:-----

----- “Eu. -----

----- Boa tarde. -----

----- Eu peço desculpa, mas é prévio à discussão desta proposta. -----

----- Devido às funções que exerço na Município, eu queria solicitar à Senhora Presidente que ficasse registada a minha saída. Apesar desta proposta não ser votada, é só apreciada, agradeço que fique registada a minha ausência.-----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Fica registado.-----

----- Quem... A Senhora Deputada do PS, foi a Alexandra que levantou primeiro o braço, não foi? Penso que sim.” -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:

----- “Sim.-----

----- Senhora Presidente o Partido Socialista entende que, ao abrigo do artigo sessenta e

dois e sessenta e três, esta proposta não pode ser apreciada, porque não foi à Comissão das Finanças como tem sido prática ao longo de muitos anos nesta Assembleia Municipal.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim, portanto, é isso que a Senhora Deputada levanta.-----

-----Faz favor... não sei se levantou a mão primeiro? Foi o Senhor Deputado... faz favor, Senhor Deputado João Santos (CDU).”-----

-----**O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

-----Eu, perante a intervenção da Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), talvez coloque primeiro à consideração se efetivamente vamos ou não discutir a proposta. Se for o caso, farei a intervenção.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim.-----

-----E o Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)?”-----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para dizer que o Grupo Político Evoluir Oeiras tem o mesmo entendimento agora referido pela Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura do Partido Socialista.-----

-----“Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim senhor.-----

-----Perante esta invocação, o Senhor Vice-Presidente quer usar da palavra?... Queria também usar da palavra?... Então só um momento.”-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, é só para referir que o Grupo Municipal do Chega também tem



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the Mayor or a representative, is positioned in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o mesmo entendimento. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Anabela Brito (IL), a mesma coisa. Tem o mesmo entendimento.”

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

----- “Exatamente...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, não temos exatamente o mesmo entendimento, porque entendemos que há condições para discutir aqui este ponto. Ainda assim, e porque é uma prática que tem vindo a ser assumida ao longo de muito tempo.... Lembro que a Comissão neste momento não existe, a Comissão não tem composição. A Comissão cessou funções quando a Assembleia deixou de funcionar. Neste momento, podemos criar uma nova comissão, com uma composição que é forçosamente distinta, coisa que ainda não aconteceu e, portanto, não sei quando é que acontecerá, não sei se acontecerá nos próximos dias, se não. O certo é que a Comissão ainda não reúne as condições para funcionar e, portanto, eu ponderando isso, coloco a questão se os grupos políticos têm ou não têm condições para discutir o assunto, nós temos. Se for entendimento dos restantes grupos políticos que não há condições para discutir o assunto, não é por nós que ele vai ser aqui discutido, não vamos, como diz o Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), utilizar o rolo compressor. E, portanto, estamos à disposição para discutir o assunto, se os outros grupos políticos entenderem que a circunstância é uma circunstância que não é habitual, felizmente, mas que neste momento não há outras condições que não estas, para discutir o assunto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

-----“Desculpe, então o Senhor Deputado o que é que propõe relativamente a este ponto da nossa...?” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) respondeu o seguinte: -----

-----“Eu proponho que as outras forças políticas, à luz do argumento que eu usei, se pronunciem se têm ou não condições para discutir o assunto. Se tiverem, faz-se agora a discussão. Se não, pela nossa parte deixamos que baixe a uma comissão, que ainda há de vir a ser constituída um dia destes.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Portanto, e retira-se esta proposta... esta apreciação da proposta. -----

-----Quem quer usar da palavra? Senhora Deputada, faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:

-----“Senhora Presidente, eu não consigo compreender exatamente o que é que o Senhor Deputado António Moita (INOV25) quer dizer com o “se têm capacidade”, ou se “conseguem ou não fazer neste momento o debate”. O que se coloca aqui é que há um Regimento em vigor, existem comissões que estão aprovadas nesse Regimento, e à conferência de representantes cabia ter sido discutida a constituição das diferentes comissões para produzirem a análise e os relatórios que têm que produzir. Aliás, está atrasado um relatório da terceira comissão a propósito de uma petição que deu entrada e que tem que ser agendada nos termos do Regimento. Portanto, aqui não se trata de termos ou não termos condições, trata-se de cumprirmos o Regimento. E, como tal, o Partido Socialista entende que deve ser preparada a votação e negociada em conferência de representantes a constituição das diferentes comissões, votadas as comissões na próxima Assembleia Municipal e, de seguida, faremos o trabalho como deve... como ele aliás, tem que ser efetivamente feito. ---

-----Muito obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém quer usar da palavra sobre este ponto? -----



A handwritten signature in blue ink, appearing to be "J. M." or a similar initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apenas para transmitir o mesmo entendimento. Não se trata de os grupos políticos terem condições técnicas de substância ou de conhecimento da matéria, que eu parece-me que era isso que o Senhor Deputado António Moita (INOV25)... era dessa maneira que o Senhor Deputado António Moita (INOV25) estava a tentar moldar o debate, mas não é isso que está em causa, o que está em causa são considerações regimentais que já foram levantadas, escuso-me de as repetir, e daquilo que tem sido a prática desta Casa, que aqui não foi assegurada, e nós achamos que deve ser. E, portanto, não é por os grupos políticos terem ou não condições, é porque não estão reunidas as condições, no todo da Assembleia Municipal, para se discutir este ponto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

----- “Mais ninguém se quer pronunciar sobre este ponto? -----

----- Senhor Vice-Presidente, quer dizer alguma coisa sobre isto?”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte: -----

----- “Com a sua licença e permissão, Senhora Presidente, dizer que da parte do Executivo Municipal, nós não temos urgência que não a do normal e regular funcionamento da empresa e dos órgãos municipais. Todavia, permita-me que transmita a Vossa Excelência e aos demais grupos que compõem esta Assembleia Municipal, que esta questão demonstra a necessidade de rever urgentemente o Regimento, de modo a permitir um funcionamento correto desta Assembleia, até porque o atual não reflete a composição atual. Portanto, é acelerar a revisão do Regimento tão celer quanto possível. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Faz favor, Senhora Deputada.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, só para completar também que o próprio agendamento das propostas das reuniões, indica também o Regimento, que deve ser ouvida a conferência de líderes. E se tivesse sido esse o caso, os líderes teriam avisado, teriam informado, porque é normal sendo uma nova Presidente, tendo novos deputados, era normal que não se soubesse tudo, pronto, não se aprende tudo num dia. E, portanto, se tivesse sido reunida a conferência de representantes antes de sair o edital e a convocatória para esta reunião, os próprios líderes teriam dito isto como é usual e sempre foi usual no mandato anterior.”-----

-----Outra questão, esta proposta também não veio da Câmara ontem. Não nasceu e não caiu na Assembleia ontem. E houve muitos pedidos por parte dos deputados, para que antes da altura de campanha eleitoral, fosse feita a Assembleia para limpar para trás, digamos assim, as propostas que estavam em espera e que eram urgentes, tal como o Senhor Vice-Presidente acabou de dizer, para o normal funcionamento das instituições. Portanto, lamentamos, de facto, que não tenha sido ouvida a posição dos deputados aqui desta Assembleia, que pediam a realização dessas assembleias para realizar a avaliação dessas propostas, que nos leva agora a esta situação de, de facto, não termos as comissões, se bem que o Regimento o que diz é que estão em vigor até à implementação do próximo. E, portanto, estando em vigor existem cinco comissões criadas, é preciso é que os grupos políticos indiquem as pessoas e que possam ser eleitas na próxima Assembleia.”-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém quer falar sobre esta questão? Mais ninguém?”-----

-----Considerando a posição dos vários grupos aqui presentes, este ponto sete vai ser retirado. Não vamos apreciar esta proposta porque, de facto, há procedimentos a fazer



D

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relativamente a ela. E, portanto, passaremos ao ponto seguinte.... Vamos passar ao ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos... Senhora Deputada, vamos passar ao ponto oito da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

----- RETIRADA -----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 897/2025 – DMEDSC/DACTPH/UDPH-FPB - relativa à realização da II Edição do Festival "Comédia Open Air" - Pedido de Isenção de Taxas Utilização do Auditório Pátio Enxugo e de apoios logísticos -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Quem se quer inscrever para falar sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Mais alguém? Senhor Deputado (ainda não sei o nome das pessoas todas) Filipe Martins (IL). Mais alguém?” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Peço desculpa, Senhora Presidente. Não é nesta que quero fazer a intervenção. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa?” -----

----- O Senhor Deputado Rui Miller, Primeiro Secretário da Mesa, referiu o seguinte:-----

----- “Retira, não quer falar.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Ah, não quer falar... E, portanto, o Senhor Deputado Municipal José Shirley (CH), e Filipe Martins (IL), não é? -----

----- Filipe Martins (IL), faz favor Senhor Deputado, tem a palavra.” -----

----- O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Tal como já referimos na Proposta de Deliberação oitocentos e cinquenta e seis de dois

mil e vinte e cinco, a Iniciativa Liberal não pode apoiar a atribuição de apoios públicos a eventos de natureza comercial. É a nossa posição, quando isto tem fins comerciais, bilheteira e é promovido por empresas privadas, apesar de defendermos, e muito, a iniciativa privada. -----

-----O festival "Comédia Open Air", embora culturalmente relevante, no nosso entender, e com mérito próprio, é uma iniciativa comercial e como tal deve ser financiada pelos seus promotores, pelo mercado, e não pelos contribuintes. A isenção de taxas e os apoios logísticos é custo para o erário público, e na nossa perspetiva não tem retorno claro nem mensurável justificado para o Município. -----

-----A nossa posição relativamente a esta proposta não é contra a cultura, nem contra o humor, muito pelo contrário...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Desculpe, Senhor Deputado..., é que me informou agora o Senhor Vice-Presidente, que isto que estamos aqui a apreciar não teve lugar. Portanto, o Senhor Vice-Presidente requer que seja retirado este ponto da Ordem de Trabalhos, porque este evento não chegou a acontecer. E, portanto, estamos aqui a discutir sobre uma coisa que não existiu... Eu não sabia. Portanto, esta...”

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“.... Pois, exatamente.... Pronto, fica retirada por inutilidade, por total inutilidade.... Peço desculpa.” -----

-----**O Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** referiu o seguinte: -----

-----“Então retiramos.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Exatamente. E então passamos ao ponto nono da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

-----**RETIRADA** -----



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 949/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Apoio às Juntas e Uniões de Freguesia para apoio aos custos operacionais ao nível da resposta alimentar (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta de Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Portanto, ouviram todos qual é a proposta. Quem pretende usar dar palavra relativamente ao ponto nono da nossa Ordem de Trabalhos? -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Mais alguém? Senhora Deputada Anabela Brito (IL) e Filipa.... Exatamente... Portanto, temos três inscritos. -----

----- Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Todos sabemos da importância deste apoio para os mais carenciados do nosso Concelho e isso não está em causa. É importante deixar claro que não se questiona a importância do apoio alimentar às populações, cuja continuidade e reforço são essenciais para garantir as respostas sociais, eficazes e de proximidade. -----

----- Também sabemos todos qual é que é a função dos deputados aqui eleitos. Fomos escolhidos pela população para escrutinar e fiscalizar a atividade municipal. -----

----- As observações e questões seguintes não visam pôr em causa o princípio do apoio, mas sim assegurar que os processos de atribuição, monitorização e avaliação sejam transparentes, equitativos e orientados para os resultados concretos no terreno e a que se propõem. Assim, e face a uma situação passada, é, pois, legítimo que eu faça hoje aqui questões sobre a atribuição financeira às juntas de freguesia para apoio na Mercearia Social. -----

----- Estarão certamente recordados de uma proposta relativa ao apoio da Mercearia Social que foi este ano já bastante falada aqui nesta Assembleia. Eu recordo a situação até porque temos

novos colegas que podem não conhecer a situação – foi uma proposta de apoio à mercearia social de Algés que motivou o desencadear de uma auditoria e que veio dar razão às preocupações do Grupo Político Evoluir Oeiras. Portanto, fizemos questões, não foram respondidas, faltava um relatório, apareceu o relatório, e motivou a auditoria que veio dar razão às questões que colocávamos. E, portanto, ficámos a saber nesta auditoria, na altura, que nem todas as freguesias tinham este apoio social, por exemplo Porto Salvo não tinha, e que o relatório final da auditoria emitiu uma série de recomendações às juntas de freguesia, mas também à Câmara Municipal. E o que é certo é que a proposta que veio à Assembleia Municipal em janeiro, nunca chegou a ser votada. Motivou a auditoria e nunca mais cá voltou para ser votada, mas também nunca foi revogada pela Câmara Municipal, portanto, ficou no limbo.

-----Primeira questão – desde a divulgação da auditoria foram corrigidas as situações identificadas? Nomeadamente, foram realizados novos contratos com as juntas, dado que a auditoria indicava o uso de cláusulas no anterior contrato, e que não se aplicava a lei sessenta e quatro de dois mil e treze, que não se aplica a entidades como juntas de freguesia. E, portanto, saber se esses contratos da Mercearia Social, do apoio para a Mercearia Social já foram todos refeitos com as juntas de freguesia. Sim ou não?

-----Segunda – uma vez que indica, a proposta de deliberação, esta, que há apoios anteriores também já solicitados, também solicitamos os relatórios referentes a esses apoios. Onde é que estão esses relatórios? Solicitámos por requerimento e voltamos hoje a solicitar, e até agora... são referidos encargos operacionais pela primeira vez, não me lembro de alguma vez terem sido referidos e esta proposta refere. E, portanto, saber também onde é que estão esses relatórios desses apoios, de todos os encargos com a Mercearia Social, como é que são aplicados..., mas também estes custos operacionais, que também é a primeira vez que oiço.

-----Terceiro – quais são os custos então operacionais em cada junta de freguesia? Ainda por cima quando sabemos que as freguesias não têm o mesmo número de fregueses e também não



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

têm, com certeza, o mesmo número de pessoas carenciadas. Os dados que nós tínhamos na última proposta são de dois mil e vinte e três e apontavam para quase quatro mil pessoas na freguesia de Algés, e apenas trezentas, nem chegavam a trezentas, em Barcarena. E, portanto, porque recebem agora as juntas de freguesia apoio para a parte operacional da Mercearia Social, independentemente do número de fregueses e independentemente do número de pessoas carenciadas?-----

----- Finalmente, aproveitamos para requerer formalmente que, quando produzidos, nos sejam remetidos os relatórios referentes à alínea c), que esta minuta que as juntas vão agora assinar, porque obviamente o INOV tem a maioria e, portanto, independentemente do que aqui questionamos e seja ou não respondido, a proposta será certamente aprovada, e portanto, requeremos que sejam também produzidos estes relatórios e que nos sejam enviados, tanto agora para esta proposta como para apoios futuros, e que nos sejam remetidos também os do último financiamento da Mercearia Social de cada uma das juntas de freguesia. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), tem a palavra... O seu microfone tem que estar mais junto a si, porque não se ouve.” -----

----- A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Como sabem esta é uma questão muito relevante, em matéria de gestão autárquica e justiça territorial. -----

----- Ora, dar a mesma verba a todas as freguesias e uniões de freguesia parece justo à primeira vista. Mas aqui ninguém está contra a população carenciada. A questão não é essa. Na prática, esta resposta municipal não se está a ajustar pelo tamanho, pela população, nem pelas necessidades de cada uma. Isto sem referir que há freguesias que, digamos que estão a solo, como

Barcarena, e há uniões de freguesias que, precisamente, unem várias freguesias. Se não vejamos, dar dez mil euros por igual a todas as freguesias criará com certeza desequilíbrios nas mesmas. Estamos a falar de localidades que têm dimensões e populações muito diferentes. Atribuindo o mesmo valor a cada uma, as menores ficarão sobre financiadas, enquanto as maiores subfinanciadas. Numa freguesia com catorze mil habitantes, por exemplo, como é o caso de Barcarena, terá necessidades mais facilmente supridas do que a de Algés, Linda-a-Velha e Dafundo, que segundo a mesma fonte dos censos dois mil e vinte e um, tem quarenta e oito mil e trinta habitantes.

-----Infelizmente, Portugal encontra-se, mais uma vez, fora do âmbito das recomendações do Conselho Europeu relativamente à literacia financeira. Na verdade, nem seria preciso vir o Conselho Europeu com esta advertência, e isto é do senso comum. Saber fazer contas e distribuir o dinheiro com pés e cabeça é um assunto sério, que deveria começar no primeiro ciclo e não na Assembleia Municipal.

-----Mas nós sabemos que vocês sabem que quanto mais as pessoas comuns perceberem isso, mais ridículo se tornam muitas das propostas que aqui chegam, e não é só esta, com valores idênticos para todos. E também sabem que com isto as pessoas vão gostar menos das vossas propostas. Mas nós cá estamos para ver com calma, consciência e rigor cada uma delas. É que de repente, e peço desculpa pela analogia infantil, parece que estamos a referir-nos a um pai que vai distribuir a mesada pelos seus filhos, e que acha que os filhos são todos iguais. Quem tem filhos sabe que não há filhos iguais, nem necessidades iguais.

-----Por fim, quero referir aqui o décimo terceiro artigo da Constituição e o artigo seis da lei setenta e cinco de dois mil e treze, que bem conhecem, onde é referido o princípio da proporcionalidade. Portanto, neste princípio existe tratamento igual para situações iguais, e diferente para situações diferentes.

-----E é disso que se trata.



A blue ink handwritten signature, likely belonging to the Mayor or a representative, is positioned in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- Obrigada.” -----
- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
- “Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----
- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----
- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----
- Estamos hoje a analisar a Proposta de Deliberação nove quatro nove de dois mil e vinte e cinco, relativa aos apoios às juntas e uniões de freguesia para custos operacionais ao nível da resposta alimentar. -----
- Começamos por estranhar o argumento apresentado pela Senhora Vereadora em Reunião de Câmara, quando justificou o valor de dez mil euros, igual para todas as freguesias e uniões de freguesia, com a necessidade de acautelar a situação até novembro, data da próxima Reunião de Câmara. Ora, convém recordar que em maio de vinte vinte e três, foi aprovada a Proposta de Deliberação quatro seis seis, de vinte vinte e três, exatamente sobre o mesmo assunto e com o mesmo valor, dez mil euros para cada freguesia ou união de freguesias. Assim, este argumento não colhe. E perguntamos: que análise foi feita para chegar ao valor de dez mil euros?
- Todas as freguesias e uniões de freguesia apresentam as mesmas necessidades?-----
- Não basta distribuir verbas de forma igualitária sem atender às diferenças reais entre freguesias. Uma freguesia com maior densidade populacional, com mais famílias em situação de vulnerabilidade, não pode ser tratada da mesma forma que uma freguesia com menos necessidades.
- O princípio da equidade exige que os apoios sejam proporcionais às necessidades concretas e fundamentados em dados objetivos. -----
- Importa esclarecer o que se entende por “custos operacionais ao nível da resposta alimentar” – estamos a falar de despesas com logística? Transporte? Armazenamento? Recursos humanos? Ou de custos diretamente relacionados com a aquisição de alimentos? -----
- Sem esta clarificação, não sabemos se o apoio está a ser canalizado para reforçar a

capacidade de resposta, ou apenas para cobrir despesas correntes sem impacto direto na melhoria dos serviços prestados. -----

-----Mais uma vez, estamos perante uma proposta que não apresenta enquadramento nem resultados esperados, nem comparativos com anos anteriores. Sem essa informação não é possível avaliar a eficácia da medida, nem garantir que os recursos públicos estão a ser aplicados de forma justa e transparente.-----

----- A Iniciativa Liberal defende que o apoio social deve ser focado, temporário e orientado para a autonomia. É essencial garantir a justiça da distribuição da ajuda assegurando que esta chega efetivamente a quem mais precisa, com critérios claros e equitativos. Mas mais do que isso, estas medidas devem ser acompanhadas por políticas que criem oportunidades reais para que as pessoas possam sair da situação em que se encontram, com acesso à formação, à empregabilidade e à autonomia.-----

-----Sem informação sobre onde se vai gastar e quais os resultados a atingir, a Iniciativa Liberal não pode passar cheques em branco de forma alguma. O rigor, a transparência e a fundamentação das propostas que chegam a esta Assembleia deveria ser a norma.-----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).”-----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) questionou o seguinte:--

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Eu queria só confirmar consigo, se deu entrada, de facto, ou não, a Certidão da Autoridade Tributária e da Segurança Social de Barcarena? Porque não está no Salão Nobre Digital.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----



A blue ink handwritten signature, possibly belonging to the author or a relevant official.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não, não deu entrada.” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Então não estamos em condições de poder votar esta proposta.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Só um momento... Tinha pedido a palavra também, o Senhor Presidente de Junta Inigo Pereira.-----

----- Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Cara Presidente da Assembleia, Caro Vice-Presidente, vereadores, caros deputados.-----

----- Relativamente a esta Proposta de Deliberação, nada tem a ver com a Mercearia Social (penso que alguns deputados fizeram uma confusão ao lerem ou interpretarem os documentos que foram apresentados), tem a ver sim com um programa alimentar mensal, que é um programa do Governo, da Segurança Social, em que nós juntas de freguesia conjuntamente com a Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, recebemos os produtos e todos nós nas nossas localidades armazenamos os produtos, separamos os produtos e mensalmente entregamos a vários beneficiários, são cerca de mil beneficiários que são abrangidos por esta medida. E nós temos, obviamente, custos para manter os locais, custos com recursos humanos... e este apoio é muito importante no sentido de mantermos o bom funcionamento deste programa. E muito bem, penso que o Município de Oeiras fez muito bem, a Vereadora esteve muito bem, ao acautelar as várias restrições que todos nós temos em período de pré-campanha, campanha eleitoral e até ao ato de instalação... vejam só, Lisboa teve um problema a nível eleitoral só hoje é a que estão a tomar posse os membros do Executivo. Felizmente, tomámos posse há duas semanas, mas algo de mal, algo irregular poderia

ter acontecido, e isto é uma forma de acautelar o bom funcionamento destas mercearias, não destas mercearias, mas deste programa. E tal como está mencionado também no programa, como em outras situações, todos os apoios que são atribuídos pelo Município de Oeiras, se não forem executados por nós, todos nós temos que apresentar contas ao Município de Oeiras, se não executarmos devolvemos as verbas ao Município de Oeiras. -----

----- Relativamente às questões apresentadas pela Deputada da Iniciativa Liberal, dizer-lhe que este programa vai muito além da simples entrega de bens alimentares aos beneficiários, temos que realizar ações de formação dirigidas para a boa nutrição, e também acompanhamento para fazer com que as famílias que estejam numa situação de carência voltem ao mercado de trabalho, ou tentar arranjar mecanismos para que isso aconteça. Por isso vai muito além da questão só do apoio alimentar, porque queremos apoiar as famílias não só no apoio direto, mas no indireto para que voltem a estar no mercado de trabalho e a ter condições para cuidarem das suas famílias. ---

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte: -----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? -----

----- Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) e depois a Senhora Presidente... A não ser que aceitem trocar.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** respondeu o seguinte: -----

----- “Tanto faz.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Aceitam trocar? Pode trocar?” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** respondeu o seguinte: -----

----- “Tanto faz.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Faz favor.” -----



H

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- Só para completar aquilo que o meu colega de Carnaxide referiu. -----

----- Este é um dos programas que as juntas de freguesia operacionalizam, porque, para além deste temos mais. Temos, por exemplo, no caso de Oeiras, o apoio aos parceiros do Banco Alimentar. O Banco Alimentar distribui produtos que cada vez são menos quantidade e menor diversidade. As juntas apoiam os parceiros do Banco Alimentar com determinados montantes para que eles reforcem os produtos que são distribuídos às pessoas, e as juntas de freguesia, em alguns casos, como é o caso de Oeiras, tem um programa próprio designado por “Apoio Alimentar de Emergência”, em que é entregue um cartão de compras para as pessoas que ainda não entraram nos outros programas. -----

----- Eu queria também completar para esclarecimento de algumas e de alguns deputados municipais, que todos os pedidos que nós fazemos à Câmara são habitualmente atendidos e são justificados com todas as despesas que nós temos e, quando eu digo todas, é todas (ou quase todas), e que não são suportadas, no caso deste programa que vem aqui hoje, “O programa temático, demografia, qualificações e inclusão”, uma parte é paga pela Segurança Social, mas não na totalidade, e a Câmara Municipal em boa hora decidiu complementar as despesas que as juntas têm para que não entrássemos em rutura. -----

----- Quero também esclarecer que, obviamente, cada junta de freguesia atinge, ou contempla um grupo de famílias e de pessoas diversificado, que é previamente aprovado pela Segurança Social (eu estou a falar neste caso), e que, estou certa, a Câmara Municipal quando tiver distribuído os pelouros vai diversificar o apoio que agora vem aqui e que, de facto, é igual para todos – embora nós tenhamos, como eu acabei de referir, o número de pessoas e de famílias que é diferente de freguesia para freguesia, ou de união de freguesias para união de freguesias. -----

-----E é tudo Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Obrigada. -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para referir vários pontos. -----

-----O primeiro, relativamente à documentação que, de facto, tínhamos informado por e-mail à Assembleia Municipal atempadamente, e estas duas declarações da Junta de Barcarena não foram adicionadas, e, portanto, concordamos com o que já foi apontado pela a Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), que não estão todos os documentos que são necessários para aprovação, porque os documentos não são necessários apenas para o pagamento, são necessários para a tomada de decisão dos deputados, portanto, os processos têm que estar bem instruídos.-----

-----Em relação à diferença do número de cidadãos que são apoiados nas juntas, a questão ainda não foi respondida e, portanto, deixo em aberto novamente, apesar dos esclarecimentos, que agradeço aos dois presidentes de junta.-----

-----E depois também, perceber então duas coisas: a própria Câmara também aprova propostas que não vêm a esta Assembleia, de apoio direto à Segurança Social e outras entidades para apoio – eu tenho a lista das propostas votadas no mandato anterior, Senhora Vereadora se quiser saber quais são eu também tenho registo. E, portanto, gostava de perceber então qual é que é a diferença? Quem é que está a fazer esta ponte com as instituições? É a Câmara que está a fazer diretamente para algumas situações e para outras é a junta? São só as juntas agora, e deixou de ser a Câmara diretamente com as instituições (outra questão)? E por último, quantas pessoas, afinal, são apoiadas em cada freguesia neste momento, e se esta competência (como foi dito pelos presidentes de junta) está a ser dinamizado pelas freguesias, pode ou não esta competência passar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

diretamente para as juntas de freguesia e, portanto, estar no ato de transferência ou nas competências da junta, e, portanto, não será necessário uma proposta vir aqui à Assembleia pontualmente, para aprovação se tiver na atribuição direta das competências das juntas. Pode ou não estar? É outra questão.

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Muito obrigada.

----- Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) fez a seguinte intervenção:

----- “Boa tarde novamente, Senhora Presidente.

----- Este programa de apoio alimentar à população usando as juntas de freguesia ou uniões de freguesia, tem vindo a assumir um papel fundamental no apoio alimentar à população em situações de carência alimentar, incluindo os de caráter de emergência que garantem uma resposta adequada, localmente. Os beneficiários são pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade identificadas através de critérios definidos, encaminhados pelo sistema de atendimento e acompanhamento social integrado de Oeiras, e até por outras entidades locais.

----- E o que é que eu concluí de todas estas intervenções da oposição? Bloquear, bloquear, bloquear... Coitadas das pessoas que precisam deste apoio alimentar. Eles não estão a pensar neles, porque se estivessem a pensar neles eles votavam isto hoje. Mas não estão a votar. Não querem votar isto, é sinal que não querem apoio às populações. Isto é uma vergonha, o que está aqui a acontecer, neste momento.

----- Tenho dito.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte:

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Mais ninguém?” -----

----- Senhor Vice-Presidente, quer dizer alguma coisa sobre isto? Parece que não está

instruído convenientemente... a proposta não está instruída.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----Naturalmente, não sei de cor os documentos que estão anexos ou não, não costumo consultar. Estou na expectativa que os documentos sejam enviados e colocados no Salão Nobre Digital, sempre. Sei que a Senhora Presidente de Barcarena enviou a certidão, mas não sei se houve algum lapso nos serviços.-----

-----Todavia, quero dizer-lhe uma coisa, Senhora Presidente, depois de ter ouvido a Deputada Celina Mendonça (INOV25), pouco mais tenho a acrescentar. Naturalmente, toda a preocupação está transmitida nas afirmações anteriores.-----

-----Por fim, queria apenas agradecer as palavras elogiosas da Deputada Anabela Brito (IL) da ala... perdão, da Iniciativa Liberal, que certamente leu o estudo do Instituto Mais Liberdade, que saiu ainda...”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“.... Se não leu, engano-me, peço desculpa, devia ter lido... do Instituto Mais Liberdade, que classificou Oeiras em primeiro lugar nacional no capítulo da Justiça Social e da Proteção Social, se não leu devia ter lido.-----

-----Portanto, certamente...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “.... Eu tenho toda a bonomia para ouvir os seus apartes, as suas interrupções.... Naturalmente que Vossa Excelência se não leu devia ler com toda a atenção, porque quando nos dá conselhos sobre isso, está dito. Sobre sermos o único Município português que atribui bolsas, pelo menos na dimensão que atribuímos, para o ensino superior, procurando que a igualdade de oportunidades seja uma realidade, pelo menos no nosso território, também está tudo dito. Como tal, pouco terá a acrescentar a não ser as suas palavras elogiosas. -----

----- Senhora Presidente, terminei como comecei, quanto à proposta estar bem instruída, ou não, ou da necessidade de uma Certidão de Não Dívidas de uma junta de freguesia, não conheço a lei em detalhe, deixo para quem mais preparado do que eu na matéria poder avaliar. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

----- “Sei que já não tenho tempo, mas será muito rápido. -----

----- Eu queria sugerir, como já aconteceu em Assembleias no mandato anterior, que fizessem um esforço para que estes documentos chegassem até ao final desta Assembleia. Que pudéssemos continuar a discussão dos outros pontos e voltarmos a estes se os documentos vierem.

----- A questão é que, vergonha não é votar sem os documentos, vergonha é que os documentos sendo uma proposta importante não estejam cá, ainda para mais quando foram alertados. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Sem, senhor.-----

----- Considerando a importância.... Há mais alguém? Ah, faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da

Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu peço desculpa, mas acho isto, enfim, sem qualificação. -----

----- Os serviços da Câmara não podem processar pagamentos desde que as declarações não estejam juntas ao processo. E a Deputada Mónica (CEO) sabe isso perfeitamente...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- **A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “.... Ouça.... Ouça.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Atenção, atenção, só fala uma pessoa de cada vez.” -----

----- **A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “.... Isto é uma questão de confiança, ...desculpe, é uma questão de confiança, porque as juntas de freguesia, perdão, a Câmara Municipal não pode processar pagamentos... não é às juntas, é a todas as entidades, sem estar anexa a Declaração de Não Dívida à Autoridade Tributária e à Segurança Social. Portanto, não pode processar o pagamento. Eu não percebo qual é a dúvida de votarem uma proposta destas hoje, e na próxima Assembleia, que tanto quanto sei é na próxima terça-feira...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio dizendo o seguinte:--

----- “Sabe mais que nós... Já sabe mais que nós...” -----

----- **A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “.... Então, se calhar, estou enganada, mas pronto... As pessoas recebem aquilo que querem receber.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Desculpe.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Ao abrigo do artigo do pedido de esclarecimentos, foi feito um pedido de esclarecimentos da Senhora Presidente de Junta. -----

----- Aquilo que se passa é que tudo aquilo que ela disse é verdade, tudo o que a Senhora Presidente de Junta disse, é verdade. Mas isso não invalida que aquilo que eu digo também seja verdade. É que os documentos da Autoridade Tributária e da Segurança Social, fazem parte do processo. E, portanto, os deputados têm que tomar as decisões e votar com a informação toda. Eu não vou votar a dizer: “olhe, eu voto esta proposta e aceito porque a freguesia não tem dívidas...”, quando eu não sei se isso é verdade ou não. -----

----- Para a tomada de decisão, os documentos são essenciais. -----

----- Muito obrigada... Assim como para o pagamento.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mais ninguém pretende usar da palavra? -----

----- Faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu peço imensas desculpas, mas eu uso óculos, graças a Deus vejo um bocadinho melhor..., mas os documentos estão aqui cabimentados na proposta. Está aqui a certidão...”-----

----- Vários Senhores Deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Barcarena?...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Tenho que ir para a escola do PS.” -----

-----**Vários Senhores Deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Peço silêncio... Senhores deputados, peço silêncio na sala. Eu não consigo trabalhar nestas circunstâncias, e, portanto, peço que tenham a dignidade de cumprir o Regimento, e nós temos de conseguir entender-nos, não é? Então, não nos entendemos falando todos ao mesmo tempo. -----

-----Vamos lá ver, eu tenho aqui várias pessoas que pediram a palavra. -----

-----Eu não percebi, porque é que o Senhor Deputado pediu a palavra?” -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Com certeza. -----

-----Senhora Presidente, eu peço imensa desculpa, é só para clarificar... é que no meio deste ruído todo de fundo, palavra de honra não se consegue, é impossível, é uma questão de respeito...” -----

-----**Vários Senhores Deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Oeiras", is positioned in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- “Portanto, disse...” -----
- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----
- “Pronto, por uma questão de respeito... Aquilo que eu estava a tentar compreender no meio deste tsunami de ruído, era se o problema era não haver aqui cabimentado nesta proposta, o Mapa de Não Dívida à Segurança Social e o Mapa Fiscal, também de Não Dívida. Eu abri aqui o sistema e vejo que estão aqui. Agora já percebi, no meio deste contexto todo de ruído, em vez das pessoas cada uma falar de sua vez, para que possa dar-se a luz, logicamente, do esclarecimento...”
- A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte: -----
- “Acelerando...” -----
- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----
- “Pronto, contudo é assim, da parte do Grupo Municipal, nós achamos que estão reunidas as condições para votarmos. É só isso.” -----
- “Muito obrigado.” -----
- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----
- “Não estão reunidas as condições para votar.” -----
- **Alguém** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----
- A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----
- “...Não estão, segundo diz o Senhor...” -----
- **O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário da Mesa,** perguntou o seguinte: -----
- “Estão ou não estão?” -----
- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** interveio, mas dado que o

fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.

A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:

“Estão reunidas?”

O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.

A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:

“Ah, estão reunidas as condições.”

Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.”

O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:

“Senhora Presidente, isto é algo que já não é novo, isto já aconteceu mais do que uma vez aqui nesta Assembleia, enfim, sessões que estão para trás, e que tem, de facto, a ver com uma preocupação que, por vezes, enfim, ninguém está isento de falhas e a Câmara Municipal de facto, tem tido alguns processos em que as coisas não têm vindo de forma completa e, portanto, falham algumas coisas. Já não é a primeira vez que acontece, era bom que não acontecesse, de facto, era bom que estivéssemos na posse de toda a documentação. O entendimento aqui, que tem vindo a ser seguido ao longo dos últimos meses, ou se calhar já mais, é de que só na posse de toda a documentação é que se entende que há condições para que a votação se faça. Porquê? Porque entendem, alguns grupos políticos, e tem sido esse o entendimento de todos, que só na posse, ou na verificação das condições para que este apoio seja dado, e a verificação só é feita pela visualização da documentação, é que há condições para uma aprovação.”

“Agora, também já fomos encontrando ao longo do tempo outras formas de resolver esta questão, designadamente aquela que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) propôs, e que tem a ver com a possibilidade de nós até , enfim, são sete da tarde, penso que hoje não será fácil, mas de conseguir ter até ao final do dia um comprovativo da situação contributiva da Freguesia de Barcarena. Se isso fosse possível era ótimo, não sendo possível, enfim, há outra



87

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

possibilidade que é os grupos políticos, parece-me que foi essa a posição do Chega, ter aqui uma posição de confiança relativamente à prestação de informação que a Câmara Municipal nos vai dar, no sentido de ela fazer chegar amanhã, logo pela manhã, partindo nós do princípio, e eu parto do princípio de boa fé, de que a situação contributiva da Junta de Freguesia de Barcarena está em ordem, de nós não obstaculizarmos esta proposta, de a votarmos e de confirmarmos amanhã, pela manhã se, de facto, assim é. -----

----- Eu confesso, que a minha posição, enfim, dentro da linha daquilo que o Partido Socialista hoje já nos trouxe, que é uma proposta para a simplificação dos processos, acho que fazia muito sentido que a contribuição para a simplificação do processo não ficasse só por uma proposta de recomendação, ficasse por um ato prático, e que as coisas se pudessem resolver a contento de todos e com a boa-fé que é própria das decisões que aqui se tomam. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente de Barcarena, Bárbara Silva, faz favor, tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena)** referiu o seguinte:-----

----- “Muito boa noite, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que nos assistem à distância.-----

----- Uma coisa é certa, por alguma razão a Declaração não chegou, mas Barcarena tem as contas em dia. Mas também vos peço, que por mim, não faz sentido estarmos aqui com esta discussão, toda, porque não vai haver ninguém em Barcarena que fique sem a sua comida, sem o seu atendimento, até ao próximo entendimento de trazerem aqui a proposta. -----

----- Portanto, a minha sugestão, para não estarmos a falar de um assunto tão sensível e que muita gente que usufrui deste serviço nos possa estar a seguir, este ruído, que é pertinente porque falta o documento por alguma razão ele devia de estar... A confiança vai-se alcançando, já

passaram quatro anos da nossa presença aqui, mas a lei é para cumprir e certamente se eu também me chego à frente para quando as coisas não estão bem para o meu lado, se agora há um documento em falta da Junta de Freguesia de Barcarena, pois muito bem, eu, Senhora Presidente, gostaria que esta proposta, porque vou prejudicar os meus colegas, se eu pudesse desanexar Barcarena nesta proposta, eu faria depois. Mas de qualquer das formas amanhã, logo pela manhã (a junta abre às nove da manhã) eu farei chegar à Senhora Presidente da Assembleia a Certidão de Não Dívida. Portanto, era importante fazer este esclarecimento. O documento por alguma razão não está. Neste momento, também não o consigo fazer chegar. Portanto, amanhã de manhã será entregue à Senhora Presidente.

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.”-----

-----Bom, eu não sei o que é que pretendem sobre esta questão: se chegar amanhã admitem apreciar e votar? Não. E, portanto, teremos de adiar... uma vez que não está instruída teremos de adiar, e não vale a pena estarmos a falar mais sobre este assunto, adiamos para a próxima Sessão que seja marcada.

-----Diga, diga. Faz favor.”-----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----Eu pedi a palavra só para dizer o seguinte, o Senhor Vice-Presidente começou por dizer que não sabia se a proposta estava completamente bem instruída ou não e, para começar, quero lamentar que o Senhor Vice-Presidente tenha votado esta proposta sem saber, na Câmara (porque só depois disso é que ela aqui chega), sem saber se ela estava corretamente instruída. E depois fazer também nota do seguinte, não é aceitável o discurso de que as forças políticas que querem que o ato esteja regular e a proposta corretamente instruída estejam a obstaculizar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

funcionamento e o normal funcionamento das instituições e que estejam a pôr em causa os apoios e os subsídios à Junta de Freguesia. Este discurso, lamento ter que o dizer desta forma frontal, é um discurso populista que o Senhor Vice-Presidente tantas vezes utiliza, tantas vezes utiliza. E, portanto, quero felicitar a Senhora Presidente de Junta de Barcarena, que foi das únicas intervenções da bancada do INOV, com cabeça, peço desculpa a expressão popular, “cabeça, tronco e membros”, porque faz nota de que a lei é para cumprir, e é para cumprir por todos. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “É assim senhores... Quer falar, Senhor Vice-Presidente? Faz favor... Então vamos lá.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

----- Nós já estamos habituados a estas figuras da Deputada Alexandra Moura (PS), que continua sem perceber porque é que o Partido Socialista tem as votações sucessivas que tem no Concelho. E como vai achatando...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, tenha a elegância a escutar-me como eu tenho a ouvi-la. Eu ouço-a com tanta paciência, até aos seus maus modos são tolerados.-----

----- Continua sem perceber porque é que sucessivamente o Partido Socialista vem sendo achulado. Trata-se – e atenção isto é preciso perceber que nós estamos a falar de questões concretas, todas as propostas são relativas a questões concretas – de saber se uma Certidão de Não Dívida de uma Junta de Freguesia chegou ou não...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“.... Mal seria se a Junta de Freguesia não tivesse a sua questão tributária em dia, naturalmente...”-----

-----**Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, peço-lhes contenção... Eu peço-lhes por favor, peço contenção... Portanto, o Senhor Vice-Presidente estava no uso da palavra e vai terminar. Faz favor.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:

-----“Senhora Presidente, eu sinceramente, permitam-me que eu diga, o vosso comportamento a mim só me alegra interiormente, porque é triste para a Democracia no Concelho, mas explica o que vai acontecendo ao Partido Socialista em Oeiras. Continuem, continuem porque o vosso foco hoje, era saber se uma junta de freguesia entregou uma certidão de não dívidas, numa questão referente a um apoio para a logística de apoio à questão do apoio da Segurança Social às famílias carenciadas, compreendemos, compreendemos onde está o foco, compreendemos.”-----

-----“No mais, permitam-me que eu transmita que a posição de todos os membros do Executivo Municipal foi a mesma: confiar que a proposta está bem instruída. Se não estiver... até porque a nossa preocupação não é certamente andar a ver se os documentos estão nos anexos, presume-se que estejam. Se não estiverem, naturalmente, que a questão será tratada...”-----



JR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “.... Nós entendemos muito bem...”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Eu peço imensa desculpa, Senhora Presidente, mas, de facto, há uma falta de autocontrolo...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhor Vice-Presidente, se me permite, eu tenho uma informação: chegou a certidão, E, portanto, já temos o problema resolvido e podemos passar à votação...”-----

----- Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Senhora Presidente, termine...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Senhora Presidente, termine dizendo que o Executivo Municipal confia sempre na qualidade do trabalho dos serviços do Município. Que ninguém está fora de erro ou de lapso, à partida confiamos sempre. São os serviços deste Município que garantem os indicadores que nós ainda há pouco transmitimos à Senhora Deputada Anabela Brito (IL), a qualidade da governação

do Município de Oeiras é, gostem ou não, referência nacional. São esses serviços que nos dão o suporte. -----

-----E permita-me que eu transmita a todos os membros do Executivo Municipal o desconforto com as palavras que foram trazidas, porque inclusive, a Senhora Vereadora do Partido Socialista, que confiou na instrução do processo, tal como todos os outros membros do Executivo Municipal, deverá ficar desconfortável com as palavras da Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS). -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, temos o problema resolvido, porque chegaram duas certidões, portanto, irão ser colocadas no Salão Nobre Digital e, portanto, temos a questão resolvida. -----

-----Acho que não vale a pena continuarmos... não vale a pena estarmos a perder mais tempo. Vamos passar à votação mal os senhores vejam as certidões, enfim. Portanto, penso que não faz sentido continuarmos aqui a batalhar numa coisa que está resolvida por si própria. E é bom que assim seja, porque assim conseguimos aprovar e votar esta... conseguimos apreciar e votar... e vamos votar esta proposta. -----

-----Portanto, querem esperar para ver os documentos que já chegaram? Eu já os vi...”---

-----**Vários senhores deputados** intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Eu confirmei, vieram as duas... se quiserem pombos à votação, não é?”-----

-----**Vários senhores deputados** intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Pronto, então vamos por à votação.” -----



A blue ink mark or signature located in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4. 9.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposa Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins). -----

----- Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 146/2025”-----**

**PROPOSTA C.M.O N.º 949/25 - DCS - APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA
PARA APOIO AOS CUSTOS OPERACIONAIS AO NÍVEL DA RESPOSTA
ALIMENTAR-----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e quarenta e nove barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número noventa e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezasseste de setembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de cinquenta mil euros, para assegurar os custos operacionais com a disponibilização das respostas alimentares concretamente: -----

----- União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - dez mil euros; -----

----- Junta de Freguesia de Barcarena - dez mil euros; -----

----- União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - dez mil euros; -----

----- União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias - dez mil euros; -----



92

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - dez mil euros. -----

----- A minuta de termo de aceitação que enquadra esse apoio, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Diga, faz favor.” -----

4.9.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Muito rapidamente, tal como no início da minha intervenção e, para efeitos de uma Declaração de Voto, afirmei, as questões que colocávamos não era contra a Mercearia Social, o apoio é bastante importante, como eu disse na intervenção...” -----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “É o apoio... Senhora Presidente de Junta, está na proposta. -----

----- O que eu queria dizer, é que nenhuma das questões que eu coloquei aqui me foi respondida. E, portanto, demos o voto de confiança e votámos a favor da proposta, ainda assim queremos receber por escrito, e por isso fazemos o requerimento, de que todas as perguntas que aqui fizemos e não foram respondidas, sejam respondidas por escrito. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Então agora passaremos...” -----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Desculpe, Senhora Presidente, para uma Declaração de Voto.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

-----“Faz favor.”-----

4.9.1.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----A Iniciativa Liberal absteve-se nesta votação, de qualquer forma não está em causa o apoio social, está sim a forma como é instruída a Proposta de Deliberação e, todas as perguntas que nós também colocámos e que não foram respondidas. Nesse caso não podemos votar a favor.

-----Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Peço desculpa. Terminou Senhora Deputada?”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) respondeu o seguinte:-----

-----“Sim.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Faz favor.”-----

4.9.1.3. A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Só para informar que vamos entregar uma Declaração escrita deste voto.”-----

-----A Senhora Deputada não entregou a Declaração de Voto Escrita.-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Sim, sim. Faz favor. Quando quiser.”-----

-----Muito bem. Então está encerrada esta apreciação e Passamos ao ponto seguinte.”-----

4.10. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 950/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância - 2.º trimestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Quem quer usar da palavra sobre este ponto dez? Faz favor, Senhor Deputado Jorge



07

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rato (PS)." -----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- "Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- É só para dar nota do sentido que teve a Proposta de Recomendação que nós fizemos no início desta Sessão e que foi aprovada. -----

----- Se nós lermos com atenção esta proposta, no segundo trimestre de dois mil e vinte e cinco, as juntas de freguesia ficaram em débito, até este acerto de oitenta e quatro mil cento e vinte e quatro euros e trinta e seis cêntimos. Para determinadas juntas de freguesia admito que este valor seja irrelevante, para outras pode não ser. Seja como for, tratando-se de uma competência da Câmara, é justo que a Câmara seja boa pagadora às uniões de freguesia e às freguesias, pelo trabalho que elas fazem em sua substituição. E esta Proposta é a prova provada que, de facto, os acertos deveriam ser feitos de outra forma e que as juntas de freguesia não deveriam estar desde o segundo trimestre com um valor em défice de oitenta e quatro mil euros. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente." -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- "Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém pretende falar? Não sei quem é que se inscreveu primeiro? Parece-me que é a Senhora Deputada Anabela Brito (IL). Faz favor." -----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

----- "Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Ora bem, a Proposta que hoje nos é apresentada relativa aos acertos financeiros para o funcionamento dos estabelecimentos de infância no segundo trimestre vinte e vinte e cinco, merece algumas reservas por parte da Iniciativa Liberal. -----

----- Estamos perante uma medida que visa corrigir falhas na comparticipação atribuída às uniões de freguesia, tendo em conta os custos suportados com pessoal afeto aos equipamentos de

infância. No entanto, esta proposta levanta questões que não podem ser ignoradas, desde logo a magnitude dos acertos, mais de oitenta e quatro mil euros. Não é explicado, nem justificado, com métricas de desempenho e levanta dúvidas sobre sustentabilidade financeira e controlo de custos. Revela uma insuficiência significativa na previsão inicial. Isto demonstra que os critérios de cálculo e os mecanismos de planeamento financeiro precisam de ser revistos. -----

-----A Iniciativa Liberal defende uma gestão pública baseada em dados, previsibilidade e rigor. Não podemos aceitar que os acertos se tornem uma rotina para corrigir erros sistemáticos de estimativa. -----

-----Se compararmos o quarto trimestres de vinte vinte e quatro, com o trimestre em análise, vemos um aumento significativo nos encargos em vinte vinte e cinco, sem ajuste proporcional na comparticipação. Algés passou de um excedente de cerca de seis mil euros para necessitar de reforço na ordem dos quarenta mil euros, e Porto Salvo de um reforço na casa dos sete mil para cerca de trinta e cinco mil. Deverá haver eficiência na despesa pública, os recursos públicos devem ser aplicados com rigor, previsibilidade e avaliação de impacto. Deverá haver transparência e responsabilização, os mecanismos de financiamento devem ser claros, auditáveis e com incentivos corretos. Não há qualquer relevância, perdão, não há qualquer referência a indicadores de qualidade pedagógica, satisfação das famílias, ou resultados sociais. O financiamento é feito com base em custos não em resultados. -----

-----A Iniciativa Liberal considera que o Município deve garantir que ninguém fica sem acesso aos serviços de infância, isso não há qualquer dúvida, mas isso não significa que tenha de o prestar diretamente. O papel da autarquia deve ser o de regulador, financiador, avaliador... promovendo liberdade de escolha, concorrência saudável e rigor nas despesas públicas. -----

-----Disse... E nós temos direito à nossa opinião.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----



DR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Dou a palavra agora à Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH). -----

----- A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Todos nós queremos uma sociedade igualitária, sem problemas, justa e pacífica, mas com propostas destas percebemos que estamos longe desta realidade. O Município de Oeiras pretende comparticipar sem justificar minimamente a razão dos valores aqui apresentados, as chamadas comparticipações financeiras de reforço. Um deles ronda, como já foi referido aqui várias vezes, oitenta e quatro mil euros. Gostaríamos que estes valores estivessem descriminados, esclarecidos na proposta e não só, com as devidas justificações legais para comprovar a obrigatoriedade do seu pagamento. -----

----- Fora estas incongruências gostaríamos também que o Município nos esclarecesse, porque não cria ele próprio os seus jardins de infância? -----

----- Mais, não nos é esclarecido, porque são estes estabelecimentos os escolhidos e não outros? Qual o critério de escolha? -----

----- Isto porque o Município está a financiar serviços educativos que não está a gerir diretamente. E, é com estes valores trimestrais e com a falta de oferta pública suficiente em Portugal, que Oeiras merece ter um projeto que sirva a infância com decência – fica aqui a ideia. É que com estes valores dava com certeza para iniciar o projeto. -----

----- E assim, gostaríamos de perceber com que critério são apoiados financeiramente? Que tipo de fiscalização foi realizada nos resultados? O porquê destes desequilíbrios orçamentais? -----

----- Gostaríamos de ter acesso aos relatórios de execução dos pagamentos. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém... Senhor Deputado António Moita (INOV25), pretende usar da palavra,

faz favor.” - -----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, eu pedi para intervir apenas para explicar, ou tentar explicar pela última vez, espero, porque é que este processo e, aliás, que se integra na proposta de simplificação do Partido Socialista, porque é que este processo acontece desta forma. Eu admito que pessoas recém-chegadas a esta Assembleia não tenham conhecimento do facto, mas confesso que não esperava que a Deputada Anabela Brito (IL) não tivesse ainda tido tempo de perceber o que é que está aqui em causa, porque, de facto, a intervenção que fez mostra que não tem a mais pequena ideia daquilo que se passa e de qual é a razão de ser de todo este processo.-----

-----Acontece que, eu estava aqui a tentar verificar há quantos anos isso aconteceu... havia uma prática com outras entidades de prestação de cuidados à infância, que era dada por entidades várias, e houve uma determinada altura, já lá vão muitos anos, em que a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, neste caso, entenderam que deviam elas próprias assumir esse encargo. Acontece que a diferença de remuneração entre as pessoas que vieram dessas entidades e a remuneração que era praticada, pelas juntas de freguesia, não era a mesma. As juntas de freguesia pagavam mais do que aquilo que as pessoas que vinham dessas outras entidades tinham, auferiam, e isso fez com que a Câmara Municipal tivesse encontrado esta fórmula de compensar a diferença de remuneração. E a atribuição destas comparticipações tem exatamente a ver com isso, tem a ver com a compensação que se destina a ser entregue às pessoas, muitas delas já com uma idade avançada, e que ainda estão com este tipo de funções, para compensar a diferença de rendimento que tinham.-----

-----Obviamente que isto ao longo dos anos tem vindo a chegar ao fim, este programa. Ainda hoje, a Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras disse que já não era o caso aqui da freguesia, mas há outros casos em que isto ainda acontece, são estes que aqui estão. E, portanto, aqui não se trata de métricas, não se trata de avaliação de resultados, trata-se de cumprir



8

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma coisa que é justa, é básico isto, é de elementar justiça que pessoas que desempenham a mesma função recebam exatamente a mesma coisa. Eu julgo que isto não fere os seus princípios.

E, portanto, é isso que está aqui em causa.

Para aqueles que agora chegaram, espero que compreendam, porque esta proposta vem cá mais vezes e que a razão é esta: a razão não se trata de financiamentos encapotados a freguesias, não se trata de beneficiar o A, o B ou o C... Não, trata-se de repor algo que é justo e que já vem de há muitos anos. Se Deus quiser, penso eu, que esta é uma prática que chegará ao fim, eu não faço ideia, dentro de?..."

Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.

O Senhor Deputado António Moita (INOV25) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:

".... Dois mil e trinta, ainda falta alguma coisa, mas pronto.... Mas cada ano há de ser menos.

E, portanto, espero que este esclarecimento tenha sido útil, espero que o esclarecimento sirva para as próximas vezes e que não tenhamos que estar aqui a ouvir um argumentário que nada tem a ver com a realidade.

Muito obrigado."

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

"Muito bem."

Faz favor."

A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:

"Obrigada, Senhora Presidente."

Só para dizer ao Senhor Deputado António Moita (INOV25), que a sua intervenção mais reforça o que eu disse, que é falta de planeamento. Pois se é uma situação que já se conhece,

porque é que nós não a planeamos à priori? -----

-----Mais, todos os anos, ou melhor, neste caso, nós temos um aumento substancial em termos dos valores que vamos comparticipar... ” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“.... Ok. Está bem... Mas o que é certo..., mas isso pode ser tudo planeado, isso pode ser tudo... Porque se já se sabe quanto é que as pessoas ganham e qual é o acerto que se tem que fazer, não percebo porque é que não foi feito em planeamento e está a ser feito agora. -----

-----É só esse esclarecimento que têm que dar.-----

-----Obrigada.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Presidente Inigo Pereira, faz favor.”-----

-----**O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** referiu o seguinte:-----

-----“Bem, Cara Presidente.-----

-----Só para tentar esclarecer a Deputada Anabela Brito (IL), para também reforçar o que foi já mencionado. A Senhora Professora Deputada não estudou bem esta lição. E relativamente a esta questão, trata-se apenas de processamento de salários. Obviamente que, da nossa parte, da parte do Município de Oeiras, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, existe planeamento. Só que existe a dinâmica dos recursos humanos, um funcionário pode entrar de baixa, está bem hoje, pode entrar de baixa na próxima semana, pode ficar um mês, dois meses de baixa, pode-se reformar, podem acontecer várias situações. E, é por isso que existem essas



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

variações, para além das progressões nas carreiras que dependem sempre da avaliação (que é feita de forma bienal e que este ano vai passar até a ser de forma anual). Por isso há sempre essas variações, é a dinâmica de qualquer entidade pública, bem como de qualquer entidade privada. --

----- Disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Vamos passar à votação.” -----

4. 10. 1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposa Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de

Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins).-----

-----Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 147/2025**-----

PROPOSTA C.M.O. N.º 950/2025 - DMEDSC/DDS/DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 2.º TRIMESTRE DE 2025-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e cinquenta barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número noventa e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezassete de setembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal,



J

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para reforço da comparticipação atribuída que foi inferior ao montante por elas suportado: -----

----- Uniões de Freguesia e Freguesias - Valor: -----

----- Uniões de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - trinta e nove mil oitocentos e quatro euros e vinte e quatro cêntimos; -----

----- Uniões de Freguesia de Carnaxide e Queijas - nove mil oitocentos e trinta e dois euros e vinte e oito cêntimos; -----

----- Uniões de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - cento e dezoito euros e vinte e nove cêntimos; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos; -----

----- Total - oitenta e quatro mil cento e vinte e quatro euros e trinta e seis cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Vamos passar ao último ponto da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

4.11. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº 951/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Festival NO ART - Pedido de apoio logístico e isenção de taxas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Este é outro parecido com o outro... Este teve lugar, não é verdade? -----

----- Senhores Deputados, quem pretende usar da palavra sobre este ponto? O Senhor

Deputado da Iniciativa Liberal, faz favor, Filipe Martins (IL)-----

-----O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Penso que este decorreu, que eu lembro-me de ele ter decorrido no passado dia dez de outubro, e por isso vou continuar.-----

-----Como é de todos sabido, a Iniciativa Liberal defende a iniciativa privada. Valorizamos o empreendedorismo, a liberdade económica e a diversidade cultural, acima de tudo. Mas também defendemos que as iniciativas privadas devem assumir os seus próprios custos, da mesma forma que assumimos que despesa privada tem que assumir o custo privado, também as empresas privadas não devem ser subsidiadas, como é o caso desta iniciativa.-----

-----O Município não deve funcionar como um patrocinador de negócios privados, sobretudo quando estes beneficiam diretamente de bilheteiras, patrocínios e, sobretudo de uma localização privilegiada como é o Terrapleno de Algés, com acesso facilitado a transportes públicos e a intermodalidade, que é o fator que contribui decisivamente para o sucesso comercial do evento, é por isso que eles escolheram o Terrapleno de Algés e não outra localização.-----

-----Também é verdade que o festival pode gerar alguma notoriedade para Oeiras, mas essa visibilidade é genérica e não estruturante, não há envolvimento da comunidade local nem na promoção de identidade cultural do Concelho.-----

-----Os cem bilhetes oferecidos são uma contrapartida simbólica, e como já questionamos em eventos anteriores, nomeadamente o célebre “Nos Alive”, tem que haver critérios de distribuição de bilhetes e conhecidos por todos (temos que os conhecer): quem os recebeu e em que contexto. -----

-----Reiteramos o princípio, já defendido, que deve nortear qualquer apoio público, o princípio do utilizador/ pagador, quem beneficia deve pagar por eles, avaliar-se os impactos para o Concelho, haver neutralidade institucional, o Município não deve favorecer empresas



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

específicas, e a promoção do bem comum.

----- Por fim, uma palavra para o Senhor Vice-Presidente, congratular-me por acompanhar o Instituto Liberal Mais Liberdade, e ter verificado o ponto verde, bem vincado, nas respostas do Município às respostas sociais. Mas também com certeza que viu no ranking da competitividade municipal que Oeiras tem um indicador laranja na educação, na cultura e no entretenimento, e bem vermelho na habitação.

----- Muito obrigado.”

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.

----- Mais alguém quer usar da palavra? Faz favor, Senhor Presidente da Junta Inigo Pereira.”

----- O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte intervenção:

----- “Obrigado, Cara Presidente.

----- Relativamente a estas propostas das isenções de taxas, eu comprehendo que a Iniciativa Liberal seja um partido novo, os seus militantes, os seus representantes políticos ainda estejam a assimilar a sua doutrina... Mas eu tenho a dizer que estas medidas são das mais liberais que nós temos, porque não se trata apenas de dar apoio a uma entidade, tem que se ver o todo. Todas estas iniciativas promovem o Concelho de Oeiras, promovem a iniciativa privada que está perto dos locais onde decorrem estas iniciativas. E não é necessário haver nenhuma avaliação sobre os resultados, o setor público não tem condições, nem de recursos humanos nem financeiros, para ter essas avaliações que a Iniciativa Liberal tanto pede. Mas deveriam... o meu conselho seria andarem mais na rua, falarem com o comércio local, falarem com as pessoas, com a população... Eu sei que a estratégia da Iniciativa Liberal durante esta última campanha autárquica foi muito online, apresentar propostas online, responderem online... não os vi na rua... mas se falarem com

o comércio local onde decorrem estes eventos, se falarem com as pessoas, vão verificar que é do agrado de todos. Por isso, estas medidas têm como objetivo apoiar, obviamente, os promotores, as entidades, mas principalmente tudo o que gira à volta, para além da questão de promover o Concelho. São benéficas para todos, basta andarem na rua e falarem com as pessoas e com o comércio local – é o meu conselho.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL)...” -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Sim, obrigada...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Desculpe, antes de si...” -----

-----Alguem interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“.... Prescinde? Faz favor, faz favor.”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:--- -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Só para esclarecer o Senhor Presidente Inigo, que eu também não o vi na rua, é curioso.

-----Mas de qualquer forma, também dizer...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:--- -----



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “.... É verdade, também não o vi na rua... Mas também dizer-lhe que outros municípios, que não dizem que são os mais ricos, ou dos mais ricos do país, conseguem ter essas métricas e conseguem saber exatamente cada evento que fazem quanto é que isso significa para o concelho, quais são os ganhos que esses eventos trazem para o município, e não são tão ricos como Oeiras. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada. -----

----- Ainda pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados. -----

----- Falamos agora do Festival Internacional No Art, que pediu ao Município:-----

----- Apoio na limpeza urbana; -----

----- Recolha de lixo; -----

----- Colocação de contentores; -----

----- Cedência de trezentas baias; -----

----- Plantas de exterior.... Mais uma data de coisas... E também a isenção de pagamento das licenças municipais, num valor estimado em mais de quatro mil e quinhentos euros. -----

----- Tudo isto para um evento do qual não sabemos qual foi o retorno real para o Concelho. Não há relatório, não há estudo de impacto, não há sequer uma avaliação mínima do que este festival trouxe, e se realmente é que trouxe alguma coisa.-----

----- E o mais curioso é que só nesta reunião tivemos dois pedidos de isenção de taxas municipais e haveria de ser três, mas um foi retirado porque não aconteceu.-----

----- Com o respeito que tenho por esta Assembleia e pela própria Câmara Municipal, mas

desde que pude assistir nesta primeira reunião de trabalhos, posso ver que isto mais parece uma “Black Friday” das isenções das taxas municipais. -----

----- Ora, volto a dizer que, o Chega não é contra a cultura, nem contra estes eventos. Mas há uma diferença entre apoiar a cultura e tratar o orçamento municipal como o patrocínio automático para tudo o que apareça com música e luzes bonitas. -----

----- Onde está o critério? Onde é que está o equilíbrio? Onde está o respeito pelo dinheiro de quem paga os impostos neste Concelho? -----

----- Devemos saber dizer “sim”, mas também devemos ter a coragem de dizer que “não”. Porque apoiar tudo, francamente, é o mesmo que apoiar nada. -----

----- E, ver a Câmara a disponibilizar meios, pessoal e recursos para eventos sem sequer medir o retorno é ridículo, e é brincar com o dinheiro dos contribuintes. -----

----- A posição do Chega é clara: -----

----- Apoiamos a cultura; -----

----- Apoiamos o turismo; -----

----- Apoiamos o investimento... Mas queremos transparência, critérios e contas feitas antes e não depois. -----

----- O Município não pode ser o mecenas de luxo de cada evento que aparece. Porque, ao fim do dia, parece que quem paga a festa não é o “No Art”, mas são mesmo os munícipes de Oeiras.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada. -----

----- Ninguém mais pretende usar da palavra sobre este ponto? -----

----- Eu dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente, se quiser. Faz favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----



H

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Permitam-me começar por dizer que o que eu mais gosto são os cristãos novos. O cristão-novo aterra sempre sabendo que sabe tudo e que defende tudo... Senhores deputados e senhoras deputadas, imaginam certamente que o Município apoia todos os eventos que nos chegam, todos os pedidos de apoio... Não é assim. Imaginam que só estes eventos é que nos procuram... Não é assim. Imaginam também que era possível ter feito do Oeiras Alive no Nos Alive, e fazer daquele, que já foi considerado "coisa pequena" na vossa larga experiência, e realizar eventos desta dimensão, do que já foi considerado algumas vezes o melhor festival da Europa continental. Mas estamos aqui para aprender com a vossa experiência e com a vossa sabedoria. --

----- Dizer também aos Senhores Deputados da Iniciativa Liberal... Eu estou a olhar para o Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) que deve estar a rir-se por dentro, ouvir aqui a Senhora Deputada Anabela Brito (IL) falar de planeamento, uma liberal falar de planeamento e de economia planificada, é espetacular... Certamente que a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal – o Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas já disse isso – ainda não leram a cartilha toda, porque estão ali perdidos nos seus próprios pensamentos, estão ali meio atrapalhados, umas vezes são da união municipal, outras vezes da ala liberal, outras vezes da Iniciativa Liberal... Vossas Excelências têm que se definir. -----

----- Deixem-me explicar, porque eu certamente... melhor do que nós para falarmos de nós próprios é colocar na voz dos outros. Como falam de competitividade, por favor, contem-me outra. Aqui há duas semanas, na semana que marcou a inauguração do novo Data Center de Carnaxide, assim "pequenina" também, num investimento de quinhentos milhões de euros, que a primeira fase foi inaugurada, na sequência disso, representando o Senhor Presidente da Câmara e o Município de Oeiras, fui falar numa conferência sobre a questão dos data centers, e a importância estratégica dos cabos e de fibra ótica intercontinental e falei (estava no mesmo painel) com o CEO da Atlas Edge, que também, para quem não sabe, é um dos maiores operadores mundiais deste tipo de equipamentos, que disse, eu citei-o aqui: "A Atlas Edge está em cinco continentes. Oeiras

foi o melhor Município que trabalhou melhor connosco, em todo o mundo”. Portanto, tentarmos explicar a competitividade, a relação com empresas, criação de riqueza e, como eu vos mostrei há pouco, bem-estar social, justiça social... não dá senhores deputados. -----

-----Termino isto, esta minha locução dizendo-vos o seguinte: o Senhor Deputado do Chega falou muito da repetição “já vieram aqui algumas propostas”, entenda, virão aquelas que o Executivo Municipal decidir que devem vir, e serão apoiadas nos termos que o Executivo Municipal decidir que deve apoiar, esperando o acolhimento da Assembleia Municipal. -----

-----Quem quiser que seja feito de modo diferente tem a oportunidade que assim aconteça, podem, ou esperar por eleições, onde consigam mais do que aquilo que conseguiram, ou convencer-nos, certamente com melhores argumentos, da bondade das vossas propostas. Entendam, nós não estamos na Assembleia da República, para quem agora chegou, aqui falamos de realidade. Não vale a pena virem com proclamações, particularmente quem nunca fez, ensinar quem faz. Um banho de humildade é bom. Não vêm ensinar a fazer quem faz, não dá. Até porque o julgamento popular saído de há um mês atrás, demonstra isso mesmo. Têm que adotar, se me permitem, eu não dou conselhos porque não tenho importância para isso, mas permitam-me dizer-vos...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Com certeza... Senhora Presidente, eu gosto tanto da Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) e de ela ainda não ter percebido o que tem acontecido...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the President or a key figure, is positioned in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Acontece, não percebe, portanto, tem que se dizer até que perceba... O caminho é construir alternativas sustentadas na realidade, na realidade concreta. Ora, com toda a simpatia, não é possível conquistar este tipo de eventos para o Município de Oeiras... E agora deixem-me dizer-vos uma coisa, olhem para os números de dormidas, entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte e quatro, as dormidas no Concelho de Oeiras subiram quarenta e três por cento. A importância dos venios nestas dormidas é enorme. A importância do turismo de negócios que decorre destes eventos de grande dimensão, é da maior importância. Quem discordar faça propostas alternativas, mas por favor entendam, isto tem a ver com opções políticas. A vida é o que é, habituem-se. -----

----- Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Penso que estaremos... Ainda quer falar Senhora Deputada, faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Sim, Senhora Presidente. -----

----- Eu pedi-lhe a palavra porque gosto sempre de poder responder ao Senhor Vice-Presidente, que sempre que pode destila. E, destila provavelmente, porque não tomou ainda Kompensan suficiente, temos um médico na bancada e se calhar pode recomendar - dois, aliás, dois. E dizer ao Senhor Vice-Presidente que, quando nós temos traumas e comportamo-nos de forma desadequada e gostamos de humilhar os outros, normalmente isto resolve-se de duas, uma: ou com uma terapia séria, neste caso longa, mesmo muito longa, ou então com um banho de humildade que tanto gosta de apregoar que os outros tenham. -----

----- E, portanto, quero dizer ao Senhor Vice-Presidente o seguinte, escusa de pensar que alguma vez, Senhor Vice-Presidente, eu vou ter receio ou medo da forma como o Senhor se expressa aqui, com esse ar de gozo, de humilhação, tem esta forma sempre muito elegante de se

comportar com toda a gente e, portanto, gosta sempre de utilizar o meu nome, mas isso é um problema que o Senhor Vice-Presidente terá que resolver, provavelmente só mesmo no psiquiatra.

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Tem a palavra, Senhor Vice-Presidente para responder.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, dizer apenas à Senhora Deputada... agradecer à Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) a partilha da sua própria experiência pessoal. Mas “quando Pedro fala de Paulo sei mais de Pedro do que de Paulo”.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Então, senhores deputados, vamos proceder à votação deste ponto dez, da nossa... este ponto décimo primeiro, não é?”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... Não, estamos no décimo.... É que com tanto palavreado...”-----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro Secretário da Mesa, interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Dez não, no onze...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, estamos no ponto onze, exatamente. Não voltemos para trás. -----

-----Então estamos no ponto onze e vamos proceder à votação.”-----

4. 11. 1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por



93

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maioria com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Tomás Raposa Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (Hélder Alexandre da Silva de Barros), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com seis votos contra, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e com três abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, João Carlos Macedo Viegas e Sandra Cristina Amaral Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 148/2025**-----

**PROPOSTA C.M.O Nº. 951/25 - DTGE - FESTIVAL NO ART - PEDIDO DE APOIO
LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e cinquenta e um barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número noventa e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezassete de setembro de dois mil e vinte e cinco e deliberou por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com seis votos contra, sendo três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal e um da Coligação Democrática Unitária e com três abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a isenção das taxas municipais cuja estimativa se cifra nos quatro mil setecentos e oitenta e seis euros e setenta e sete cêntimos, à empresa “Courage Approach Unipessoal, Limitada”, no âmbito do festival “NO ART”, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Então, terminamos esta...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Ah, faz favor.” -----



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.11.1.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----
----- O Partido Socialista vota favoravelmente a isenção das taxas prevista na proposta em análise por considerar que esta se enquadra na promoção do apoio, desenvolvimento de atividades e na realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal. -----
----- No entanto, requer-se desde já que seja remetido a esta Assembleia o estudo de impacto económico resultante da atividade em causa, com o objetivo de clarificar as razões que fundamentaram a decisão de isentar as respetivas taxas.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigada. -----
----- Mais alguém quer fazer alguma Declaração de Voto? Não.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:**-----

----- “Temos de seguida a intervenção do público. Temos duas pessoas inscritas. -----
----- Portanto, temos aqui uma munícipe, Maria Isabel Vasconcelos.” -----

5.1. A Senhora Maria Isabel Vasconcelos, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção” ---

----- “Obrigada. -----
----- Boa tarde a todos. -----

----- O que me traz aqui hoje está relacionado com a Oeiras Viva. Eu faço hidroginástica, frequento as piscinas... desligou-se... frequento as piscinas de Barcarena, já há mais de um ano, dois anos, ocorre que verifiquei em junho pelo e-fatura, que as faturas não estavam a ir a “ginásios”, como todos sabem, portanto, há uns anos a esta parte passaram a ser consideradas como “ginásios” com benefícios fiscais. Alertei a secretaria, claro que me disseram que não era da responsabilidade deles, então fiz um e-mail para a Oeiras Viva, em junho, e não tive qualquer

resposta. Fiz follow-up em julho, também não tive qualquer resposta. -----

-----O que se verifica é o seguinte: o ano passado isto funcionava e a partir deste ano, deixou de funcionar. Portanto, provavelmente, o CAE (Código de Atividade Económica) não está correto e está a ir a “despesa gerais”. Portanto, eu pedi ajuda, o que tive de fazer foi eu alterar fatura a fatura, nem sequer elas ficam penduradas para classificar, portanto, vão diretas a “despesas gerais”. -----

-----Portanto, vi-me na necessidade de vir aqui alertar para o problema, porque estamos em novembro e, naturalmente, há pessoas que se calhar não sabem verificar, e há muita gente a ser prejudicada com isto. -----

-----Eu vou deixar ali na mesa os emails que fiz, para que possam verificar aquilo que eu disse. -----

-----Obrigada. -----

-----Ah, já agora só uma nota ainda sobre a faturação. Em outubro e novembro pediram-nos para pagar o julho do ano que vem, portanto, estamos a pagar com dez meses de antecedência. Eu já me informei, sei que isto não é ilegal. No entanto, parece-me que não é muito correto estar no ano de dois mil e vinte e cinco a cobrar o julho de dois mil e vinte e seis. Também gostava de deixar esta nota. -----

-----Muito obrigada”. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Não sei se da parte da Câmara alguém quer responder...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“.... No final, tudo bem. -----



A handwritten signature in blue ink, appearing to be a 'V' or similar mark.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Sim, senhor. -----

----- Temos aqui um outro município, o senhor Rogério Magalhães. Faz favor.” -----

5.2. O Senhor Rogério Magalhães, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ok? estão-me a ouvir? Muito boa tarde. -----

----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais, Senhor Vice-Presidente e restantes membros do Executivo. -----

----- Antes de começar, vou fazer um pequeno enquadramento para que os novos membros desta Assembleia possam refletir sobre este assunto que eu trago aqui. Estou a falar das linhas de alta tensão que passam em Cacilhas de Oeiras. -----

----- Há mais de quatro décadas, a urbanização da cooperativa CHEO, em Cacilhas de Oeiras, convive com as linhas de alta tensão instaladas de forma provisória e repito, provisória, desde..., de forma que deveriam ter sido enterradas aquando da consolidação do bairro. Portanto, elas estão de forma provisória desde essa altura. Estamos a falar em mais de quarenta anos. -----

----- Em dois mil e vinte e um, a própria Câmara Municipal de Oeiras reconheceu a necessidade do enterramento desta mesma linha com despachos internos favoráveis, baseados num orçamento que, na altura, eram três milhões de euros, num prazo de quinze meses, para a execução da obra, para o enterramento integral desta linha. Já agora, é também aqui uma nota, este projeto já tinha sido pensado em dois mil e três e, na altura, era menos vinte e cinco por cento destes três milhões. Portanto, continua a ser provisória, esta linha. -----

----- Contudo, em dois mil e vinte e quatro, a Câmara aprovou um novo traçado aéreo no sentido contrário aos despachos da própria Câmara (que é estranho, no mínimo, acho eu), sem consulta pública dos moradores, nem estudo de impacto ambiental, tal como exigido no decreto-lei onze/dois mil e dezoito. Volto a dizer e a chamar à atenção, isto é um traçado novo. A linha já lá existe há muitos anos, como eu agora referi, mas isto é um traçado novo. Recebe novos pontos de apoio, ou novos postos de alta tensão em sítios que não existiam. Não é desvio apenas de uma

linha, são postos novos. Um deles no centro da cooperativa, ao pé, por exemplo, de uma loja do chinês. Enfim, junto à Rua Alice Ogando. O novo traçado da linha foi autorizado para afastar da nova urbanização de luxo da Vistabella, aproximando-a das zonas habitacionais consolidadas e do quartel dos bombeiros de Oeiras, também. Já agora, um dos postos está mesmo em frente ao..., onde eles fazem o exercício, digamos assim, dos bombeiros.-----

-----Esta decisão levanta sérias dúvidas. De favoritismo privado, de falta de transparência, de violação das normas ambientais e urbanísticas, colocando em causa a saúde dos moradores, tal como é citado no despacho da Câmara, interno, Câmara Municipal de Oeiras, cinco seis seis dois/dois mil e vinte e quatro da DLUV, (deverá querer dizer DLEV Divisão de Licenciamento de Edificações Urbanas), eu passo a citar: “A rede aérea deverá ser subterrânea atendendo a todos os problemas associados e bem conhecidos do foro oncológico”. Está escrito, foi a Câmara que escreveu isto. Para enquadrar isto, eu chamo a atenção que esta linha é provisória há mais de quarenta anos. Volto a repetir.-----

-----Bom, dito isto, começo por me dirigir à Senhora Presidente da Assembleia, para questionar: onde estão as Atas das reuniões da Comissão de Ambiente sobre este tema? Onde está o parecer da Comissão que, segundo o Regimento, deveria ter sido apresentado e discutido em plenário? Será que o que foi dito pelo Executivo é compatível com o que está a acontecer no terreno? Ou será que este atraso é uma tentativa de branquear o assunto? É uma pergunta legítima, porque as contradições são gritantes e as evidências são incontornáveis. Neste momento, já foi executado os novos postos, o novo traçado está executado.-----

-----Em segundo lugar quero, obviamente, dar os parabéns ao novo Executivo. Dar os parabéns, porque começaram logo por inovar, desrespeitando uma ordem do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. É verdade, a colocação dos postes de alta tensão chegou a estar suspensa pela PSP, após confirmarem que existia uma providência cautelar ativa e que a Câmara tinha sido formalmente citada com comprovação e do aviso de receção emitido pelos CTT. Enfim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a ordem do tribunal é simples e clara, passo a citar: “não iniciar ou prosseguir a execução dos trabalhos”, ou seja, cabia à Câmara Municipal impedir imediatamente a continuação da obra. Mas, inexplicavelmente, ou não, a Câmara Municipal não deu, portanto, deu ordens para os trabalhos prosseguirem e a PSP voltou atrás. Resultado: a Câmara Municipal violou uma ordem judicial. Isto não é apenas uma questão política ou técnica. É um ataque ao Estado de Direito.

Finalmente, volto a fazer uma pergunta, que esta Autarquia ainda continua sem responder. Qual o verdadeiro interesse da Câmara Municipal de Oeiras em defender os interesses privados deste promotor? Será que terá que ser o Ministério Público a responder?

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte:

“Muito obrigada.

Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra para responder?”

5.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:

“Pretendo sim, Senhora Presidente.

Quanto à questão que foi trazida pela Senhora Dona Maria Isabel Vasconcelos... Senhora Dona Maria Isabel, eu já falei com o Vereador Pedro Patacho, que acompanhava e acompanha – estão-me a ouvir? Preciso falar mais alto? Peço desculpa – as questões relativas da empresa da Oeiras Viva. Eu consultei o CAE, tem CAE de ginásio fitness. Portanto, provavelmente, poderá haver alguma questão relativa ao sistema de faturação, o Vereador vai tomar boa nota do assunto. Agradeço que tenha deixado as mensagens de correio eletrónico que enviou e, naturalmente, tem que falar com a empresa e também questionar porque é que a empresa não comunicou o assunto. E vamos responder à Senhora, naturalmente.

Quanto à questão que foi trazida pelo Senhor Rogério... Senhor Rogério, há limites para o que se pode dizer.

Nota primeira - eu nem sequer sei de cor quem é o promotor, nem me interessa, nem

me interessa, aliás, vale o que vale eu dizer isto aqui, eu dificilmente, exceto nos projetos de grande dimensão, conheço promotores, conheço... quando digo "nos de grande dimensão", falo de questões como a do Data Center, investimentos como o da Chine State, que são estratégicos para o Município... os outros vou conhecendo à medida de haver algum problema e têm de me se colocados. Portanto, este promotor eu nem sabia quem era. Repudio totalmente aquilo que vem dizer a respeito de algum tipo de favorecimento.

Depois, como eu disse hoje no início, a E-REDES até tem competência para alterar a localização dos postes, normalmente, por cortesia, trata com o Município. E, quando nós tomámos conhecimento de como a questão estava a evoluir, como eu também já lhe disse a si, na Reunião de Câmara, reunimo-nos com a administração da E-REDES, colocámos o assunto, que se comprometeu a enterrar a linha de alta tensão nos próximos três anos – tudo isto já tinha sido transmitido.

Sobre a questão da notificação da providência cautelar... Também repudio totalmente aquilo que disse. Quem tinha de ser citada é a E-REDES, a obra não é do Município, o Município é citado, e o Município encaminha o assunto depois de reunir a informação, e encaminhou-o. Eu sei porque questionei essa questão ao serviço de Licenciamento Urbano do Município.

Portanto, o Município fez aquilo que devia fazer: recebe a notificação, reúne a informação e envia para a E-REDES. Portanto, não sei onde é que o Município esteve em falta. O que é que o Município devia fazer? Colocar uma retroescavadora à frente de uma obra particular da E-REDES? Encaminhou para E-REDES. A responsabilidade não é do Município, é da E-REDES. Na certeza que a empresa se comprometeu nos próximos três anos fazer o enterramento da linha.

No mais, nada tenho a crescer.

Muito obrigado."

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:



A blue ink mark or signature is visible in the top right corner of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Algum líder dos grupos parlamentares, dos grupos presentes aqui municipais, pretende usar da palavra? -----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill, do Partido Chega, faz favor... Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).... Faz favor.” -----

5.4. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente.-----

----- Agradeço desde já a presença e testemunho da Senhora Maria José Vasconcelos, penso que a situação alegada deverá ser reportada aos serviços financeiros da Câmara Municipal de Oeiras, sendo pertinente a sua exposição e de fácil resolução a nível fiscal.-----

----- Agradeço também aos representantes do bairro dos moradores de Cacilhas de Oeiras, a vossa presença e coragem.-----

----- Os moradores vivem numa situação que envergonha certamente qualquer cidadão nas mesmas circunstâncias. A colocação de postes de alta tensão junto às suas habitações, resultado de um desvio técnico decidido em benefício de uma urbanização de luxo.-----

----- O que deveria servir a população passou a servir o interesse dos grandes, e os moradores que fiquem a pagar o preço das más decisões e dos erros.-----

----- O Partido Chega esteve no local e constatou a gravidade e indignidade da situação, o cenário é imoral, injusto e juridicamente inaceitável. Em termos políticos e jurídicos, o Grupo Municipal do Chega constata de forma manifesta que existem indícios claros de violação quer da lei onze de dois mil e dezoito, relativamente às regras de segurança e prevenção de riscos das infraestruturas elétricas, e também do decreto de noventa e dois, que define distâncias mínimas obrigatórias entre as linhas de alta tensão em zonas habitadas, que deixaremos logicamente para tribunal.-----

----- A instalação dos postos foi concluída apenas após as eleições autárquicas, o que

levanta sérias dúvidas sobre a transparência e o momento político da decisão. Pergunta-se, Senhora Presidente, porquê, o Senhor Isaltino Morais, só nessa data, nessa fase é que resolveu colocar lá os postes? Bem... eleições.

-----Segundo testemunhos, nenhum representante da Câmara esteve presente durante as obras, demonstrando total desprezo pelo diálogo e pela cidadania participativa.

-----Após análise documental, o Grupo Municipal do Chega apurou factos que não deixam margem para dúvida:

-----Registo CTT - RG setecentos e quinze oito cinco seis setecentos e três PT, comprova a citação quanto à providência cautelar a vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco às nove da manhã, na Câmara Municipal de Oeiras. A providência cautelar é uma ação urgente de prevenção de danos graves, devendo ser cumprida de imediato até propositura da ação;

-----Segundo – A Câmara Municipal de Oeiras não atuou com diligência, alegando ter remetido o caso para os seus serviços jurídicos e apenas, em conformidade com aquilo que o Senhor Vice-Presidente referiu há pouco;

-----As obras continuaram em benefício do condomínio de luxo em prejuízo da população;

-----Quatro – O crime de desobediência evidente, tendo a PSP ficado impossibilitada de agir por falta de orientações e, mesmo assim ainda conseguiram parar a obra trinta minutos;

-----Cinco – Em menos de uma semana a nova linha foi instalada e os postos antigos removidos como se nada fosse;

-----Sexto – A Câmara Municipal de Oeiras alegou, no processo judicial, a inutilidade superveniente da lide, afirmando que “os trabalhos já estavam concluídos”. Indícios de quem demonstra a intenção de contornar a própria decisão judicial (isto é típico em Portugal, infelizmente);

-----Sétimo – O Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, no processo dez setenta e nove barra vinte e cinco ponto oito BESNT, foi perentório, e cito, “deve a entidade citada impedir, a



(Handwritten mark)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara, com urgência que os serviços competentes ou os interessados procedam ou continuem a proceder à execução do ato, conforme dispõe o artigo cento e vinte e oito do Código de Processo dos Tribunais Administrativos";-----

----- Oito -- Em dois mil e vinte e um, a Câmara Municipal de Oeiras estava legalmente vinculada ao cumprimento deste dever através da citação; -----

----- Nove -- As participações da PSP de vinte e dois e vinte e três de outubro, confirmam o incumprimento, reitero, confirmam o incumprimento do preceito no que concerne à violação da providência cautelar, conforme despacho da Excelentíssima Doutora Juíza do processo, imputável à Câmara. -----

----- A proteção e o silêncio quando estão em causa interesses privados de luxo e a desconsideração e desprezo quando os prejuízos são as famílias trabalhadoras, crianças e cidadãos comuns é manifesta. A responsabilidade política e jurídica de quem ignorou uma decisão judicial e permitiu este abuso, deve imperar, até com um pedido de desculpas, no mínimo, aos moradores, o que não acredito enquanto Deputado Municipal...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, desculpe interromper, mas já ultrapassou um minuto... mais de um minuto...” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “.... Dez segundos, Senhora Presidente. -----

----- Porque defender os moradores de Cacilhas de Oeiras, não é apenas um ato político é um dever de justiça, legalidade e, sinceramente, um ato até de boa fé de todos nós, ao qual deveríamos apoiar. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada. -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

5.5. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Eu não vou colocar questões ao Executivo, até porque nesta fase dos trabalhos já não é possível responder, mas queria dizer que o Grupo Político Evoluir Oeiras tem acompanhado esta situação há muitos meses. Estes cidadãos vieram já várias vezes à Assembleia Municipal, entregaram uma petição, foram feitas duas reuniões da Comissão de Ambiente (uma para ouvir os peticionários e outra para ouvir a vereação da Câmara, neste caso foi representada pelo Senhor Vice-Presidente) e, em sequência dessas reuniões foram produzidos documentos, alguns, outros não, e, portanto, estão em falta e aproveito para pedir à Senhora Presidente que diligencie as reuniões, ou reunião do parecer que está em falta para se completar esse processo e esse parecer terá que vir a esta Assembleia Municipal.-----

-----Mas também aproveito para dizer que me lembro bem das declarações do Senhor Vice-Presidente em sede dessa reunião de Comissão de Ambiente. E lembro-me também de ter usado a expressão “A Câmara tem paredes de vidro”. Não sei se se lembra, eu lembro-me. -----

-----E, portanto, pergunto, posto este tempo todo que já se passou desde essa reunião, porque é que não são remetidos aos deputados os documentos que foram solicitados nessa reunião, por mim já várias vezes por email, ao ponto de ter que fazer esta semana queixa à Comissão de Acesso de Documentos Administrativos. Portanto, perguntar, não para ser respondido aqui, mas para perceber porque é que faltam estes documentos, porque é que não nos são enviados. -----

-----E, portanto, em sede dessa reunião também me lembro, Senhor Vice-Presidente, da sua afirmação (e que até foi várias vezes), que existia um compromisso da Câmara Municipal com a E-REDES de enterramento da linha de alta tensão em Cacilhas de Oeiras, nos próximos três anos. E quando foi questionado por deputados (estavam lá representados os oito grupos políticos),



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quando foi questionado pelos senhores deputados, o Senhor Vice-Presidente informou que durante as quais não seria realizada a movimentação dos postes já existentes no bairro. Eu lembro-me de o Senhor Vice-Presidente ter dito isto. -----

----- E, portanto, queria saber depois o que é que se passou. Porque é que informou os deputados de algo, que depois não foi o que aconteceu no terreno, quando passaram apenas quinze dias daquilo que estava..., de uma situação e de outra. Pior, os senhores deputados e a Senhora Presidente cessante, do anterior mandato, na altura, questionaram o Senhor Vice-Presidente sobre as suas declarações versus os documentos que tinham acabado de chegar na Câmara nesse dia, que eram contrários às suas afirmações. E, portanto, voltou a insistir várias vezes na sua posição, e que era o que tinha sido mandatado para dizer. E, portanto, questionar porque é que foi mandatado para dizer uma coisa que depois não foi aquilo que aconteceu no terreno e que a Câmara não fez tudo o que podia ter feito para evitar a situação. -----

----- Muito obrigada. -----

----- E, já agora, um dos documentos que eu pedi foi a notificação do tribunal para conseguirmos exatamente saber o seu conteúdo. Parece que o Senhor Deputado do Chega está bem informado e já tem informação. Portanto, pressionar a Assembleia Municipal para que esses documentos nos sejam remetidos. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Pediu a palavra o Senhor Deputado João Santos (CDU).” -----

5.6. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Saudar também as duas intervenções dos municípios que nos trazem questões muito concretas, algumas delas, nomeadamente a de Cacilhas de Oeiras, já acompanhada há longa data.

Mas também não deixar de notar aqui ou sublinhar a importância de que a comunicação dos serviços, neste caso de uma empresa municipal como a Oeiras Viva, que possa ser mais ágil na resposta às solicitações e às dúvidas que os municípios colocam.-----

-----Relativamente de facto, a esta questão de Cacilhas de Oeiras, também temos vindo a acompanhar, participamos também, enfim... a petição, as intervenções em Assembleia Municipal, são do conhecimento público, participamos, de facto, na reunião da Comissão de Ambiente onde tivemos a oportunidade de ouvir o peticionário, o representante dos peticionários e o Senhor Vice-Presidente. E deixem-me aqui colocar uma questão muito concreta que é: independentemente das várias responsabilidades e algumas serão da E-REDES há, de facto, responsabilidades muito concretas da própria Câmara Municipal. O loteamento que está em causa e que motivou esta movimentação do poste de alta tensão, é um processo que é licenciado pela Câmara Municipal. É um processo que tem projetos, que tem projetos de redes, tem projetos técnicos de instalações, e todos os impactos que provoca nas redes de abastecimento em seu redor, têm de ser acautelados desde o início. Essa informação foi identificada em sede da Comissão de Ambiente, como sendo fundamental termos acesso, o historial completo de todo este processo nas suas diferentes datas, com os diferentes intervenientes, com os responsáveis pelas autorizações, com as assinaturas... para podermos enquadrar e perceber perfeitamente a linha do tempo de todo este processo para, eventualmente, percebermos onde é que estão as responsabilidades que aqui os moradores colocam. Porque, de facto, se há uma providência cautelar que não é respeitada, ela tem de ser naturalmente, equacionada e a Câmara Municipal tem responsabilidade também de defender os seus municípios, não apenas de chutar as responsabilidades, passo a palavra, para outra entidade, tem compromisso de defender os seus municípios, de fazer respeitar a lei e de fazer respeitar também aquilo que são interesses de qualidade de vida, de segurança, de saúde das populações, e de acionar todos os meios que tenham ao seu dispor para evitar que situações como estas aconteçam. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Se há também responsabilidades do ponto de vista do licenciamento urbanístico, do acompanhamento das operações urbanísticas, das questões técnicas, também é necessário ver, porque poderá também haver aqui intervenções que podem ter a ver com a relação da Câmara Municipal com promotores privados de urbanização e que devem também de ser transparentes e acauteladas. -----

----- Portanto, eu acompanho as intervenções anteriores no sentido de termos a transparência e a informação total sobre o processo em todas as suas dimensões e de todas as entidades envolvidas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.”-----

5.7. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para agradecer, naturalmente, a participação dos municíipes e dizer ao Senhor Rogério Magalhães, que hoje o Partido Socialista fez uma declaração política a propósito deste tema, em que colocámos algumas questões que não vimos respondidas por parte do Município. -----

----- E, apesar do Senhor Vice-Presidente ter há pouco referido que considerava que nada podia fazer relativamente ao impedir consequências e a continuidade da obra, de facto, o tribunal considerou que o Município tinha essa competência para impedir a consecução do ato. Portanto, acreditando na justiça e na forma como a lei está construída, se o Tribunal considera isto é porque, de facto, o Município o deveria ter feito, e tanto assim é que recebeu uma caução de quatrocentos e vinte mil euros para permitir que a obra fosse retomada... retomada não, que a obra fosse efetivamente executada. -----

----- E, portanto, nós voltamos a colocar, sabendo que não há lugar a respostas, mas não

queremos deixar de voltar a colocar as questões que já colocámos hoje, por duas vezes e, portanto, vamos lê-las pela terceira vez. Perguntar ao Senhor Vice-Presidente se está, de facto, em condições de afirmar que o promotor vai cumprir e respeitar a instrução do Município? Se já foi, ou não foi instaurado o correspondente processo de auto de contraordenação contra o promotor por desrespeito à instrução do Município e de ter prosseguido com a obra? E o mais importante, qual é que é, de facto, a solução que o Município pretende implementar? Se é que já a tem? E qual é o compromisso que assume aqui, naturalmente, perante esta Assembleia Municipal, para impedir que os moradores continuem a ser lesados pelo ato do urbanizador.

Muito obrigada, Senhora, Presidente.”

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Obrigada, Senhora Deputada.

Faz favor, Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”

5.8. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:

“Obrigada, Senhora Presidente.

Realmente também a Iniciativa Liberal, como sempre o faz, agradece aos municípios, que esperam estoicamente que as Assembleias terminem, que as Sessões destas Assembleias terminem, para que possam falar.

Dizer à Senhora Dona Maria Isabel Vasconcelos, que é importante que os municípios venham a esta casa e exponham as suas preocupações que não vêm resolvidas.

Quanto ao Senhor Rogério Magalhães, já tivemos oportunidade e, no fundo, como todas as forças que intervieram, de dizer que é uma situação que estamos a acompanhar, que nos causa algum constrangimento, também como municípios, que é ver que o Município, no fundo, o Executivo, não está a dar as respostas convenientes às solicitações que são postas, não só pelos moradores, mesmo também relativamente aos deputados em sede de comissão.

Aguardamos respostas, aguardamos o processo, mesmo aqui internamente, em termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de resposta, está a ser muito lento, e o que é certo é que os postes já foram instalados e que as pessoas, os moradores estão realmente incomodados e deveríamos ter uma resposta muito mais célere de todos nós.

Obrigada.”

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu a Sessão dizendo o seguinte:

“Muito obrigada, Senhora Deputada.

Ninguém pretende intervir sobre esta matéria?

Então está encerrada esta Sessão.

Muito obrigada.”

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e dez minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.

A Presidente,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

